UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – PROLAM USP

Programa de Pós-Graduação – Integração da América Latina

BRUNO MASSOLA MODA

O papel do Chavismo e do Lulismo na integração regional latino-americana.

VERSÃO REVISADA

**SÃO PAULO
2019**

BRUNO MASSOLA MODA

O papel do Chavismo e do Lulismo na integração regional latino-americana.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina da Universidade de São Paulo para obtenção do Título de Mestre em Ciências.

Linha de Pesquisa: Práticas Políticas e Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Lincoln Ferreira Secco.

**SÃO PAULO
2019**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M689p Moda, Bruno Massola
 O papel do Chavismo e do Lulismo na integração
regional latino-americana / Bruno Massola Moda ;
orientador Lincoln Ferreira Secco. - São Paulo, 2019.
137 f.

Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação
Interunidades em Integração da América Latina. Área
de concentração: Integração da América Latina.

1. Lulismo. 2. Chavismo. 3. Cooperação
Internacional. 4. Política Externa. 5. Integração
Regional. I. Secco, Lincoln Ferreira, orient. II.
Título.

MODA, BRUNO MASSOLA

O papel do Chavismo e do Lulismo na integração regional latino-americana.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação - Integração da América Latina da Universidade de São Paulo para obtenção do Título de Mestre em Ciências.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Lincoln Ferreira Secco

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: _____

Prof. Dr. Fernando Furquim de Camargo

Instituição: Universidade Federal de Tocantins

Julgamento: _____

Prof. Dra. Tatiana Berringer, de Assumpção

Instituição: Universidade Federal do ABC

Julgamento: _____

São Paulo, ____ de _____ de 2019.

*Aos meus pais, Nádia e Rogério, pelo apoio
incondicional a minha carreira.*

AGRADECIMENTOS

Realizar este programa de mestrado em Integração da América Latina não seria possível sem o apoio incondicional dos meus pais, Nádia e Rogério, seja na minha vida profissional quanto pessoal. A eles, tudo.

Em segundo lugar, agradeço ao professor Lincoln Secco, meu orientador, cujas ensinamentos sobre a condução da pesquisa foram valiosas desde o primeiro momento, passando por importante reordenamento do conteúdo durante o processo de qualificação. Por estar sempre disponível nas sugestões de disciplinas, na assinatura de documentos, e por ter apoiado a condução desta pesquisa até o fim.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa concedida e permitindo o desenvolvimento desta pesquisa.

Também gostaria de agradecer aos companheiros e companheiras que fiz no PROLAM pela amizade e almoços no bandeco. À professora Vivian Urquidi por me incluir na condução do congresso Pensar e Repensar a América Latina, aos professores Júlio e Lucilene por coordenar os trabalhos na equipe da revista do programa. Ao pessoal da secretaria do PROLAM, especialmente ao William que sempre com muita disposição nos atendeu.

Algumas outras pessoas que fizeram parte desta jornada como os companheiros e companheiras do CRUSP, em especial a amiga Ticiane que me auxiliou nas questões burocráticas. Aos amigos Nuggets por sempre estarem presentes, mesmo que a distância e todos aqueles que me apoiaram de alguma forma, meu muito obrigado.

.

"Ya no podemos ser el pueblo de hojas, que vive en el aire, con la copa cargada de flor,
restallando o zumbando, según la acaricie el capricho de la luz, o la tundan y talen las tempestades;
¡los árboles se han de poner en fila, para que no pase el gigante de las siete leguas! Es la hora del
recuento, y de la marcha unida, y hemos de andar en cuadro apretado, como la plata en las raíces de
los Andes"
(José Martí)

MODA, Bruno Massola. *O papel do Chavismo e do Lulismo na integração regional latino-americana*. 2019. (137 f). Dissertação – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação – Integração da América Latina, São Paulo, 2019.

RESUMO

No início do século XXI a América Latina experienciou uma mudança política em cadeia em seus governos deslocando, quase que de forma sincronizada em direção à um momento progressista da política regional, em um movimento que ficou conhecido como “onda rosa”. Assim, depois de quase duas décadas de neoliberalismo pernicioso e a produção de milhões de pessoas extremamente pobres, novos ares sopraram na região. Esta dissertação buscou apresentar a influência do chavismo e do lulismo, enquanto fenômenos políticos, na integração regional a partir de duas organizações internacionais: a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América — Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP). Ao desenvolver um estudo comparativo entre esses dois fenômenos, foi analisado os antecedentes do lulismo e do chavismo, bem como suas características enquanto governo, sobretudo no campo da política externa regional. Identificou-se, desta forma, que esses governos apresentaram uma agenda convergente de política externa principalmente no tangente a processos de cooperação dentro da lógica do regionalismo pós-neoliberal, ou pós-hegemônico, onde os processos integracionistas foram pautados com objetivos distintos da lógica comercial-econômica e priorizaram temas como educação, saúde, seguridade e desenvolvimento social, infraestrutura, paz e segurança regional e resolução de conflitos. O Brasil e a Venezuela, buscaram com a cooperação regional estabelecer zonas de influências na América do Sul e no Caribe exercendo um voluntarismo estratégico ao fomentar a integração latino-americana. Esta pesquisa analisou estes processos através das principais teorias de integração regional e o intergovernamentalismo é a que melhor se aplica para entender a ausência de cessão de soberania pelos Estados membros à UNASUL e a ALBA. Fator decisivo para mensurar um possível projeto de governança regional.

Palavras-chave: Lulismo, Chavismo, Integração Regional, Cooperação Internacional, Política Externa.

ABSTRACT

At the beginning of the 21st century, Latin America experienced an almost synchronized political change in many countries in what turned out to be known as the “Pink tide” for which many progressivist governments came to power. After almost two decades of pernicious neoliberalism and the production of millions of extremely poor individuals, new winds blew in the region. The present dissertation sought to present the influence of Chavism and Lulism, as political phenomena, in regional integration through two international organizations: the Union of South American Nations (UNASUR) and the Bolivarian Alliance for the Peoples of Our America - Treaty of Peoples Trade (ALBA-TCP). In developing a comparative study between these two phenomena, we sought to analyze the antecedents of Lulism and Chavism, as well as its characteristics as a government, especially their regional foreign policy. It was identified, therefore, that these governments had some similar goals in foreign policy being regional integration one of them. However, they aimed to set a new standard on cooperation processes by adopting a post-neoliberal or post-hegemonic regionalism. These new integrationist attempts were based on subjects other than economic and commercial ones but prioritized education, health, social security and development, infrastructure, regional peace and security, and conflict resolution fields. Brazil and Venezuela have sought to extend their zones of influence in South America and the Caribbean through regional integration. They do it by what we call a strategic voluntarism by which they calculate the costs and benefits by sponsoring Latin American integration. Due to the state-oriented characteristics of these governments intergovernmentalism theory looks like the most feasible to understand the absence of assignment of sovereignty to UNASUR and ALBA. A factor that has a direct impact to measure the consolidation of a potential model of regional governance.

Key words: Chavism, Lulism, International Cooperation, Foreign Policy, Regional Integration

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRI - Associação Brasileira De Relações Internacionais
ALADI - Associação Latino-Americana de Integração
ALALC - Associação Latino-Americana de Livre Comércio
Alalc associação Americana de livre comércio
ALBA - Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América
ALCSA - Área de Livre Comércio Sul-América
CARICOM – Comunidade do Caribe
CASA - Comunidade Sul-Americana De Nações
CELAC - Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
EUA – Estados Unidos da América
IRSA - Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
LCR – La Causa Radical
MAS – Movimiento al Socialismo
MBR – 200 - Movimiento Bolivariano Revolucionario
MCCA - Mercado Comum Centro-Americano
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MVB – Movimiento V Republica
OEA - Organização dos Estados Americanos
OI – Organização Internacional
OMC - Organização Mundial do Comércio
ONU – Organização das Nações Unidas.
PC – Partido Comunista
PCV – Partido Comunista Venezuelano
PDVSA - Petróleos de Venezuela SA
PL – Partido Liberal
PRV - Partido de la Revolución Venezolana (PRV)
PSUV – Partido Socialista unido de Venezuela
PT – Partido dos Trabalhadores

LISTA DE FIGURAS, QUADROS, GRÁFICOS E TABELAS.

Quadro 01. Intenção de votos em Lula por nível de renda familiar e nível de escolaridade no segundo turno (2002-2010)	p. 31
Tabela 01. Indicadores Macroeconômicos do Brasil (2002-2013)	p.38
Tabela 02. Evolução do gasto social total e do gasto com assistência social do governo federal – Brasil – 2002 a 2013.....	p.39
Figura 01. Votação por nível de renda na Venezuela (1998 – 2006)	p. 54
Tabela 03. Indicadores Macroeconômicos da Venezuela (1999-2013).....	p. 57
Gráfico 01. Índice Anual de Preços de Commodities (2000-2018)	p. 59
Quadro 02. Gastos em programas sociais em porcentagem do gasto público total da Venezuela.....	p.64
Quadro 03. Aportes da PDVSA para desenvolvimento social (valores em milhões de U\$D)	p.65

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 – ANALIZANDO OS “ISMOS”: PETISMO E LULISMO.....	17
1.1. <i>A esquerda na América Latina a partir da década de 1980</i>	21
1.2. <i>Antecedentes do Lulismo - a construção do líder e a conjuntura histórica da formação partidária/institucional do petismo.</i>	24
1.3.. <i>Grupos de apoio e polarização do Lulismo</i>	30
1.4. <i>A economia e política social no período de Lula.</i>	36
CAPÍTULO 2 – ANALIZANDO OS “ISMO”: BOLIVARIANISMO E CHAVISMO	42
2.1. <i>Grupos de apoio e polarização no Chavismo</i>	51
2.2. <i>Economia e política social no período de Chávez.</i>	57
CAPÍTULO 3 – COMPARANDO OS “ISMOS”: PETISMO, BOLIVARIANISMO, CHAVISMO E LULISMO.....	67
3.1. <i>A figura dos líderes Chávez e Lula</i>	69
3.2. <i>A política externa brasileira no governo Lula</i>	77
3.3. <i>A Política externa venezuelana no governo de Chávez</i>	81
3.4. <i>As relações Brasil-Venezuela: comparações de política externa</i>	83
CAPÍTULO 4 – EM BUSCA DE UMA INTEGRAÇÃO (PELA) POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA: O CASO DA UNASUL E DA ALBA.....	85
3.1. <i>Integração Regional: conceitos e antecedentes</i>	88
3.2. <i>Antecedentes da integração Regional na América Latina.</i>	92
3.3 <i>Regionalismo na América Latina</i>	95
3.4 <i>O velho regionalismo ou regionalismo fechado</i>	97
3.5 <i>Regionalismo aberto</i>	98
3.6 <i>Regionalismo pós-liberal</i>	100
3.7 <i>Formação da UNASUL</i>	104
3.8 <i>A formação de ALBA-TCP</i>	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS:	120
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	125

INTRODUÇÃO

No início do século XXI a América Latina experienciou uma mudança política em cadeia em seus governos deslocando, quase que sequencialmente - no que ficou conhecido como “onda rosa”, em direção à momento progressista da política regional. Assim, depois de quase duas décadas de neoliberalismo pernicioso e a produção de milhões de pobres extremos, novos ares sopraram na região. Ares que desfrutaram de uma conjuntura econômica internacional favorável com o *boom* no preço das commodities no mercado interno e pela articulação de dois importantes players na política latina-americana, o Brasil e a Venezuela e seus líderes de maior destaque na histórica contemporânea: Luís Inácio Lula da Silva e Hugo Rafael Chávez Fria, ou simplesmente Lula e Chávez. Estes que se tornaram mais que líderes políticos, tonaram-se fenômenos políticos e da política.

A conjuntura da onda rosa é multidimensional pois, de acordo com Borges (2014), pode ser interpretada como a ascensão das esquerdas latino-americanas que buscavam não apenas implementar um modelo de gestão econômica pela via progressista buscando o desenvolvimento nacional através do fortalecimento do papel do Estado, mas, também, através de processos de cooperação regional pela via política. É neste último ponto específico que essa pesquisa se debruçou a fim de compreender a dinâmica dos processos integracionistas na região analisando a influência da onda rosa, sobretudo o papel do Brasil e da Venezuela e de seus líderes, Chávez e Lula. Desta maneira, o nosso principal questionamento ao desenvolver esta pesquisa foi: o pensamento político-ideológico de esquerda orientou o desenvolvimento de processos integracionistas no início do século XXI na América Latina? Se sim, quais foram os desdobramentos?

A partir daí estabelecemos algumas delimitações que sobre a abrangência da pesquisa. Primeiro identificamos os países que consideramos ter o maior protagonismo nas relações internacionais da América Latina no período analisado, 2000 a 2013, particularmente no campo da integração regional. Identificamos, portanto dois atores: Brasil e a Venezuela. Em uma segunda delimitação, mapeamos as organizações internacionais criadas no período analisado identificando aquelas com maior protagonismo dos atores em suas fundações de maneira tal que escolhemos a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América — Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP).

Outrossim, estabelecemos algumas proposições a fim dar um norte à nossa pergunta inicial. Em primeiro lugar, partimos do pressuposto que o fenômeno da “onda rosa” trouxe uma nova realidade para política externa latino-americana. Neste sentido alguns arranjos regionais como a UNASUL e a ALBA foram desenvolvidos dada a conjuntura política favorável ao diálogo e a confluência política dos diversos governos Latino Americano no período de 2000 a 2013. Em seguida projetamos que essas organizações serviram para embasar um movimento da política externa da região em busca de maior autonomia no sistema internacional. Adicionalmente, inferimos que a conjuntura política estabelecida não apresentava um pensamento político único e bem definido (ideologia) entre todos os países a onda rosa. A heterogeneidade da esquerda latina-americana se traduziram diferentes retóricas e projetos de poder que se desenharam na órbita dessas organizações regionais. Por fim, consideramos que uma apenas uma conjuntura política-ideológica favorável não seria o suficiente, em si mesma, para desenvolver processos de integração. Estes são resultados de relações intergovernamentais complexas nas quais diferentes atores dotados de vontades e interesses, que ora se convergiram e ora se divergiam, impulsionaram tais processos através de um voluntarismo estratégico.

Esta dissertação, portanto, aborda as variáveis que compõe essa fase da integração latino-americana a fim de trazer uma nova perspectiva análise sobre as motivações que levaram à criação dessas organizações. Focamos, portanto, na convergência política dos países, pois se coloca como o primeiro requisito para que projetos integracionistas sem objetivos comerciais-econômico, como é o caso das organizações trabalhadas nesta pesquisa, mas e integração para fins de política (social, cultural, de saúde, infraestrutura, econômica, energética, etc.) se desenvolvam. Buscamos, portanto, testar a hipótese de que uma integração política na América Latina foi gestada dada a convergência política ideológica dos governos brasileiro e venezuelano nas duas primeiras décadas de 2000.

Ao analisar convergências ou divergências, comparamos e é o método comparativo que empregamos majoritariamente nesta pesquisa seja analisando a formação histórica dos fenômenos políticos aqui estudados, chavismo e lulismo, seja identificando os principais traços das políticas domésticas e externas dos países abordados e por fim as organizações internacionais escolhidas. Só podemos saber se um evento político é único se compararmos. É necessário ter em mente que o comparável, é aquilo que pertence a mesma classe ou ao mesmo gênero. Sartori (2002) destaca que, mesmo sendo critérios subjetivos, fabricados por uma certa lógica classificatória a homogeneidade é base da possibilidade de se comprar e a heterogeneidade da impossibilidade. A política comparada não trata de apenas encontrar

semelhanças, mas realiza um exercício dialético de encontrar semelhanças e diferenças. Não pode pecar pelo excesso de assimilação, identificar apenas semelhanças, nem pelo excesso de diferenciação, doutra forma a comparação não seria necessária. Ainda segundo o autor italiano, comparar implica assimilar e diferenciar nos limites. Em outras palavras, é dizer que as comparações que interessam observam os atributos entre entidades que possuem atributos totais compartilhados e não compartilhados em parte.

A construção desta pesquisa foi baseada em fontes como documentos oficiais das organizações internacionais, países, dos partidos políticos abordados, discursos oficiais disponibilizados pelos Estados ou em veículos não oficiais como jornais e vídeos. Outrossim, recorremos a dados socioeconomicos de agências oficiais dos governos do Brasil e também da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). O principal desafio posto neste sentido, foi localizar dados oficiais do governo da Venezuela. Recorremos outrossim a bibliografias secundárias especializadas no tema proposto. Desta maneira, esta dissertação não pretende esgotar a temática da integração regional latinoamericana, mas contribuir com uma nova perspectiva que influenciou tal processo. Também não pretendemos estabelecer classificações próprias de governos ou partidos como de esquerda ou centro-esquerda, portanto reproduzimos os rótulos que estes mesmos atores se empregam ou importamos classificações da literatura especializada. Finalmente, esta pesquisa é um estudo em aberto uma vez que tratamos de fenômenos sociais e de ações de política externa recentes e passíveis de revisões conceituais e novos desdobramentos.

No primeiro capítulo abordamos os antecedentes do lulismo e do chavismo, bem como a origem das instituições políticas em que eles tiveram atrelados. O Partido dos Trabalhadores (PT) e o Movimiento Bolivariano Revolucionário (MBR -200), respectivamente. Oferecemos, outrossim, uma abordagem histórica do contexto da chegada ao poder de Lula e Chávez, a conjuntura internacional de colapso da Guerra Fria e a instauração do neoliberalismo e seus efeitos como política econômica nos países.

Já no segundo capítulo buscamos apresentar as linhas gerais dos governos de Lula e Chávez, o relacionamento dos líderes com os seus respectivos partidos, com suas bases de apoio e com aqueles que opunham aos seus governos. Adicionalmente, introduzimos as principais características econômicas destes governos bem como o desenvolvimento de políticas sociais. Característica acentuada em ambos os países. Consideramos igualmente importante apresentar o fortalecimento da figura de Chávez e de Lula enquanto líderes tanto nos seus países quanto externamente e esbarramos no conceito de populismo proposto por Ernest Laclau. Encerramos

o segundo capítulo delineando as principais características de suas políticas externas (PEX), ponto fundamental para se compreender a importância dada à integração regional por ambos os líderes.

No terceiro capítulo destacamos algumas dos principais matizes de integração, retomamos os antecedentes na América Latina, abordamos os diferentes momentos do regionalismo passando pelo fechado na metade do século XX, pelo aberto com a implementação do neoliberalismo e chegamos ao regionalismo pós-neoliberal. Este que priorizou o desenvolvimento social como um todo afastando-se em ser unicamente econômico ou comercial. Partimos, finalmente, para apresentação da UNASUL e da ALBA e as percepções do chavismo e do lulismo sobre estas organizações.

Nas considerações finais apresentamos um balanço comparativo entre os fenômenos lulismo e chavismo, os avanços e as limitações de suas percepções, a operacionalização da integração regional e o impacto desses fatores no estabelecimento de uma governança regional.

CAPÍTULO 1 – ANALIZANDO OS “ISMOS”: PETISMO E LULISMO

A adesão ao paradigma econômico neoliberal pelos países latino-americanos nos anos 80 e 90 provocou profundas alterações socioeconômicas que, como já demonstrado por inúmeras pesquisas acadêmicas corroe receitas financeiras nacionais, promoveu a desindustrialização, aumento do desemprego, da pobreza e colapsou economias inteiras. Este projeto de inserção das chamadas economias periféricas no sistema econômico internacional foi comandado e atendeu as expectativas dos países desenvolvidos, especialmente Estados Unidos e países Europeus, que atuaram através de seus poderosos tentáculos financeiros-econômicos travestidos de organizações internacionais: o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Pela via política, este período foi marcado pela aproximação com grupos de direita, pelo fortalecimento de práticas capitalistas excludentes e o alinhamento automático de suas políticas externas a países desenvolvidos.

O colapso do neoliberalismo permitiu que novos projetos políticos emergissem na transição do século XX para o XXI na América Latina dentro do movimento político denominado de “onda rosa”. Em linhas gerais, o termo congrega governos que se identificavam com a esquerda cujo discurso político esteve voltado para o bem-estar social, sobretudo, dos desfavorecidos, em países marcados pelo subdesenvolvimento e profundas assimetrias sociais.

A conjuntura de análise tem como destaque dois atores internacionais que se articularam com maior avidez em busca de unicidade entre os povos sul-americanos: o Brasil e a Venezuela. Este capítulo objetiva apresentar e comparar o Chavismo e o Lulismo como movimento político a partir de quatro grandes variáveis: sintética perspectiva histórica sobre a formação dos grupos políticos sob os quais Chávez e Lula ascenderam ao poder, seus governos, o desenvolvimento do Lulismo e do Chavismo enquanto paradigma político e diretrizes de ambas as políticas externas.

Neste sentido, a história política recente da América Latina traz duas importantes figuras que buscaram desenvolver modelos de governança particulares tanto em termos de política nacional quanto de política externa no subcontinente. O brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva e o venezuelano Hugo Rafael Chávez Frias se tornaram mais que líderes políticos, tonaram-se fenômenos políticos e da política. Fenômenos políticos enquanto potencial paradigma de governança, o fazer-se da política, e fenômenos da política enquanto personalidades políticas dotadas de popularidade nacional e internacional com significativo capital político próprio capaz de transferi-lo de forma a influir na política nacional. Daí o título dos capítulos

um e dois, propondo uma análise dos “ismos”, sufixo este de origem greco-latina associado, na língua portuguesa corrente, à qualidade ou caracterização das ideias que o sufixo retrata (CÂMARA Jr., 1985). Esta reflexão ficou evidenciada no histórico discurso de Luís Inácio Lula da Silva no dia sete de abril de 2018 minutos antes de ser preso no âmbito da investigação da Lava-Jato:

Não adianta tentar acabar com as minhas ideias, elas já estão pairando no ar e não tem como prendê-las. Não adianta parar o meu sonho, porque quando eu parar de sonhar, eu sonharei pela cabeça de vocês e pelos sonhos de vocês. Não adianta achar que tudo vai parar o dia que o Lula tiver um infarto, é bobagem, porque o meu coração baterá pelos corações de vocês, e são milhões de corações. Não adianta eles acharem que vão fazer com que eu pare, eu não pararei porque eu não sou um ser humano, sou uma ideia, uma ideia misturada com a ideia de vocês. (LULA DA SILVA, 2018)

Fenômenos políticos podem ser corretamente compreendidos através da verificação calcada na experiência. Sartori (2002) destaca os seguintes métodos utilizados pelas Ciências Humanas e Sociais para conduzir uma experiência: experimental, estatístico, estudo de caso (também denominado de histórico) e a comparação. Os métodos experimental e estatístico são menos utilizados na ciência política, embora considerados os de maior precisão. O primeiro trata de casos isoláveis e manipuláveis, amplamente aplicável em microanálises no campo da psicologia. Já o segundo, requer análises de casos quantificáveis e um grande volume de dados numéricos disponíveis.

A correlação de ideia e fenômeno, do ponto de vista político, se entrelaçam numa troca dialética tornando o fenômeno uma ideia e a ideia um fenômeno atuando como causa e consequência de um determinado cenário político, por exemplo. Ou se desprendendo da relação espaço-tempo, que um cenário político possa limitar, perpassando gerações. Na história da América Latina “ismos” são recorrentes, mas apenas em alguns poucos casos são temporalmente transcendentais como o bolivarianismo, o peronismo, o chavismo e o lulismo, para citar alguns. Segundo Tilly (2009), os fenômenos políticos são partes constituintes da história no tempo e no espaço e que, portanto, fundamentação histórica é necessária para sua compreensão. É importante destacar, no entanto, que o método histórico engloba a perspectiva nomotética – que busca uniformidades e generalizações – e ideográfica cujo foco é a análise individual/particular do objeto. Esta dupla função do método histórico, faz com que sua natureza seja inadequada para sistematizar segundo uma abordagem puramente sincrônica uma vez que a ciência política, enquanto disciplina, busca descobrir uniformidades e generalizações (URBANI, 2011). Não se deve descartar, contudo, que o comparativismo carrega o risco da extrema generalização em comparações radicalmente opostas e nem o fato de que é mais débil

do que os métodos experimental e estatístico. Porém, quando a experimentação é impossível e os dados estatísticos insuficientes, recorre-se a comparação.

À ciência política, interessa utilizar o método historiográfico apenas para ter o controle histórico, ou seja, um tratamento apropriado da história para que se possa criar hipóteses generalistas ou compreender leis. O comparativismo se aplica a unidades geopolíticas, processos e instituições um tempo que se considera igual, o que é uma simplificação em relação ao método histórico. Assume-se, por conseguinte, uma dimensão sincrônica utilizando excessivamente da máxima *ceteris paribus*¹. Enquanto o método histórico faz uso da dimensão diacrônica, sem paridade das condições permitindo um *ceteris non paribus*². Sartori (2002) observa que o método histórico é mais complexo que o comparativo e o acesso aos dados utilizando o método comparativo é mais fácil por abordar o “presente”.

Só podemos saber se um evento político é único se compararmos. É necessário ter em mente que o comparável, é aquilo que pertence a mesma classe ou ao mesmo gênero. Ademais, mesmo quando se utiliza critérios subjetivos, fabricados pela lógica classificatória, a homogeneidade é base da possibilidade de se comprar e a heterogeneidade a impossibilidade. A política comparada não trata de apenas encontrar semelhanças, mas sim um exercício dialético de encontrar semelhanças e diferenças. Não pode pecar pelo excesso de assimilação, identificar apenas semelhanças, nem pelo excesso de diferenciação, doutra forma a comparação não seria necessária. Ainda de acordo com Sartori (2002), comparar implica assimilar e diferenciar nos limites. Em outras palavras, é dizer que as comparações que interessam observam os atributos entre entidades que possuem atributos totais compartilhados e não compartilhados em parte.

Segundo Urbani (2011) e Fabrinni; Molutsi (2011) o método comparativo engloba quatro técnicas. A primeira é a classificar, isto é, definir o objeto e fixar critérios que serão utilizados para definir tópicos (ou unidades de comparação) sob o qual os objetos em análise serão submetidos. A segunda é especificar as propriedades dos critérios analíticos. Para isso se deve balancear generalidades e especificidades, ou seja, conceitos que se aplicam a um alto número de casos, portanto abstrações que não podem ser confrontadas com os fatos, ou conceitos muito específicos que define um único fenômeno. A terceira é analisar o “contexto político” – ou a identificação do tempo – dos países estudados a fim de limitar os casos explorados pelas semelhanças de cultura política, desenvolvimento econômico e erros

¹ “Todo o mais é constante”.

² “Todo o mais não é constante”.

históricos semelhantes. Por fim, a quarta dispõe sobre coletar dados que forneçam elementos comparáveis.

Para o desenho deste capítulo escolhemos um hibridismo entre algumas funções do método histórico e a aplicação do método comparado. O método comparativo quando aplicado à política comparada permite desenvolver explicações científicas através das correlações uma vez que o método avalia uma explanação pela assumpção de correspondências entre as propriedades das variáveis independentes e das variáveis dependentes. Tais correlações ocorrem quando são ativadas por determinados atores e acontecem dentro de um campo, âmbito de interesse, limitado e homogêneo (FABRINNI; MOLUTSI, 2011).

Propomos abordar sucintamente o nascimento das instituições políticas, o partido no caso de Lula e o movimento no caso de Chávez e as correntes filosóficas que dominaram o período pré-ascensão ao poder. Em seguida abordaremos as políticas de governo combinadas com desenvolvimento dos paradigmas políticos lulismo e chavismo. Finalmente, entraremos na política externa apresentando a política de Estado e a diplomacia presidencial. Maiormente, a espinha neural deste capítulo é apontar variáveis que indiquem a orientação política à esquerda dos fenômenos políticos analisados e, por conseguinte, a convergência político-ideológica que impactou diretamente na construção de processos de integração, primariamente, política na América Latina.

Sartori (2002) propôs uma escala de abstração dividida em três níveis para se efetuar uma análise. Descendentemente, tem-se o “alto nível”, cujo objetivo é desenvolver conceitos universais que perdem em conotação (intensão), totalidade de características, mas é expressiva em extensão (denotação), totalidade do objeto e analisam contextos heterogêneos. O “nível médio” elabora conceitos gerais a partir de comparações inter-áreas e tem como efeito o equilíbrio entre denotação e conotação. É neste patamar que grande parte dos estudos comparativos acontecem. Isto porque prevê o exercício de classificações e de desdobramentos taxinômicos apontando espécies e subespécies a serem analisada além de sustentar toda estrutura da escala de abstração. Por fim, o “nível baixo” que analisa casos particulares dentro de um contexto definido formulando especificações descritivas de intensão máxima e extensão mínima. Observa-se, portanto, a lógica da dedução e indução.

Vale ressaltar, finalmente, que não é objetivo final de esta pesquisa propor uma teoria sobre integração política no campo das relações internacionais, mas identificar convergências político-ideológicas de fenômenos políticos nacionais e a instrumentalização dessas no plano internacional. Baseando-nos em Sartori (2002), a formulação de um conceito de “integração

política”, enquanto conceito universal de amplo alcance limitaria a intensão, ou seja, validade explicativa para cada caso aplicado. Portanto, buscamos testar a hipótese de que uma integração política na América Latina foi gestada dada a convergência política ideológica dos governos brasileiro e venezuelano na década de 2000.

1.1. A esquerda na América Latina a partir da década de 1980

A queda dos regimes militares na região, a partir da metade da década dos anos 1980 seguido por processos de redemocratização propiciou o retorno de alguns partidos de esquerda à cena política. No âmbito econômico, caminhava-se em direção à modernização em sentido cada vez mais liberalizante rechaçando a estratégia desenvolvimentista das décadas anteriores. Na América Latina, o cenário econômico foi marcado por instabilidade com hiperinflação e endividamento externo criando a tempestade perfeita para os partidos que disputavam as eleições no fim nos anos 80 e início dos anos 90 adotassem a agenda neoliberal em seus governos (CERVO, 2000).

No campo político-ideológico, parte da socialdemocracia latino-americana, no passado combatera os regimes ditatoriais, ascendeu ao poder e aderiu ao paradigma econômico neoliberal reduzindo a participação do Estado na economia e, conseqüentemente, o nível de bem-estar social. Esse movimento reproduzia o comportamento dos partidos socialdemocratas europeus. Havia em curso desde os anos 1950 uma política propagandística capitaneada pelos Estados Unidos que inflava o sentimento antissoviético ao ressaltar o totalitarismo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas aproximando o stalinismo do nazismo (SADER, 2010). Indubitavelmente, a socialdemocracia europeia foi influenciada por esse movimento que, por tabela, foi absorvida pelos partidos políticos da América Latina. Adoção de métodos de planificação econômica, instrumentos de dirigismo econômico ou postulados ligados ao repertório marxista foram abandonados por socialdemocratas de centro-esquerda e socialistas democratas. Entrava em prática o oxímoro “sim à economia de mercado, não à sociedade de mercado” (SILVA, 2009, p. 165).

Esse momento da política, que encontrou lugar na socialdemocracia, denominado por Anthony Giddens de “terceira via” foi sintetizada principalmente nos governos de Bill Clinton e Tony Blair que corresponde a segunda fase do neoliberalismo, considerada mais suave. A primeira ocorreu quando da sua feroz aplicação sob o Thatcherismo, nos anos 1970 e 1980. A terceira fase, final da década de 1990 e início dos anos 2000, representou sua derrocada com os

enormes prejuízos sociais causados levando a ascensão de governos progressistas na América Latina.

Durante a década de 1980 e 1990, Bresser-Pereira (1990) observa que a nova esquerda latino-americana que emergia concomitantemente ao colapso da URSS era inspirada na esquerda europeia ocidental das décadas de 1950 e 1960. Ou seja, a socialdemocracia era entendida como a nova esquerda, a esquerda progressista, pois combinava uma agenda social com governança democrática. De acordo com Fiori (2006), a estagnação econômica da década de 1980 e a liberalização irrestrita da economia que se seguiu esvaziou o tradicional conceito de socialdemocracia. Surgia desta forma, uma socialdemocracia inserida na globalização econômica e financeira assimétrica, o que lhe empregava uma condição de dependência e submissão.

Quando no poder, os tradicionais partidos que compunham o bloco da socialdemocracia na região, acabou por negligenciar seu próprio caráter social e aprofundou a condição dependentista e dominada pelo capital internacional, que em décadas anteriores, o nacional-desenvolvimentismo buscou romper. Na América do Sul, as eleições de Carlos Menem na Argentina, de Fernando Collor de Mello no Brasil e de Carlos Andrés Pérez na Venezuela exemplificam o início desse momento. Os dirigentes de partidos latino-americanos, no poder durante as décadas de 1980-1990, que integravam a Internacional Socialista, Argentina, Brasil, Chile, Equador, México, Panamá, Venezuela dentre outros, perderam credibilidade e foram destituídos da cena política, pois aplicaram uma política social para, nas palavras de Lemoine (2012, s/p), “os bem vestidos e bem alimentados”.

Trabalhamos até aqui o surgimento da socialdemocracia enquanto paradigma político se tornou a antítese das ideias que o bloco da esquerda defendia naquele período. O fim do período das ditaduras permitiu que os movimentos de esquerda, das mais diversas vertentes, prosseguissem na luta pelo aprofundamento da democracia. Surgiu então uma esquerda que Castañeda (1994) denominou de reformista cuja inclinação política era de centro-esquerda e integrava partidos inspirados na socialdemocracia europeia, na Internacional Socialista e aqueles originários da luta armada. O compromisso desta esquerda estava baseado na execução da democracia, das liberdades de expressão e de associação, e na proteção dos direitos humanos. Ademais, essa esquerda defendia uma agenda orientada ao social, comprometida com a redução das assimetrias, promoção do desenvolvimento social e de políticas socioeconômicas redistributivas.

Funcionalmente, uma parte das esquerdas abarcou diversos movimentos populares que influenciaram diretamente na construção do Movimiento al Socialismo (MAS) na Bolívia, do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil e no Movimiento V República (MVR) na Venezuela. Castañeda (1994) denominou esses movimentos de “esquerda social”, pois eram oriundos da pobreza urbana e de setores médios populares e transcendia o debate tradicional em torno das classes. Na década de 90 os movimentos sociais latino-americanos se destacaram como resistência ao processo neoliberal com demandas para moradia, gênero, meio ambiente, direitos humanos e movimentos contra pobreza ligados à igreja católica. São exemplos desses movimentos: os piqueteiros na Argentina, zapatistas no México, sem terras no Brasil, movimentos indígenas na Bolívia e no Equador e centrais sindicais com menos força na época (SADER, 2010)

A valorização e o aprofundamento da democracia se tornou objetivo das esquerdas. Isto porque a redemocratização ocorreu com a prática de uma democracia representativa de baixa intensidade que, através dos governos socialdemocratas, atuava em favor do projeto neoliberal e da economia de mercado em detrimento da proteção social dos economicamente vulneráveis. Urgia, portanto, estabelecer projetos de democracia radical para democratizar a democracia visando não só a representação, mas a atuação direta setores populares nas decisões políticas. Isso só seria possível, Segundo Roberts (1998), através do esforço coletivo das classes subalternas que foram silenciadas da política oficial durante a vigência do neoliberalismo. A organização dos subalternizados criaria um poder social e político que teria capacidade de mudar o status da democracia representativa para participativa ou social.

Haviam duas principais vertentes de concepção de democracia dentre as esquerdas latino-americanas no período, segundo Roberts (1998). A primeira valorizava o exercício da soberania popular sobre a tomada de decisão coletiva aprofundando mecanismos de participação direta e de autogoverno, característica ligada à tradição socialistas. A segunda, influenciada pelo trauma do autoritarismo, valorizava a democracia dentro de uma estrutura institucional responsável por agregar diferentes grupos políticos e gerenciar competições pacíficas dentro do sistema estabelecido buscando consensos. Em grande medida, essas vertentes acolhem o projeto chavista, na primeira, e o lulista, na segunda.

O neoliberalismo esgarçou as condições socioeconômicas e políticas na América Latina, incluindo Venezuela e Brasil. Não à toa, o findar da década de 1990 estava armada uma conjuntura econômica e política para que movimentos de esquerda apresentarem uma proposta englobassem mecanismos e ações para superação dos malogrados da década anterior pautados

em políticas de distribuição de renda mais justa e justiça social como um todo. Segundo Sader (2010) e Lemoine (2012) os novos líderes políticos: Chávez (Venezuela), Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil), Evo Morales (Bolívia), Rafael Correa (Equador), emergiram das lutas e dos movimentos populares. Este movimento é identificado como uma resposta ao ciclo neoliberal que dominou a região nos anos 1980 e 1990. A nova articulação da esquerda foi um fenômeno com características de governo e concepções filosóficas plurais, mas que pleiteavam buscar o desenvolvimento através de políticas sociais a fim de amainar as assimetrias socioeconômicas que assolavam o subcontinente.

O Chavismo e o Lulismo enquanto formas de governo, foram desenvolvidos sobre diferentes áreas da sociedade que para fins organizativos nesta pesquisa utilizaremos quatro grandes categorias para explica-los nos capítulos um e dois, respectivamente. Não se pretende, contudo, propor novas análises dos referidos fenômenos, mas apresentá-los e instrumentalizá-los na formação de processos de integração regional na América Latina. A primeira categoria que utilizaremos são os grupos de apoio aos fenômenos e fatores de polarização. Em seguida analisaremos linhas gerais de suas políticas econômicas em conjunto com as políticas sociais. Já no terceiro capítulo, apresentaremos a terceira categoria buscará compreender a figura dos líderes e seu capital político e também a quarta categoria, que para esta pesquisa tem maior relevância, será abordada no capítulo seguinte e tratará da política externa colocada em prática pelos governos de Lula e de Chávez. A separação em categorias facilita estabelecer aproximações e distanciamentos dos fenômenos a partir das áreas temáticas propostas.

1.2. Antecedentes do Lulismo - a construção do líder e a conjuntura histórica da formação partidária/institucional do petismo.

As esquerdas se mobilizaram nas décadas de 1980 e 1990 em grande parte através dos movimentos sociais que mais tarde emergiram com força nos anos 2000. No Brasil, de 1964 até 1985 vigorou uma ditadura militar que suprimia as forças políticas ligadas à esquerda que estava parte concentrada nas ações reacionárias em movimentos de luta armada, movimento sindical, movimento estudantil e algumas ações de comunidades religiosas ligadas à igreja católica, Comunidades Eclesiais de Base (CEB). Tanto as CEBs quanto o movimento sindical compuseram a base principal da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 10 de fevereiro de 1980 que a época ensaiava distante simpatia com o socialismo, negava o comunismo soviético e a socialdemocracia europeia e defendia um programa democrático, Secco (2011).

A fase inicial do PT, na qual Singer (2012) definiu como “espírito de Sion”³ incluía três grandes características. A primeira era o resgate do socialismo através da ideia de uma sociedade sem exploradores e explorados, sem pacto populista que embaçava a perspectiva de classes com o conceito homogeneizador de massas. A segunda era o papel das CEBs que tinham perspectiva crítica do capitalismo. Finalmente, a terceira era o papel dos sindicatos dos trabalhadores e as greves emanando um “Novo sindicalismo”⁴ que pregava liberdade sindical, ao buscar a desvinculação do movimento operário ao Estado.

A conjuntura internacional da Guerra Fria estigmatizou o “rótulo político” de esquerda o que fez com que, na Europa, houvesse um abandono a referência do termo “socialismo” pelos partidos socialdemocratas. O esgotamento da experiência socialista soviética foi negativamente instrumentalizado pela direita neoliberal através dos meios de comunicação em massa que começavam a operar no fim da década de 1980. O surgimento de um sentimento anticomunista e antisoviético permeou o cenário político latino-americano até os anos 2000. Isso não impediu que houvesse uma considerável escalada nas forças da esquerda no Brasil devido ao movimento sindical. O PT, cuja base de apoio eram trabalhadores majoritariamente do operariado urbano, em 1981 estava presente em 21 estados, e em 1982 elegeu 8 deputados federais. Em 1980, o PT tinha 26.000 afiliados, em 1985, 290.000 filiados e em 1989 500.000 (SECCO, 2011). Embora com grandes conquistas nas eleições de representantes nos poderes municipais, estaduais e federais o PT demoraria duas décadas para chegar à presidência da república.

A formação do PT contou com diversas bases de apoio e, por conseguinte, diversas matizes ideológicas que o partido chamou de tendências. A defesa da pluralidade de correntes ia à contramão do que defendeu o PC soviético sob o comando de Stalin e assim dissipava a manutenção de uma corrente ideológica única. O seminal trabalho histórico-documental de Lincoln Secco, *História do PT* (2011), registrou algumas das principais tendências na primeira década de existência do partido. Mais à esquerda, dentro do partido, estiveram o Movimento por uma Tendência Marxista (MTM), a Força Socialista, Brasil, Socialista, O Trabalho (OT), Causa Operária, Convergência Socialista (CS), Esquerda Marxista., sendo as três primeiras ligadas às correntes trotskistas (Martins, 2015). Ao centro-esquerda político Democracia Socialista (DS), Vertente Socialista e Articulação de Esquerda (AE). Ao centro estavam a Articulação, Novo Rumo, Movimento PT, PT de Luta e de Massas (PTLM) e Mensagem. À

³ Em referência ao Colégio Sion, local de primeira reunião de fundação do PT.

⁴ O termo ‘Novo Sindicalismo’ passou a ser empregado na caracterização dos movimentos sociais oriundos das grandes greves ocorridas na região do ABC paulista a partir de 1978 e que originou uma das grandes representações dos trabalhadores, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) fundada em 1983.

direita estava Nova Esquerda, PT Vivo e Construindo um Novo Brasil (CNB) (SECCO, 2011, p. 306-307)

Talvez pela sua origem basista, tendo interlocução direta com movimentos sociais, principalmente através das atividades sindicais, o PT foi constituído elevando ao máximo a democracia tanto enquanto forma de governo, dado o período de ditadura e logo em seguida o movimento das Diretas Já que se espalhava pelo Brasil, e dentro de seus processos decisórios institucionais. Em 1979, antes mesmo de se constituir oficialmente um partido político, foi lançada a “Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores” na qual o PT afiançava a democracia plena, com as massas⁵ no comando, como um meio para se alcançar uma sociedade socialista. Anos mais tarde, particularmente no I Congresso realizado em primeiro de dezembro de 1991, o partido adotaria a palavra “radical” ao definir seu caráter democrático. A radicalidade da democracia estaria baseada na necessidade da socialização e extensão da política associado a libertarismo⁶ conformando assim o que “socialismo petista”⁷. Brandão (2003), afirma que o socialismo democrático petista avançou em termos teóricos, principalmente de 1979 a 1994, mas não em termos práticos.

O socialismo do PT tomou um corpo robusto durante o VII Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores realizado na cidade de São Paulo em 1990. O texto produzindo no encontro, “O Socialismo Petista”, tecia várias críticas ao socialismo soviético e a disparidade com o projeto do PT, sobretudo no que tangia a democracia. Igualmente, criticava a hierarquização do modelo soviético, sua burocracia demasiada e a repressão ao pluralismo ideológico que ia na contramão do socialismo almejado pelo PT. Isto porque, o partido incorporou, durante sua criação, diferentes correntes oriundas do marxismo, do socialismo, do cristianismo, do sindicalismo, entre outros. A busca pelo fim da opressão, da exploração e, portanto, da superação do capitalismo era consequência, igualmente, de uma sociedade democrática. Assim, as democracias políticas e econômicas estariam pautadas nos meios de produção socializados a

⁵ Em sua Carta de Princípios o PT definiu “massas populares” a parcela da população explorada e marginalizada pelo capitalismo, com especial participação a massa trabalhadora explorada sobretudo os operários que são considerados a “[...]vanguarda de toda a população explorada [...]” (PT, 1979: s/p). Cf. “Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores” disponível em: < <https://pt.org.br/carta-de-principios-do-partido-dos-trabalhadores/>>. Acesso em 20 dez. 2018.

⁶ “Por ser libertário, o socialismo petista se insurge contra todas as formas de discriminação de gênero, étnica, religiosa e/ou ideológica, em relação aos portadores de deficiência, às opções sexuais, às preferências artísticas, aos jovens e aos velhos, enfim, às diferenças que marcam as sociedades humanas.” (Congresso Nacional do PT, 2003:13)

⁷ Partido dos Trabalhadores. O socialismo Petista. VII Encontro Nacional. Anhembi – São Paulo, SP – 31/05 a 03/06/1990. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/04-osocialismopetista.pdf>>. Acesso em 27 dez. 2018.

partir da autogestão democraticamente e orientada à vontade social e num socialismo garantidor das liberdades de manifestação, opinião e de organização.

Ao longo dos anos 1980 o partido aprofundou sua institucionalização e obteve crescente adesão de filiados, assim como crescimento nas eleições estaduais e municipais mesmo sem proclamar uma filosofia oficial. Até início dos anos 1990 o PT foi oposição extra-parlamentar e difundiu o socialismo, a sua maneira, como objetivo final da luta da classe trabalhadora. É o período em que o PT desenvolve sua identidade enquanto partido de esquerda através da sua grande base operária e por congregar intelectuais da esquerda e da extrema esquerda (SECCO, 2011).

A disputa presidencial de 1989, primeira eleição direta livre para presidente após o fim da ditadura, levou ao segundo turno Lula e Fernando Collor de Melo. Lula, que tinha sido eleito deputado federal por São Paulo em 1987, aparecia empatado com Fernando Collor nas pesquisas que antecederam o segundo turno. Lula tinha 44,4 % das intenções de voto enquanto Fernando Collor aparecia com 44,9%, segundo pesquisa do Instituto Gallup divulgado em 15 de dezembro de 1989⁸. Contudo o último debate presidencial foi manipulado pela Rede Globo de televisão, que o transmitia, a fim de beneficiar Collor de Melo que saiu vitorioso do pleito. Embora em segundo lugar, com 46,97% dos votos, de acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral, Lula teve sua popularidade inflada. Concorreu com um programa de governo dividido em seis partes⁹ que fora aprovado durante o VI Encontro Nacional em junho de 1989: “Democracia”, “Economia”, “Plano Alternativo”, “Questão Agrária”, “Questão Urbana” e “Sociedade”.

O tópico da democracia valorizou o distanciamento entre o projeto petista e a experiência socialista soviética. O termo socialismo ou socialista apareceram sete vezes sendo apenas uma delas de forma positiva ao defender uma política externa que valorizava a soberania nacional e apontando que assim o governo reforçaria “[...] a caminhada rumo a um futuro socialista para a humanidade”¹⁰ (PT, 1989: s/p.). Já no documento “Economia” não houve menção qualquer à um modelo econômico de cunho socialista. Também esteve ausente qualquer menção ao termo nos documentos sobre a “Questão Agrária” e a “Questão Urbana”. No documento

⁸ Gallup dá 44,9 a Collor e 44,4% a Lula. O Estado de S. Paulo. Página 4. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19891217-35225-nac-0004-999-4-not>>. Acesso em 28 dez. 2018.

⁹ Os documentos completos, cujos títulos são “Democracia”, “Economia”, “Plano Alternativo”, “Questão Agrária”, “Questão Urbana” e “Sociedade” podem ser acessados na íntegra em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/node/5881>>. Acesso em 29 dez. 2018.

¹⁰ Partido dos Trabalhadores. Democracia. Fundação Perceus Abramo [online], 1989. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/democracia.pdf>> Acesso em 29 dez. 2018.

“Sociedade” o termo socialismo aparece seis vezes. Finalmente no “Plano Alternativo de Governo” a palavra socialismo aparece dez vezes e deixa claro o desejo do partido de construir uma sociedade socialista. Contudo, a diferença entre a agenda eleitoral e o plano proposto pelo partido demonstra o que Secco (2011, p. 265) chamou de “recuo ideológico do socialismo”. Uma atitude cada vez mais em praticada nos anos 1990, devido a necessidade de angariar maior número de eleitores, empurrou o socialismo para o fundo da arena eleitoral.

De acordo com Singer (2012), este período marca a fase de transição entre o espírito de Sion, período inicial do partido onde o PT congregou diversas correntes políticas-filosóficas incluindo de extrema esquerda para o “espírito do Anhembi”¹¹, a partir de 2002, quando o partido se comprometeu com a estabilidade econômica nacional e a não romper com o modelo capitalista-financeiro em vigor e nem com os compromissos assumidos dentro do sistema. Secco (2011) classificou esta como sendo a terceira fase do PT ao se aproximar dos “vícios da política tradicional” (SECCO, 2011, p. 259). Diferentemente de Singer (2012), Secco (2011) propõe uma fase intermediária entre a origem do PT defensor do socialismo e a assunção de uma agenda econômica liberal nos anos 2000. Esta fase de transição, mais delineada, é fruto não só da conjuntura externa com a queda do Muro de Berlim, a estrangulação econômica causada pelo neoliberalismo, mas também de fatores internos como a ocupação de cargos no legislativo nacional pelo PT, a perda nas eleições presidenciais de 1994 e do papel do partido como oposição parlamentar.

Igualmente importante, foi à desmobilização da militância sindicalista com o avanço tecnológico nas linhas de produção e com o desenvolvimento da informática. Outro fato importante foi a retração das forças das Comunidades Eclesiais de Bases, CEBs, colocada em marcha após forte atuação do papado de João Paulo II. Por fim, divisões internas no partido, principalmente entre a ala de centro-esquerda, que historicamente esteve no comando interno através da tendência Articulação, cujas principais lideranças eram o próprio Lula e José Dirceu, se inclinaram à socialdemocracia e rivalizaram com a ala leninista. É necessário, no entanto, considerar que os programas e as resoluções do partido, propuseram até em 2002, uma perspectiva socialista de sociedade a ser alcançada.

O programa eleitoral de Lula em 1998¹², não trazia a palavra socialismo ou socialista, mas trazia uma dura crítica ao neoliberalismo, como de costume, e a proposição de programas sociais como forma de reparar a histórica exclusão social do país. Da mesma forma, o programa

¹¹ Em referência ao centro de convenções de mesmo nome na cidade de São Paulo que sediou um encontro do Diretório Nacional no mês de julho de 2002, um mês após a divulgação da “Carta ao Povo Brasileiro”.

¹² Disponível na íntegra em: < <http://csbh.fpabramo.org.br/node/5881>>. Acesso em 28 dez. 2018.

de 2002¹³, na qual a palavra socialismo aparece uma única vez, reafirmava o compromisso com os direitos sociais e consequentemente com a inclusão social através da distribuição de renda, da riqueza, da cultura e do poder. O recuo ideológico, nesta eleição, foi além do truque com as palavras na qual o partido tinha aplicado nos pleitos anteriores. A divulgação da “Carta ao Povo Brasileiro”¹⁴, que assegurou continuísmo da política econômica vigente e a estabilidade econômica, dizia ao grande capital que o partido atuaria dentro da ordem consolidada. Iniciava, portanto, o “espírito do Anhembi” que, segundo Singer (2012), incorporou algumas ações do período neoliberal, principalmente em relação as contas públicas além de inserir na chapa eleitoral um tradicional representante da burguesia, o empresário José de Alencar oriundo do Partido Liberal (PL).

O PT abandonava sua postura histórica anticapitalista que estivera presente desde a sua fundação negando, na prática, sua identidade socialista. O pragmatismo que o partido passou a demonstrar ia contra o purismo pregado durante seus anos iniciais, Singer (2012). Entretanto, o ajustamento interno do partido em relação ao capitalismo foi apenas uma das faces da conjuntura que elegeu Lula em 2002.

Após dois governos do presidente Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o Brasil passou por perniciosos ajustes econômicos seguindo a cartilha do Consenso de Washington que implicou em privatizações desreguladas, desregulamentações cambial e tarifária, desnacionalização da produção, redução dos investimentos públicos e avanço da terceirização no interior do governo. A desestatização da economia seguiu até os anos 2000 e causou profundos desajustes em alguns agregados macroeconômicos. O impacto negativo nas camadas mais pobres foi observado através do alto desemprego e aumento da pobreza. O cenário de descontentamento com políticas dessa natureza e com o partido contribuiu para que uma agenda eleitoral inclusiva, como a de Lula, tivesse certo sucesso. Em 2002, Lula foi eleito com 61,27% dos votos derrotando seu adversário José Serra do PSDB. A coligação formada pelo PT incluía partidos liberais, partidos comunistas, partidos socialistas e socialdemocratas que englobava os mais diversos posicionamentos dentro do espectro político.

Havia um temor e uma rejeição popular quanto a esquerda tanto no Brasil quanto na Venezuela nos anos 1980 e 1990. Singer (2002) aponta que nos estratos mais baixos da

¹³ Disponível na íntegra em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/concepcaoediretrizesdoprog.pdf>>. Acesso em 28 dez. 2018.

¹⁴ Documento na íntegra em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/cartaapovobrasileiro.pdf>>. Acesso em 28 dez. 2018.

população, existia uma predileção ideológica à direita, primeiro pela associação de direita a algo que é correto, enquanto esquerda a errado, algo ruim. Segundo porque a esquerda foi categorizada como uma ameaça à ordem democrática-liberal que havia recém se instaurado. No caso Brasileiro, surgiu uma hostilidade contra a figura de Lula no final dos anos 1980, quando se candidatou à presidência pela primeira vez, devido sua participação nas greves da década no final da década de 1970 e meados de 1980. A figura central no imaginário dessa população pobríssima seria Lula, portanto sua rejeição automática.

1.3. Grupos de apoio e polarização do Lulismo.

Ao contrário de Chávez que se apresentou ao pleito pela primeira vez em 1998, como um outsider da vida política, Lula construiu, a partir de sua participação em eleições, ao longo dos anos 1980 e 1990 uma base de apoiadores nos mais diversos grupos de pessoas com identificação ao projeto petista. Aqui reside outra diferença importante: o apoio do partido na construção do político Lula foi crucial se comparada ao MBR-200. Isto se deve primeiro pelo fato da consolidação do PT enquanto partido político institucionalizado e oficial cujas bases de apoio cresceram progressivamente nos anos 1980 e 1990. Em segundo lugar, o PT organizou suas bases principalmente através de dois grandes movimentos: os sindicatos e as CEBS e, mais tardiamente, incrementou outros setores sociais como os funcionários públicos, e extratos da classe média. O partido enquanto organização funcional à causa política tem seu mérito ao formar uma densa base de apoio de massas. Na Venezuela isto ocorreu a partir de 2006 com a criação do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) que incorporou o MVR e aglutinou outras forças apoiadoras de Chávez, mas manteve sua posição ideológica singular, o socialismo do século XXI. Este conceito político, Chávez decidira pôr em ação em 2004 e tornou público seu projeto em 2005 durante um discurso no Fórum Social Mundial. Esta nova tipologia de socialismo pregava a democracia radicalmente participativa bem como uma economia orientada ao cooperativismo e coletivismo. Contudo, apesar do apelo ao comunismo, Chávez nunca se declarou comunista.

“... Es necesario para la consistencia política y ideológica que si el partido comunista siga el siendo el planteamiento del marxismo-leninismo yo no voy pelear con ellos, no, no, ahora el Partido Socialista no va a tomar la bandera del marxismo-leninismo porque son un dogma que ya pasó, tenemos criar no nuestra doctrina y quien no estas de acordó con esto tiene toda libertad y si no quiere estar aquí que se va para el Partido Comunista ...” (transcrição nossa - Chávez, 2007 -Video YouTube: 00’30’’ – 01’10’’) ¹⁵

A construção do socialismo do século XXI de Chávez não segue uma corrente ideológica única e um receituário teórico-prático imutável. Mas foi e continua sendo construído a partir das práticas sociais e da conjuntura revolucionária. É válida a aproximação, portanto, com o surgimento do socialismo petista na década de 1980 que se desenvolveu a partir das práticas cotidianas junto aos excluídos.

Em 2002, Lula foi eleito com 61,3% dos votos válidos do segundo turno, derrotando José Serra do Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB). A eleição de Lula foi sustentada através de um grande acordo com partidos de centro-direita, incluindo uma chapa com o Partido Liberal cuja base de apoio se encontrava na sua maioria nas regiões sudeste e sul com mais adesão entre pessoas de renda média e alta e alta escolaridade conforme mostra a quadro 01. A expansão do PT por outras regiões além daquelas concentradas nas regiões sul e sudeste ocorreu a partir de 2003. Nas palavras de Singer (2011, p. 2010) o partido se “nacionalizou” e tornou-se um partido de abrangência nacional não mais se “[...] se alimentava de um polo geográfico central (São Paulo), de um social (a classe trabalhadora assalariada) e de um político (o radicalismo de tinturas socialistas)” (SINGER, 2011, p. 2010).

De acordo com primoroso estudo sobre o lulismo e suas bases, Singer (2012), pontua que houve mudança nas características dos eleitores de Lula entre as eleições de 2002 e 2006. Em 2002 não foi possível identificar uma polarização social nas eleições que levaram Lula ao poder, ou seja, não foi possível observar distinção de classes por candidato. Embora haja uma predileção de que as classes mais altas tenham apoiado Lula assim como o fizeram nas eleições de 1989 contra Fernando Collor, conforme quadro 01, a diferença entre a porcentagem daqueles com menor renda familiar e os de maior eram mínimas.

Nesta eleição, a identificação ideológica do eleitor com as ideias de esquerda teve maior impacto na opção por Lula, segundo Holzacke & Balbachevsky (2007), do que a estratificação social. Seguindo esta lógica, os eleitores mais à esquerda se encontravam nos extratos de renda mais alto e de maior nível educacional. Entretanto, este cenário mudou nas eleições de 2006

¹⁵ CHÁVEZ, Hugo. Hugo Chávez reniega del marxismo-leninismo. 2007. (04’36’’). Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=2bIl4Uii5GI> >. Acesso em: 10 nov. 2018.

devido aos escândalos de corrupção envolvendo o partido tendo como principal deles, o chamado “mensalão”, permitindo visualizar claramente uma distinção de classes que votou em Lula. Segundo Peixoto & Renno (2011) duas novas categorias foram inseridas no bojo analítico da maioria dos cientistas políticos e sociais para melhor compreender a votação no PT: a presença de programas sociais, especialmente o Bolsa Família, e a questão da corrupção.

Quadro 01. Intenção de votos em Lula por nível de renda familiar e nível de escolaridade no segundo turno (2002-2010):

Renda Familiar Mensal				Nível de Escolaridade		
Até 2 S.M.	Mais de 2 a 5 S.M	Mais de 5 a 10 S.M.	Mais de 10 S.M.	1º Grau	2ª Grau	Superior
2002						
59%		63%	60%	57%	63%	61%
2006						
65%	56%	45%	43%	64%	56%	44%
2010						
54%	48%	43%	35%	55%	47%	38%

Fonte: Dados do Instituto Datafolha compilados pelo autor

Nas eleições de 2002, a parcela do eleitorado com renda superior a cinco salários mínimos e com ensino superior esteve mais inclinada a votar em Lula enquanto que aqueles nos estratos mais baixos, com renda até cinco salários mínimos, estiveram menos inclinados ao candidato do PT. Já a partir da eleição de 2006 este cenário começa a mudar, conforme mostra o quadro 01. Há uma queda de aproximadamente 20% das intenções de votos nos estratos médios e altos (acima de cinco salários mínimos) e também nos estratos com ensino médio e superior. Já nos muito pobres e aqueles com educação básica, houve expressivo aumento. Nas eleições de 2010, todos os índices de intenção de voto caíram em todos os estratos de renda e educacionais. A maior queda foi entre aqueles com renda superior a cinco salários mínimos e com nível superior de educação. Embora com queda de 11% de 2006 para 2010, aqueles com faixa de renda até dois salários mínimos permaneceram com maior intenção de voto em Lula.

É consenso entre analistas (HOLZHACKE & BALBACHEVSKY, 2007; BOHN, 2011; TERRON & SOARES, 2010; PEIXOTO & RENNO, 2011; SINGER, 2011; CANEDO-

PINHEIRO, 2015) que houve mudança substancial na base de apoio de Lula entre a eleição de 2002 e a de 2006. Tomemos inicialmente como base os dados disponíveis no quadro 01 onde se observa um significativo aumento da propensão ao voto em Lula entre os mais baixos níveis de renda assim como os níveis de educação, algo que se aprofunda ainda mais em 2010. É neste momento que há um delineamento na base de apoio ao Lulismo. A tradicional classe média brasileira passou a estar cada vez mais distante da base eleitoral do governo petista, havendo um reordenamento político, com grande participação de uma nova classe média emergente denominada “classe C” (SINGER, 2012). A tradicional classe média é caracterizada por ser um grupo cujo desenvolvimento não esteve atrelado às políticas governamentais de incentivo. Enquanto a nova classe C engloba um grupo de indivíduos que tiveram seu poder de compra aumentado dado a uma mudança de cenário econômico seja através de programas sociais ou pelo efeito do bom desempenho econômico. É uma classe orientada e analisada a partir de seu poder de consumo não necessariamente da qualidade de vida, educação, cultura etc.

Lula venceu em 2006 com 60,8% dos votos válidos no segundo turno. A diferença na porcentagem de votos válidos para Lula entre 2002 e 2006 é ínfima, sendo que 2002 recebeu 61,3% dos votos. De acordo com Bohn (2011), o impacto da bolsa família, principal programa de transferência de renda do governo brasileiro, não foi determinante nas eleições de 2006 dado que as famílias que o recebiam em 2002 já tinham votado em Lula o que derruba o argumento da construção de uma base clientelista fomentada pelos opositores do governo. Outra constatação importante foi a variação no padrão de votação dos mais pobres em diferentes regiões e a ausência de um padrão único. Bohn (2011) observou, contudo, uma tendência entre as camadas mais pobres em votar de acordo com seus ganhos oriundos das políticas públicas. Em análise mais recente, Canedo-Pinheiro (2015) destaca que a mudança no padrão de votação em Lula em 2006 não esteve atrelada ao desempenho econômico ou a massificação de programas sociais.

Embora reconheça a redistribuição geográfica das bases eleitorais de Lula para as regiões norte e nordeste, cujo desenvolvimento econômico tem sido historicamente inferior em relação as regiões sul e sudeste¹⁶, Canedo-Pinheiro não atribui ao impacto dos programas de transferência de renda os votos ao PT, mas destacou, igual Bohn (2011), o fato de que eleitores dessas regiões mais dependentes dos gastos do setor público tendem a votar no governo

¹⁶ Singer (2012) faz a analogia que esse movimento seria a nossa questão setentrional importando a referência de Gramsci ao analisar a conjuntura socioeconômica da Itália no início do século XX. Já Secco (2011, p. 247) chama de “questão meridional” ao fazer análise similar analisando ao desempenho eleitoral do PT nas regiões sul e parte do Sudeste.

estabelecido, sem apego ideológico definido. Inferiu, igualmente, que o recebimento do Bolsa família (BF), não impactou eleitores que já haviam votado em Lula, mas sim aqueles que votavam em outros candidatos. Já a questão do crescimento econômico resultou em votos para Lula dentre os mais ricos uma vez que os mais pobres não desfrutaram desses ganhos o suficiente para impactar na decisão do voto.

A importância do pleito de 2006 para a história petista consiste no distanciamento entre Lula e o partido. Casos de corrupção ligados ao esquema denominado de “mensalão” afastou o apoio da classe média e isso foi refletido nas urnas. Enquanto a votação para o executivo se manteve inalterada, o PT perdeu assentos no congresso. Evidenciava-se, portanto, que a popularidade de Lula, manitnha-se alta enquanto que a imagem do partido estava cada vez mais afetada. Singer (2011) assinala que Lula e PT compartilhavam da mesma base eleitoral em 2002 de origem nos setores médios, urbanizados e escolarizado. Já em 2006, Lula foi eleito com apoio majoritário de setores populares de baixíssima renda com grande maioria no norte e nordeste. Enquanto no congresso, O PT teve maiores resultados em zonas urbanas e industriais.

Neste sentido, as reflexões de Holzhacke & Balbachevsky (2007) quanto à inversão na lógica do apoio ao tanto a Lula quanto ao PT é valiosa. Se em 2002 houve uma votação em ambos mais por questões de afinidade ideológica do que uma divisão classista expressiva, o cenário em 2006 é o oposto. A estratificação social se tornou uma variável importante e a dimensão ideológica perdeu força. É possível inferir que consideradas as políticas econômicas continuístas do governo de Lula, estavam afastava qualquer ameaça de conexão ao socialismo e, portanto, a valorização da autoidentidade de esquerda foi enfraquecida. Por outro lado, significava a demarcação entre uma massa empobrecida, despossuída e tradicionalmente excluída do sistema econômico nacional e uma classe econômica possuidora (aqui incluso a burguesia e parcelas da classe média que com ela se identifica).

A identificação de uma divisão classista, ricos e pobres, somadas a identificação de um vazio ideológico, ambas variáveis independentes entre si, não deixa de dialogar com argumento de Bohn (2011) e de Castaneda-Pinheiros (2015) na qual eleitores votam em candidatos que lhes proporcionam maiores ganhos não importando a classe. Entretanto, quando Castaneda-Pinheiros descreve que somente os ricos que desfrutaram do crescimento econômico, lhe escapa a análise dos dúbios elementos éticos e moralistas carregados por setores da classe média e da pequena burguesia que formaram a parcela opositora ao governo de Lula. É importante observar, igualmente, que é no pleito de 2006 que o lulismo ganha substância enquanto fenômeno da política e, conseqüentemente, ganho de capital político de Lula.

Empurradas às identificações ideológicas para segundo plano, o lulismo ocupou esta categoria ideológica. Peixoto & Rennó (2011) propuseram uma nova justificativa para atração ou repulsão de votos no eleitorado brasileiro baseada na percepção da mobilidade social, sem que ela necessariamente aconteça em termos de alteração de classe social. A importância no sentimento de ascensão social destoa da visão de Singer (2011) de que a classe social afeta o voto. A percepção de melhora nas condições de vida dos antes miseráveis e paupérrimos embasou a popularidade de Lula o que lhe permitiu transferir seu capital político a uma candidata que nunca tivera disputado um pleito anteriormente, Dilma Rousseff, e garantir a continuidade do PT no poder.

A eleição de 2010 foi resultado do sucesso do lulismo enquanto fenômeno político e da política incorporando as transformações ocorridas em 2006, acrescentada de pequenas quedas nas porcentagens em todos os níveis de renda e escolaridade, como observado no quadro 01. Assim como Mmaduro, na Venezuela, que recebeu o capital político e simbólico de Chávez, após este falecer, Dilma foi agraciada com a benção e o sucesso de Lula. De acordo com Singer (2012) a polarização no lulismo não ocorreu no campo político ideológico, esquerda e direita, mas na arena econômica entre os ricos e os pobres. Ou seja, não se observou um apego da base eleitoral aos tradicionais valores e conceitos políticos ideológicos tão pulsantes no início do partido. Isto porque o próprio partido já fizera um recuo ideológico, conforme apontou Secco (2011) e Lula não propagava uma determinada ideologia. Desta maneira, a base do Lulismo formada por grandes massas antes superempobrecidas contrastava com a seus opositores, em grande medida oriundos das classes médias e altas. Esta lógica talvez tenha sofrido uma alteração, sobretudo a partir dos protestos de junho de 2013, no golpe contra a presidente Dilma em 2016 e nas eleições presidenciais de 2018 quando a polarização aparece mais valorizada na arena política-ideológica e mais dissolvida no campo econômico. Observa-se um retorno ao pobre de direita como descrito por Singer no pleito de 2002.

Finalmente, uma importante diferença entre o chavismo e o lulismo na questão da polarização é a maneira como ela ocorre. Neste sentido concordamos com a posição de Singer (2012), na qual o lulismo buscou o consenso entre as classes alinhando políticas econômicas que beneficiaram os ricos e políticas sociais que atenderam as necessidades básicas dos muito pobres. Mesmo com uma extensa base calcada no subproletariado, Lula não instigou o confronto aberto entre as classes, como Chávez fazia, através de discursos e declarações explícitas contra a burguesia nacional. O pacto lulista não permitia qualquer ação neste sentido. Isto revelava que Lula não se opôs a burguesia financeira-industrial, muito pelo contrário.

Operou junto à mesma. Já Chávez, removeu a burguesia tradicional golpista dos postos de poderes e não promoveu políticas econômicas que a incluísse nos ganhos nacionais. Do contrário, criou o que críticos ao governo e alas à esquerda da política venezuelana denominam de boliburguesia.

A opção do lulismo por equilibrar despossuídos, trabalhadores e capitalistas num ecossistema econômico foi o sucesso da sua longevidade. Entretanto o equilíbrio instável de interesses e suposta coalizão foi posto à prova quando a burguesia golpista destituiu Dilma Rousseff. Há, por fim, a diferença na estatização dos conflitos para efeitos de (des) polarização. Tanto no chavismo como no lulismo houve o fortalecimento do Estado a fim de atender as demandas de uma parcela excluída da população que se tornou a base de apoio dos referidos fenômenos. No caso brasileiro a fração de classe não se auto-organizou de baixo para cima e dependeu do Estado para sair da pobreza. Na Venezuela, salvaguardado o centralismo e a dependência do executivo, houve intensa mobilização e auto-organização das bases, mas a própria natureza rentista do petroestado¹⁷ venezuelano criou, segundo Mendes (2012), uma cultura multi-classista de dependência do mesmo. Enquanto Lula promoveu concessões desiguais para ambas às classes, Chávez privilegiou só os de baixo.

1.4. A economia e política social no período de Lula.

Lula chegou ao poder com reformas econômicas tênues, cumprindo com compromissos financeiros internacionais e promovendo medidas que davam continuidade às políticas ortodoxas que estavam em curso desde o governo Fernando Henrique Cardoso. Igualmente observado na Venezuela, Lula, assumiu o compromisso do continuísmo e da manutenção de instituições vigentes, e a explícita, com a carta intitulada “Carta ao povo brasileiro” de 2002. Logo nos primeiros meses do governo a famosa frase atribuída à Antônio Palocci, nomeado Ministro da Fazenda, dava a tônica de que o país assumiria um gradualismo na sua política econômica, e não uma abrupta ruptura: “[...] o Brasil é um navio, e em um navio a gente não dá cavalo-de-pau, cavalo-de-pau a gente dá em um fusquinha.”¹⁸

As medidas que compactuaram com neoliberalismo incluíam uma política monetária de cumprimento das metas de inflação através da manipulação para cima da taxa de juros básica,

¹⁷ Termo utilizado para designar países onde o Estado possui total controle sobre a exploração e comercialização do petróleo; onde este recurso constitui área econômica do país que vive quase exclusivamente através da renda dele obtida.

¹⁸ Palocci afirma que houve ajuste, não "cavalo-de-pau". Folha de S. Paulo. [online]. 27 maio 2003. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2705200307.htm>>. Acesso em 06 fev. 2019.

a SELIC (REZENDE, 2009; GIAMBIAGI, 2011). Isso daria ao governo certa estabilidade econômica no início do seu governo. Em paralelo a elevação da taxa de juros, houve o contingenciamento de gastos públicos, a estagnação do salário mínimo, uma polêmica reforma previdência que diminuía alguns benefícios e a manutenção de um câmbio flutuante ao preço do mercado. Esse *momentum* econômico inicial do governo ia contra toda a história e projeto de economia que o PT defendia desde sua criação para o Brasil. Não foi surpresa, quando alas mais à esquerda do partido dispararam severas críticas ao programa econômico posto em andamento o que resultou, ainda no final de 2003, em algumas congressistas do partido tais como a senadora Heloísa Helena e os deputados João Batista Oliveira de Araújo, o Babá, Luciana Genro, e João Fontes.

A mudança na agenda econômica do PT foi definida pela sua perspectiva de ascensão ao poder e a necessidade de formação de correntes de apoio eleitoral que abrangeu partidos de esquerda à centro-direita. A tendência, portanto, foi abandonar projetos considerados mais radicais, como por exemplo, a defesa da moratória da dívida externa, e que romperiam com o apoio e a simpatia de grupos econômicos hegemônicos estabelecidos (GIAMBIAGI, 2005; SECCO, 2011). O encarregado de manter a ordem econômica e operar dentro dela foi Palocci que iniciou um intenso diálogo entre os diversos agentes econômicos.

Apesar de promover um cenário continuísta da macroeconômica ortodoxa, com cortes e ajustes, o contrapeso do governo Lula se deu na conciliação da ortodoxia com o alargamento da proteção social, através de programas de transferência de renda. O lançamento do programa Bolsa Família em 2003, principal programa de transferência de renda aos muito pobres, políticas de expansão do financiamento popular, como o crédito consignado e, a partir de 2005, a valorização do salário mínimo impactou severamente no aquecimento do mercado interno, no qual Singer (2012, p. 144) denominou de “mercado interno de massa”. Ao mesmo tempo em que ocorria o crescimento do consumo de setores economicamente pobres da sociedade, o capital financeiro era afagado.

A produção de superávits primários concomitante aos gastos sociais é uma característica particular do lulismo que lhe rendeu credibilidade junto a setores da burguesia industrial e financeira e ao mesmo tempo junto aos mais pobres que pela primeira vez na história do Brasil, tiveram a oportunidade de deixar a condição de miseráveis. A popularidade do governo também foi positivamente impactada e refletiu no acúmulo de capital político de Lula. Um dos pilares da popularidade do lulismo é, por exemplo, as bases materiais dos seus feitos que são observados nos dados macroeconômicos da tabela 01 na página 38. Apenas no primeiro

mandato (2003-2006) houve uma redução de 9% na extrema pobreza, 5,73% na pobreza, de 0,20 pontos na desigualdade nacional medida pelo índice de Gini ao mesmo tempo em que houve uma redução de 7,5% na inflação do período.

O segundo mandato de Lula (2007-2011) foi marcado pela diminuição ao neoliberalismo e um aceno ao desenvolvimentismo. O doseamento de progressismo e conservadorismo econômico permaneceu, com predominância do primeiro. A criação de postos de trabalhos formais refletiu na progressiva redução da taxa de pessoas desocupadas, exceto em 2009 devido à crise financeira global do ano anterior. Adicionalmente houve valorização real do salário mínimo nacional que impactou diretamente na ampliação do poder aquisitivo das famílias e do consumo. Este que sofreu um impulso adicional com a facilidade do crédito. A extrema pobreza foi combatida via programas de transferência de renda enquanto a pobreza foi reduzida via aumento do número de pessoas empregadas.

Economicamente, o impacto da variável criação de empregos assumiu maior protagonismo no segundo mandato de Lula, enquanto programas de transferência de renda foram destaque no primeiro. De acordo com Singer (2011), o combate à pobreza deu um salto qualitativo com esta mudança, pois permitiu uma mobilidade de classes sociais e acesso a bens de consumos. Somasse, no segundo mandato, uma agenda substancial de investimentos públicos como Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em áreas ligadas à infraestrutura, desonerações fiscais, e progressiva redução na taxa de juros que estimulou o setor privado fazendo do Estado brasileiro um indutor da economia.

Esta, talvez seja a maior diferença em termos de gestão econômica quando comparamos chavismo e lulismo. Ambos optaram pelo fortalecimento do Estado na participação da economia nacional seja através de gastos sociais ou de investimentos públicos. A marca do primeiro é o protagonismo do Estado enquanto condutor solo da economia nacional promovendo estatizações, direcionando investimentos e fornecendo serviços à população. Em contrapartida controlou o câmbio, manteve alta inflação controlada acima de duas dezenas o que reduziu o investimento privado no país. Já no caso brasileiro, o papel do Estado foi de fomentar a economia através do equilíbrio fiscal e investimentos públicos atraindo o setor privado em grandes obras de infraestrutura e habitação popular.

Tabela 01: Indicadores Macroeconômicos do Brasil (2002-2013)

ANO	POBREZA EXTREMA (%)	POBREZA (%)	ÍNDICE DE GINI	DESEMPREGO (%)	CRESCIMENTO PIB (%)	INFLAÇÃO (%)
2002	34,38	13,98	0,589	9,9	3,1	14,74
2003	35,75	15,18	0,583	10,5	1,1	10,38
2004	33,71	13,22	0,572	9,7	5,8	6,13
2005	30,83	11,50	0,570	10,2	3,2	5,05
2006	26,75	9,45	0,563	9,2	4,0	2,81
2007	25,36	8,96	0,556	8,9	6,1	5,16
2008	22,60	7,56	0,546	7,8	5,1	6,48
2009	21,41	7,27	0,543	9,0	-0,1	4,11
2010					7,5	6,47
2011	18,42	6,31	0,531	7,3	4,0	6,08
2012	15,93	5,29	0,530	6,7	1,9	6,20
2013	15,09	5,50	0,527	7,1	3,0	5,56

Fonte: Dados compilado pelo autor extraídos do Ipea. Disponível em: <
<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em 25 jan. 2019. (Dados de 2010 não disponíveis)

Os gastos sociais são uma importante marca do lulismo. De modo geral, trata-se de uma parte do dinheiro público alocado em diferentes áreas que visam o bem-estar-social de parte mais vulnerável da população. Neste trabalho, destacamos apenas uma parcela dos gastos sociais como os gastos com assistência social, demonstrados na tabela 01. Isto porque, estes gastos impactam diretamente a parcela mais pobre da sociedade. Igualmente, é a causa da retirada de milhões de brasileiros da miséria e de considerável impacto no aumento do consumo interno devido ao seu poder multiplicador na economia. A tabela 01 nos mostra a evolução dos números ao longo dos governos petistas. Observamos, portanto, uma profunda redução da extrema pobreza, da pobreza impactando positivamente na redução do índice de Gini e a queda do desemprego. Outrossim, quando comparamos o índice de desigualdade no Brasil, há uma queda de 0,58 pontos entre 2002 e o último ano do governo Lula, 2011. A redução da desigualdade, bandeira levantada por Dilma no seu pleito de 2011, também continuou no período pós Lula o que representa o sucesso do lulismo enquanto política econômica e política social. A expansão das políticas sociais se deu em duas grandes frentes: a ampliação Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC), uma espécie de renda mensal para idosos sem qualquer fonte de renda e pessoas com deficiência, e o alargamento do programa Bolsa Família, que transfere um pequeno valor mensal a famílias em condições de extrema pobreza.

Tabela 02- Evolução do gasto social total e do gasto com assistência social do governo federal – Brasil – 2002 a 2013

2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Total Gasto Social (%) do PIB											
12,8	12,6	13,2	13,9	14,2	14,2	14,1	15,4	14,9	15,0	15,8	15,8
Gasto Total com assistência social (% do PIB)											
0,5	0,6	0,8	0,9	1,0	1,0	1,0	1,3	1,3	1,3	1,4	1,5
Participação do gasto com assistência social no gasto total social (%)											
3,7	4,4	6,0	6,4	6,9	7,2	7,4	8,6	9,0	8,7	8,9	9,3
Gasto direto com assistência social - assistência para idoso (% do PIB)											
0,13	0,15	0,16	0,19	0,21	0,23	0,23	0,26	0,27	0,26	0,29	0,30
Gasto direto com assistência social - assistência ao portador de deficiência (% do PIB)											
0,23	0,23	0,24	0,25	0,27	0,27	0,27	0,30	0,31	0,31	0,32	0,33
Gasto direto com assistência social - Bolsa Família (% do PIB)											
0,00	0,00	0,29	0,30	0,34	0,34	0,35	0,37	0,36	0,39	0,44	0,46

(Fonte: Dados compilados pelo autor a partir relatório de “Gasto Social do Governo Central 2002 a 2015” do Tesouro Nacional. Documento na íntegra disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/318974/Gasto+Social+Governo+Central/c4c3d5b6-8791-46fb-b5e9-57a016db24ec>>. Acesso 28 jan. 2019.)

Considerando os dados da tabela 02 observa-se que houve um progressivo crescimento dos gastos sociais em relação ao PIB saltando de 12,6% em 2003 para 15,08% em 2012. A variação é pequena, se comparado ao período analisado e reflete a estratégia de balanceamento dos gastos do governo. Dentre os gastos sociais do governo que também incluem saúde e educação, a parcela destinada à programas de transferências de renda, denominada “gastos com assistência social”, representa em média seis vezes menos do que se gasto do PIB com o pagamento dos juros da dívida pública, por exemplo.

Analisando o período de 2003 a 2009, Araújo et. al (2013) identificou que as reduções nos níveis de pobreza foram impactadas pelo Bolsa Família, e por gastos na saúde e na educação. Entretanto não identificou impactos sobre a desigualdade de renda. Se por um lado o crescimento econômico do Brasil aproveitando de uma conjuntura de comércio exterior favorável e uma pauta exportadora majoritariamente primária, impactou diretamente na redução da pobreza e da desigualdade de renda. Por outro, o que reduz a pobreza é o crescimento econômico algo que não é perceptível, nem compartilhável, para todos os níveis da sociedade. A desigualdade de renda entre os muito pobres e os ricos aumentou. Isto explica, também, o fato de que o crescimento econômico não ter atraído votos dos muito pobres em Lula conforme destacou Castañeda-Pinheiros (2015).

Singer (2012) aponta um movimento contraditório dentro do lulismo. De um lado os capitalistas tanto industriais quanto financeiros usufruíram de altos ganhos através dos gastos do governo com o tesouro e o pagamento de juros, empréstimos baratos e empresas registraram altos lucros. Por outro lado, houve um aumento, segundo o Ipea, da participação do trabalho na composição da renda nacional. Em 2007 a porcentagem era de 32,7% contra 30% em 2004 (continuou subindo em 2009 era de 35,1%). Resultado seja dos postos de trabalho, seja dos salários pagos (principalmente com a política de valorização real do salário mínimo após 2005). Esse fato não significou, entretanto, uma rápida diminuição da desigualdade como se nota no índice de Gini. Isto porque os ricos continuaram a ficar cada vez mais ricos. Segundo dados da *World Inequality Database*¹⁹ (em 2003 no Brasil 1% dos mais ricos detinham 23,2% da riqueza nacional e em 2011 25,1%). Assim como o lulismo, o modelo chavista de governança também tem suas contradições, seus méritos e problemas. De forma que sua análise é de igual importância para que, mais adiante, comparemos os fenômenos. Isto porque, ambos são marcas importantes da história da política sul-americana, da esquerda latino-americana e responsáveis pela arquitetura de grande parte das relações intra-regionais do subcontinente no século XXI.

¹⁹ Dados do Brasil disponível em: < <https://wid.world/country/brazil/>>. Acesso em 20 jan. 2019.

CAPÍTULO 2 – ANALIZANDO OS “ISMO”: BOLIVARIANISMO E CHAVISMO

Ao abordar os antecedentes do Chavismo, é necessário um resgate histórico sobre as condições da esquerda no país. O alijamento das forças de esquerda na vida política proporcionado pelo *Pacto de Punto Fijo*, assinado em 1958 e em vigor até o início dos anos 1990, não permitiu a ascensão de projetos de esquerda no país até o final dos anos 1980 quando as primeiras fraturas sociais se aprofundaram enormemente e desembocou no colapso do sistema político-partidário nacional no início dos anos 1990. O Pacto foi de fundamental importância para a ascensão de Chávez, pois ele formatou a democracia e os assuntos socioeconômicos da Venezuela até 1993 quando finalmente, após quatro décadas, colapsou. Durante sua vigência, alijou forças políticas da esquerda e usou de violência para reprimir movimentos políticos de oposição que não tinham sido contemplados no Pacto.

A fundação do PT congregou forças populares, ou de caráter popular-operário – através do novo sindicalismo, e surgiu como uma frente de esquerda no momento em que a ditadura brasileira começava a se distender e o Partido Comunista ainda estava na ilegalidade. No cenário venezuelano o surgimento da esquerda esteve historicamente ligado ao Partido Comunista Venezuelano (PCV) que ainda nos anos 1950 seguia as teses stalinistas da III Internacional e interpretavam a América Latina como uma região de estruturas feudais e que havia eminente necessidade de libertação nacional através de alianças com a burguesia nacional progressista. Ellner (1988) aponta essa interpretação do PCV como uma das principais causas das dissidências que ocorreram ao longo dos anos 1950 e 1960. Surgiram então o *Movimiento al Socialismo* (MAS), a Aliança Revolucionária de Militares Ativos (ARMA), a *Vanguardia Comunista* (VC), *La Causa Radical* (LCR) e o *Partido de la Revolución Venezolana* (PRV). Neste mesmo período o Partido Comunista Venezuelano (PCV) foi declarado ilegal, o que empurrou parte de seus militantes para o radicalismo armado outra ala aceitou a derrota e integrou-se ao sistema político legal, enquanto uma terceira parte se dissolveu em pequenas organizações.

Diferente do Brasil, a Venezuela foi um dos únicos países na América do Sul que não sofreu como uma ditadura na segunda metade do século XX. O regime militar na Venezuela terminou em 23 de janeiro de 1958 com a derrocada do ditador Marcos Pérez Jiménez que de 1952 a 1958 implementou uma verdadeira caçada às forças de esquerda que incluiu partidos como *Acción Democrática* (AD), de centro esquerda, e o Partido Comunista da Venezuela.

Igualmente, o regime impulsionou a criação da luta armada com a formação de guerrilhas urbanas e camponesas.

Após um turbulento período de transição para a democracia, com tentativas de contragolpes dos “*pérezjimenistas*”, os partidos AD, *Comité de Organización Política Electoral Independiente* (COPEI) – partido social cristão de centro-direita, e *Unión Republicana Democrática* (URD) – um partido que congregava diferentes classes de centro-esquerda, assinaram em 31 de outubro de 1958 um documento que visava assegurar a estabilidade democrática. Surgiu então o *Pacto de Punto Fijo*, em referência a cidade de Punto Fijo, que substituiu uma Junta Patriótica, criada no período de transição. O pacto congregava diferentes forças políticas e era pautado pelo consenso entre as partes ao invés do confronto com o intuito de manter a estabilidade social junto com a modernização do país dentro de um quadro democrático. Em contrapartida, o pacto excluiu os anseios da ala mais à esquerda da AD e a participação do Partido Comunista Venezuelano que era visto como uma ameaça à democracia.

Mesmo com o retorno da democracia na Venezuela, via Pacto de Punto Fijo, a esquerda radical foi rechaçada da política oficial. A ala que reconheceu a democracia participativa como um meio para se chegar a mudança socialista foram o *Movimiento al Socialismo* (MAS) e *La Causa R* (LCR). O MAS partilhava de uma perspectiva crítica do marxismo, pois valorizava a integração de outras correntes progressistas. Igualmente, criticava sua forma de se organizar e a luta armada oriunda das fileiras do PCV (ALMENDRA, 2005). Um de seus principais líderes, o ex-guerrilheiro Teodoro Petkoff, em entrevista à Mendes (2012) afirmou que à época o MAS se inspirava no comunismo europeu, sobretudo no Partido Comunista Italiano. A valorização da democracia e da independência em relação a Moscou o tornava uma réplica dos partidos eurocomunistas que se vinculavam à “Nova Esquerda” através dos movimentos de 1968 (ELLNER, 1998).

A principal base de militância do MAS era constituída por parte do movimento estudantil. A AD era pouco atuante dentre este grupo, pois grande parte da ala jovem da AD partiu para luta armada com a fundação do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR) que em 1987 se integraria ao MAS. A LCR incorporou sobre sua influência empregados da *Siderúrgica del Orinoco* (SIDOR), empresa estatal, outrossim cooptou moradores de bairros populares de Caracas como o Catia além de estar presente em parte do movimento estudantil (MENDES, 2012). Seu fundador, o ex-guerrilheiro Alfredo Maneiro, acreditava que a revolução aconteceria a partir do acúmulo de forças populares, isto é, desde a base. Devido a morte de Maneiro em 1982, houve muitas fragmentações dentro do LCR perdendo o apoio da ala estudantil e do

movimento popular Pro Catia. Entretanto, ao final dos anos 1980 possuía a maior base de apoio, ainda de acordo com Mendes (2012), junto a classe trabalhadora sindicalizada na SIDOR e no *Sindicato Único de los Trabajadores de la Indústria Siderúrgica y Similares* (SUTISS). Fundado em 1979, o sindicato deu início ao novo sindicalismo venezuelano, segundo López Maya (2006). O LCR representou uma contra força no campo dos sindicatos, pois contrapunha a influência da AD que desde a década de 1960 dominava a maior parte dos sindicatos venezuelanos, principalmente àqueles ligados à mineração, através da *Confederación de Trabajadores de Venezuela* (CTV), uma espécie de central sindical (DÍAZ, 2009).

A predominância do *puntofinjismo* retirava votos dos partidos de esquerda, pois estes não apresentavam chances reais de chegar à postos de representações no governo federal (ELLNER, 1988). Esses partidos obtiveram algum sucesso em nível local e regional nos anos 1980 e 1990 e foram as duas maiores organizações da esquerda venezuelana no período pós-guerrilhas além de fornecer ideias sobre democracia direta e descentralização para o movimento bolivariano que surgia concomitantemente (LÓPEZ-MAYA, 2005). Parte ala radicalizada da esquerda venezuelana seguiu com o ideal da luta armada para alcançar o poder e realizar a revolução. A *Liga Socialista*²⁰, *Bandera Roja* e outras organizações menores integravam este grupo.

Desde sua independência, militares tradicionalmente tiveram proeminência na política na política Venezuela ora sendo a própria política, principalmente através de sucessivos golpes de Estado implantando ditaduras de diferentes intensidades até Perez Jimenez que perdurou até 1958, ou participando da vida política. A necessidade da criação de um símbolo nacional, a partir da figura de Simón Bolívar, o libertador que lutou pela independência da *Gran Colombia*, imiscuiu-se na valorização de um movimento denominado de militarismo-bolivarianismo²¹.

Nos anos 1970, durante o governo de Rafael Caldera (1969-1974), houve uma mudança na formação educacional dos soldados militares com objetivo de torna-los mais profissionais²². Jovens oficiais passaram a desenvolver uma formação crítica ao mesmo tempo que passavam por um doutrinação militar baseado no nacionalismo cuja figura de Bolívar era o pilar. A

²⁰ Dissidência do MIR fundada no fim da década de 1960 e que continuou a operar através da luta armada nos anos 1970 com o nome de Organización de Revolucionários (MENDES, 2012, p. 181)

²¹ Segundo Mendes (2012) culto à Bolívar foi resgatado dentro do exército doutrina filosófica na qual o próprio exército seria atrelado ao processo de construção da Venezuela moderna e a convicção de à instituição cabe a responsabilidade, o dever e tem a capacidade de refundar o Estado quando as forças civis não forem mais capazes de sustentar a república. Outrossim, o bolivarianismo “[...] é anterior à consolidação dessa instituição e abrange a cultura política nacional em sua totalidade, desde o século XIX. Na história Venezuelana, lembrar o nome e o programa do Libertador sempre foi uma forma de ampliar o apoio para um determinado projeto político.” (Ibidem, 2012, p. 133)

²² O Plan Educativo Andres Bello foi criado em 1971 para dar qualidade equivalente a formação de nível universitária para oficiais das Forças Armadas venezuelanas e afastar a tradição militar caudilhista que vigorava.

perspectiva crítica lhes abriu os olhos para as péssimas condições de infraestrutura do exército, sua rígida hierarquia e a corrupção institucional (MENDES, 2012). Outrossim, passaram a observar a realidade para fora dos quartéis que, nos anos 1970, já prenunciava o esgotamento do modelo econômico de substituição de importações que se aprofundara nos anos 80 e 90 e desencadeou crises generalizadas somada a crescente rejeição do sistema político hegemônico vigente desde de 1958 (LÓPEZ MAYA, 2006).

É nesse contexto que as movimentações críticas-reflexivas destes novos oficiais passaram para ações de caráter subversivas. Em 1977, Hugo Chávez fundou um pequeno grupo secreto revolucionário dentro das Forças Armadas, o Exército de Libertação do Povo Venezuelano (ELPV), que não floresceu por falta de adesão. Já em 17 de dezembro de 1982, ano do bicentenário do nascimento de Simón Bolívar, um novo movimento é fundado: Exército Bolivariano (EB-200)²³. A utilização mítica de Bolívar na construção do espírito nacional venezuelano esbarra no que Damas (2006) compara com o status semelhante aos dos semideuses clássicos. Vários grupos dentro de diversos matizes políticas e ideológicas cultuaram e transformaram Bolívar em uma “segunda religião”, o bolivarianismo. Ainda no período do ditador e general Marcos Pérez Jiménez os militares elevaram a figura de Bolívar a um patamar divinal-mítico extra, pois ser militar era ser herdeiro direto e guardião do culto à Bolívar.

Fundado pelos militares Jesús Urdaneta Hernández, Felipe Acosta e Hugo Chávez Frías, nos primeiros anos o movimento se chamou *Ejército Bolivariano 200*. Depois se adotou o Revolucionário. A adoção do R foi polêmica, pois a conjuntura era hostil ao comunismo, mas o “revolucionário” era indispensável para mostrar como o movimento se opunha a IV república (MENDES, 2012). O *Ejército Revolucionário Bolivariano* carregou este nome até o fim da década de 1980 quando o *Caracazo* irrompeu a necessidade da construção de um movimento “cívico-militar” para conquistar apoio dos civis e “ejército” foi substituída por “movimiento”, formando o MBR-200 (BLANCO MUÑOZ, 1998).

O novo movimento pautou-se inicialmente no pensamento que Chávez denominou de “árvore de três raízes” que incluía figuras históricas e politicamente liberais do século XIX como Ezequiel Zamora, Simón Rodríguez (ou Samuel Robinson) e Simón Bolívar. Pontos como nacionalismo de caráter bolivariano, liberação nacional, o ideal modernizador através do nacional-desenvolvimentismo e ligações com organizações de extrema esquerda²⁴,

²³ O número 200 é referência ao bicentenário de nascimento de Simón Bolívar.

²⁴ A associação com organizações de esquerda incluiu relações com o *Partido de la revolución Venezolana* (PRV), do ex-guerrilheiro Douglas Bravo, uma dissidência do PCV e das *Fuerzas Armadas de Liberación Nacional*

principalmente aquelas ligadas a movimentos armados, estiveram presente na formação do MBR-200 até seu primeiro levante em 1992. Tais vertentes são essenciais para se compreender algumas linhas de ações presentes no chavismo. A Doutrina do MBR-200 incluiu nacionalismo cívico-militar, liberalismo – do ponto de vista social – e radicalismo interligados pela categoria de povo. Esta esteve pautada no fato de que o Estado Nacional da IV República não atendia necessidades populares e não contemplava participação política efetiva, portanto era necessária a defesa de uma democracia participativa com “protagonismo popular”, a fim de estabelecer uma constituição popular.

Um episódio político importante na ascensão da figura de Chávez na política foi o *Caracazo*, ocorrido em 27 de fevereiro de 1989. O *Caracazo* foi uma onda de pilhagem e motins iniciada em Caracas e disseminada pelo resto do país como resposta ao governo de Carlos Andrés Peres que implantava medidas de austeridade impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) (PEREIRA, 2015). Para combater o descontentamento que as políticas austeras geravam, Carlos Pérez usou da violência para manter a ordem e se manter no poder. Quase todo seu mandato foi vigorou o estado de sítio. A sangrenta repressão ocorreu após a implementação de uma agenda econômica neoliberal através do programa *El Gran Viraje* que compreendeu ajustes estruturais atendendo demandas do FMI, liberação da taxa de câmbio e desvalorização de 170%²⁵ da moeda. Somava-se um cenário de extrema corrupção, arrocho salarial e diminuição dos serviços públicos. O cenário de crise estava instalado.

A crise era também fruto da ausência de ação por parte da esquerda venezuelana. Um fenômeno que se reproduziu em diversos países da região. Damas (2006) destaca que o socialismo latino-americano dos anos 80 e 90 não conseguiu definir sua própria revisão crítica, assim como a socialdemocracia e o social-cristianismo. Restou aos grupos políticos ligados ao socialismo ou a ele simpático imputar descrédito aos partidos políticos operantes, ao sistema político vigente e, por consequência, ao modelo democrático liberal representativo que vigorava. Tal raciocínio explica a difusão dos votos entre diversos partidos de esquerda no

(FALN) nos anos 1960. Bravo, foi expulso do PCV pois as ideias que defendia e que permeavam as figuras da “árvore das três raízes” iam na contramão da ortodoxia do socialismo soviético. O principal objetivo da dissidência era nacionalizar a revolução incorporando elementos regionais e bolivarianos e assim lançaram a tese do marxismo-lenismo-bolivarianismo cuja a principal inspiração era o maoísmo, a negação ao imperialismo estadunidense e ao soviético (UCHOA, 2005). Alguns pensadores latino-americano tentaram nacionalizar o marxismo para suas realidades nacionais, entre eles estão: José Carlos Mariátegui, Callos Irazábal, Blas Roca e Anteo Quimbaya. Outros movimentos de esquerda que se relacionaram: Liga Socialista Bandera Roja e MIR. Adicionalmente, havia uma relação de identificação entre a esquerda comunista e o exército uma vez que após a luta armada nos anos 1960, radicais passaram a se infiltrar nas forças armadas principalmente através do contato com professores da educação básica de regiões humildes que incentivavam seus alunos a ingressarem no exército para ascender socialmente. Chávez fazia parte deste grupo na sua juventude. (MENDES, 2012: 136)

²⁵ (LEZMA, 2012, p. 07)

período, em grande parte devido ao abstencionismo radical apoiado pelas organizações pequenas. Explica, igualmente, o crescente aumento das mobilizações populares nos anos 1990, principalmente após o *Caraczo*, que não estavam atreladas a entidades representativas. “Entre os protagonistas desses protestos destacavam-se estudantes, vendedores ambulantes, aposentados, pensionistas, trabalhadores do setor público, moradores de bairros pobres e condutores de transporte coletivo [...]” (MENDES, 2012, p. 186).

A esquerda e o governo não sabiam explicar esse fato. A esquerda partidarizada estava muito atrelada ao poder e não respondiam efetivamente ao clamor das manifestações em seus projetos de governo o que a colocou em descrédito e decadência. A emergência de uma “política de rua” apolítica, pois não se identificava com partidos nem com ideologias específicas, segundo López-Maya (2002), retrava o descrédito generalizado com sindicatos, partidos, instituições e com o Estado que tradicionalmente tinha sido provedor de um sistema de bem-estar social através da distribuição, mesmo que desigual, da renda petroleira. Acrescentava-se o fato da endêmica corrupção nas estruturas de governança do país.

Evidenciava-se cada vez mais uma crise orgânica, nos termos gramsciniano, sociopolítica generalizada através do sistemático questionamento do pacto político que vigorava. O escopo de uma crise orgânica, segundo Gramsci (2007), engloba instituições do governo e transborda para sociedade civil, causando agitações. É fruto do colapso da hegemonia da classe dirigente e pode ser aprofundada por crise econômica formando assim, um cenário propício para a emergência de uma liderança carismática. Olhando para as forças de esquerda, Damas (2006) apontou uma desqualificação dos instrumentos e da operação da democracia liberal esteve calcada na inexistência de um aparato ideológico consistente para luta política na América Latina na segunda metade do século XX, incluída a Venezuela. Assim, parte a crise tivera início com empobrecimento das matrizes ideológicas o que causou uma falha no sistema político e desembocou na percepção de falha do sistema partidário. Durante o *puntofijismo*, os partidos, inclusive os de esquerda, apresentavam programas eleitorais generalistas sem agendas específicas. Incapazes de representar as demandas dos setores sociais, forças mais afetas à esquerda permaneceram por muito tempo enquanto “*movimento*”.

O Movimiento Bolivariano revolucionário-200 é o maior exemplo disto. Soube cooptar anseios heterogêneos da “política das ruas” dando o nome de “povo” rechaçando todo o sistema político através do discurso antipolítico, fora do sistema partidário tanto institucionalmente quanto representativamente. Chávez era um *outsider* da política quando foi eleito, em 1998. Em 1992, Chávez liderou um fracassado golpe de Estado e acabou preso. A prisão fortaleceu

sua popularidade principalmente em bairros mais pobres e setores da classe média. Outrossim, reforçou sua imagem antipolítica e antipartidária que encontrou cada vez mais espaço no vazio político causado pela destituição do presidente Carlos Andrés Pérez em 1993 – que na prática pôs fim ao sistema político de Punto Fijo (LÓPEZ MAYA, 2008).

A crise generalizada abriu espaço para discursos nacional-populares com ares revolucionários e Chávez entendeu este anseio. Contudo, Mendes (2012) afirma que a chegada ao poder de Chávez não foi resultado da criação de um grande movimento-popular e nem que apenas da insatisfação popular com a democracia e com as instituições. Houve uma relação simbiótica entre o movimento popular desorganizado e o MBR-200, um dependendo do outro. A conjuração de forças populares encontrou denominador comum no discurso incendiário de Chávez contra as instituições, contra os partidos e contra o liberalismo econômico.

Em Gramsci (CC, 3, 2007:17), o nacional-popular aparece como derivado do conceito de hegemonia e pode ser revolucionário como foi o jacobinismo na França – dado seu radicalismo que destruiu as condições de existência da ordem/status anterior e não apenas a criticou. Gramsci aponta que a formação de uma vontade coletiva nacional-popular depende da necessidade de existência de grupos urbanos, particularmente do setor industrial, com bagagem de cultura histórico-política. Outrossim, é imperativo a participação das massas camponesas na ação política. Na Venezuela, as maiores movimentações dos anos 1990 derivou de Caracas e de lá para outros centros urbanos do país. A agitação entre os trabalhadores do campo não sobressaiu como elemento de peso. O caráter popular de Chávez esteve mais conectado ao seu discurso inclusivo com pesada carga à referências nacionais, a símbolos culturais, Bolívar é um deles, a refutação da política tradicional, a crítica a democracia liberal representativa e também por suas características pessoais como, por exemplo, sua origem popular e sua habilidade em dialogar com a população (LÓPEZ-MAYA, 2006).

Assim, em 1997, o MBR-200 fundou o Movimiento V República (MRV), partido político oficial do movimento criado para que Chávez pudesse concorrer na eleição de 1998. A plataforma ideológica do partido recém-criado seguiu a do movimento e propunha um governo bolivariano-revolucionário. Se por um lado a doutrina bolivariana não estava definida, por outro a luta pelo interesse popular através de meios pacíficos e legais estava na pauta do programa de Chávez (BLANCO MUÑOZ, 1998). Igualmente importante, foram o carisma do líder e a adoção de uma proposta alternativa de governo aos programas de AD e COPEI, porém, saudosista de uma Venezuela grande com Estado forte, mas que ao mesmo tempo refutava o neoliberalismo. A candidatura não trazia nada de muito concreto a não ser uma grande promessa

para o futuro com duas certezas: convocação do referendo para formação de uma assembleia constituinte, e aqui estava a proposta mais radical do MBR-200 de refundar a república, e a reversão da política petroleira de abertura.

O programa político de Chávez foi baseado na *Agenda Alternativa Bolivariana (AAB)*²⁶ lançada em 1996. Foi o primeiro documento do movimento que definia pontos de ação para um eventual governo. O documento trata de oito objetivos gerais a serem incorporados. O primeiro é o “papel do estado” que imerso no neoliberalismo e falido do ponto de vista institucional, representativo e econômico precisava ser refundado. O MBR-200 propunha não um estado mínimo, mas um Estado provedor, estimulante do mercado e de investimentos, “proprietário, promotor e regulador” (AAB, 1996).

O segundo tratava da “política petroleira, cujo setor no início dos anos 1990 foi aberto para investimentos privados, deveria ser imediatamente revertida e nacionalizada. O terceiro ponto tratava da “gestão do aparato produtivo” através da implantação de um modelo econômico “humanista e autogestionário”. O quarto ponto tratava da educação, cultura, ciência e tecnologia que deveria necessariamente ser financiada pelo estado, ter um caráter humanista com objetivo transformador e orientada ao conhecimento da América Latina. O quinto eixo da AAB tocava na questão da dívida externa e a necessidade de sua renegociação.

O sexto apontava os equilíbrios macroeconômicos que deveriam ser alcançados através do controle do câmbio, da política fiscal – impostos progressivos e redução dos gastos públicos – e da política monetária – taxa de juros voltada ao desenvolvimento econômico e redução da especulação financeira. O ponto sete abordava os equilíbrios macrossociais com a criação de quatorze programas sociais cuja estratégia era diferente dos programas de Carlos Andrés Pérez e Rafael Caldera, pois a política social antecedia a política econômica e não tinha um caráter reparador. Finalmente, o oitavo ponto discorria sobre a dinamização da produção a fim de estabelecer um “modelo produtivo intermediário” dentro de um plano de desenvolvimento nacional cujo Estado tinha grande papel de impulsionar e dinamizar a economia.

A centralidade do Estado na economia contrastava com o período mais neoliberal da Venezuela que incluía abertura da sua principal área econômica, o petróleo, e causava enorme impacto nas receitas do país e consequentemente no oferecimento dos diversos serviços providos pelo Estado. As medidas da AAB e incluídas no programa de Chávez, entendia a retomada da centralidade do Estado na economia como um resgate da soberania nacional e

²⁶ Chavez, Hugo. Libro Rojo. Caracas: Servicio Autónomo Imprenta Nacional, 2014. Disponível em: <<http://www.minci.gob.ve/wp-content/uploads/2014/03/Libro-Rojo-11-2-14-fs-web.pdf>>. Acesso em 20 nov. 2018.

distanciava dos programas e ações neoliberais aplicadas até então. Esta agenda aprofundou a polarização na política do país. De um lado se encontrava uma agenda neoliberal que propunha curar o Estado através da despolitização e racionalização de acordo com as diligências do mercado. Do outro, o plano de Chávez de recuperação do Estado enquanto provedor das necessidades básicas da população com apoio da “política das ruas”.

Embora a defesa da centralidade do Estado na economia pudesse dar indícios de associação ao socialismo, Chávez se manteve neutro quanto a esta bandeira. Neste sentido, alternava seu discurso entre o radical revolucionário e linguagem mais moderada com amplas promessas. Desta forma não se aliava, ideologicamente, nem à direita nem à esquerda, nem às guerrilhas nem à democracia, nem ao marxismo nem ao antimarxismo (BLANCO MUÑOZ, 1998). Em uma longa entrevista concedida a Fernando Ramón Bossi do Cuadernos de Emancipación em 1997 cujo título é “ *Recuperar um proyecto originário de esta America*”, Chávez dizia:

“[...]... las soluciones para América Latina pasan por la izquierda, tienen que transitar la izquierda, pero no pueden quedarse en el marco de la izquierda, tienen que ir más allá de la izquierda. Porque difícilmente las fuerzas armadas latino-americanas pudiéramos calificarlas de izquierda. Pretender empujarlas hacia la izquierda (...) yo creo que sería una utopía. A las fuerzas armadas latinoamericanas, a muchos militares de América Latina, pudiéramos catalogarlos como nacionalistas, en este tiempo de desnacionalización neoliberal. Bueno, hay que pasar por allí también. La solución tiene que pasar por la izquierda, por el nacionalismo, por el patriotismo y lograr una gran alianza de todos estos sectores [negrito no original]. Así que pasa por la izquierda, pero tienes que ir más allá de la izquierda desde el punto de vista ideológico. (...) El apoyo de los militares es vital para dar viabilidad a un programa de transformación en América Latina (...) Muchos intelectuales de izquierda en Venezuela no lo han comprendido (...) Sin embargo, nosotros hemos logrado estremecer el alma nacional, como decía Neruda, logramos poner a Bolívar en el tapete, con otro signo, con un signo revolucionario. (HUGO CHÁVEZ, 1997, p. 27-28)

O bloco político que apoiou a eleição de Chávez, a coalizão Polo Patriótico, incluía o Partido Comunista Venezuelano, o MAS e o Pátria Para Todos (PPT). As mais variadas tendências, portanto. Desde os comunistas marxistas-leninistas do PCV, os eurocomunistas, socialdemocratas e progressistas. A plataforma anti-neoliberal e nacionalista de Chávez o empurrava para a posição de centro-esquerda. O movimento não se identificava nem com a esquerda, nem com a direita e naquele momento não se considerava anti-imperialista. Em 1998, Hugo Chávez foi eleito com 56,20 % dos votos contra 39,97% do rival centro-direitista Henrique Salas Romer.

“Pero este movimiento bolivariano no tenía un planteamiento socialista. Si revisas declaraciones mías de esos años, cuando nos preguntaban si éramos de izquierda o derecha contestábamos: «No, no, esa división no existe». Era una posición neutra, desconectada de la realidad, pero muy influida por todo aquello del «fin de la historia», la caída de la URSS, etc. Luego viene la fase actual: llegamos al gobierno en 1999 y se formula el planteamiento de la revolución bolivariana que da un salto –como debes recordar– después del golpe de Estado de abril de 2002. Es entonces cuando esta revolución se declara antiimperialista. Nunca lo habíamos asumido así. Fue la respuesta que dimos al golpe y nuestro pueblo lo asumió con mucho vigor.” (CHÁVEZ, 2005: s/p)

2.1. Grupos de apoio e polarização no Chavismo

Ao tratar dos grupos de apoio e fatores de polarização ao Lulismo e ao Chavismo entramos em grandes searas como o apoio eleitoral e o apoio entre as forças político-econômicas nacionais. A chegada de Chávez ao poder implicou em mudanças imediatas na organização do Estado Venezuelano. A proposta de refundação do Estado, durante as eleições, resultou na convocação da Assembleia Constituinte, com maioria governista, e uma nova constituição que foi aprovada por 71% dos eleitores em referendo popular em 15 de dezembro de 1999. Com a nova carta constitucional, o país passou a se chamar oficialmente República Bolivariana da Venezuela. Em julho de 2000 houve uma mega-eleição onde foram escolhidos todos os representantes do executivo e legislativo em nível estadual e federal além dos prefeitos afim de colocar os políticos eleitos em conformidade com a nova constituição aprovada. Chávez foi eleito presidente e sua coalização de apoio, o Polo Patriótico, formou maioria no congresso, que passou de bicameral a unicameral.

A nova constituição incluiu dois poderes extras: o chamado “Poder Cidadão” e o “Poder Eleitoral”. Outras mudanças importantes foram: a inclusão do “Referendo Revogatório”, um recurso jurídico na qual a partir da metade do mandato de um cargo político, a população pode pedir sua remoção. A extensão do mandato presidencial de cinco para seis anos e a possibilidade de reeleição. A introdução da “Lei Habilitante”, que permitia ao presidente legislar por decreto por um determinado período com amplos poderes a partir do aval do congresso. Em novembro de 2000, Chávez pediu autorização ao congresso e governou por quase um ano sob esta lei o que lhe permitiu em 2001 colocar em vigor um pacote com 49 leis-decretos em assuntos econômicos e de gerencia organizacional do Estado. As leis mais polêmicas foram a Lei de Terras e Desenvolvimento Agrário, que permitia ao governo expropriar terras que fossem de utilidade pública ou de interesse social, a Lei de Pesca E

Aquicultura, que privilegiava o pequeno pescador em detrimento da pesca industrial e, finalmente, a Lei Orgânica de Hidrocarburos que aumentava a tributação de empresas transnacionais ligadas à atividade petroleira bem como aumentava a participação do Estado em sociedades mistas.

Este período foi essencial para o pontapé em diversas ações políticas que desembocariam no chavismo enquanto projeto político anos depois. A reação dos opositores ao governo foi extrema. Em 11 de abril de 2002, uma coalização cívica-militar depôs Chávez por 48 horas. Pedro Carmona, então presidente da Fedecámaras, *Federación de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción de Venezuela*, principal associação de empresas do país assumiu a presidência e decretou o “*Acto de Constitución del Gobierno de Transición Democrática y Unidad Nacional*”, ou o carmonazo, que revogava imediatamente, entre outros pontos, recém outorgada constituição de 1999 bem como todas as 49 leis decretos que haviam sido assinadas por Chávez. A tentativa de retomada do poder pela burguesia foi frustrada pelo apoio do exército e de setores civis à Chávez que foi restituído ao cargo. Embora houvesse uma polarização histórica anterior ao chavismo iniciado nos anos 1980 com o profundo aumento da desigualdade entre muito pobres e ricos, o golpe de 2002 e seus desdobramentos marcam o início da polarização no chavismo (MENDES, 2012).

O avanço da burguesia sobre o governo de Chávez tomou nova forma em dezembro de 2002 quando funcionários do alto escalão da empresa Petróleos de Venezuela SA (PDVSA), maior petrolífera do país, entraram em greve. O chamado *Paro Petrolero* durou dois meses e derrubou o PIB para crescimento negativo tanto em 2002 como 2003. A participação do setor privado na greve foi apoiada não só pela Fedecámaras, como também pela Confederação de Trabalhadores de Venezuela (CTV), um dos maiores sindicatos à época e pelos partidos opositores. Aqui vemos o início do afastamento entre sindicatos tradicionais e do governo chavistas (DÍAZ, 2009).

Em 2004, a oposição chamou por um referendo revogatório contra Chávez. Utilizando a via institucional, o referendo perguntava sobre a destituição do governo de Chávez, no qual o “não” venceu com 59% dos votos válidos, contra 41% do “sim”²⁷. O governo saiu fortalecido, após anos turbulentos com forte oposição. Outrossim, a sociedade estava mais polarizada, segmentando apoiadores e opositores do governo. Em 2005 a oposição boicotou as eleições presidenciais e parlamentares, o que propiciou um virtual predomínio da base governista.

²⁷ Dados disponíveis em Consejo Nacional Electoral < http://www.cne.gob.ve/referendum_presidencial2004/>. Acesso em 05 jan. 2019.

Na eleição presidencial de 2006, Chávez foi vitorioso, com 62,84% dos votos, a maior porcentagem de todos os pleitos de Chávez. Isso significava uma ampliação na sua base eleitoral e era um forte indicativo de que o presidente contava com apoio popular. Isto não quer dizer que o apoio chavismo era irrestrito. Prova disso foi a rejeição ao referendo proposto por Chávez em 2007 no qual pedia o fim do limite de reeleições para o cargo de presidência da república. Nas eleições regionais de 2008 a oposição ganhou em diferentes estados do país (Miranda, Zulia, Táchira, Carabobo, Nueva Esparta e o Distrito Capital) e ascendeu o sinal amarelo para o governo chavista que em 2009 reintroduziu um novo referendo para reeleição ilimitada para todos os cargos de eleição popular, não só apenas para o executivo como tinha sido em 2007, e acabou sendo vitorioso com aprovação de 54,86%. O caminho estava aberto para que Chávez se candidatasse novamente em 2012 e saísse vitorioso com 55,07% dos votos válidos, a menor porcentagem de votos na sua vida política.

Observa-se que a base eleitoral do chavismo foi diminuindo lentamente ao longo dos anos quando comparamos as proporções dos votos válidos recebidos nas eleições presidenciais e nas eleições regionais. Uma das explicações está na polarização da sociedade venezuelana durante o chavismo. Segundo Lupu (2010) há duas grandes vertentes que agrupam explicações sobre a polarização na Venezuela. A primeira aborda o fato de que Chávez ganhou enorme apoio dos mais pobres do que dos mais ricos. Neste sentido alguns grupos específicos foram cooptados pelo chavismo com maior força. Handelman (2000) aponta os politicamente subrepresentados, os pobres e os mais jovens. Seguindo a mesma linha, Canache (2004) destaca que dentro do grupo dos mais pobres, no pleito de 1998, prevaleceu o apoio dos empobrecidos do setor urbano. O mesmo padrão foi observado por Hellinger (2005) na votação do referendo em 2004 quando as classes mais baixas estavam mais inclinadas a votar pela permanência de Chávez na presidência ao contrário das classes mais altas. A segunda corrobora a primeira vertente ao identificar votos por regiões geográficas sendo que distritos mais pobres são mais propensos ao chavismo do que regiões mais abastadas.

Outro padrão de classificação foi proposto por Mallen e García-Guadilla (2017) que descrevem um grupo de acadêmicos que reproduzem ecos da oposição por alegarem que o radicalismo do discurso de Chávez promoveu antagonismos entre as classes principalmente ao culpar a classe média e a elite pela extrema pobreza dos mais pobres. Em segundo lugar, estão os acadêmicos simpáticos ao chavismo. Para esses, Chávez apenas trouxe para o palco principal da discussão política a abissal diferença entre as classes sociais na Venezuela. Já o terceiro grupo faz uma análise demonstrando as divisões entre as classes econômicas na Venezuela

principalmente devido a aplicação do modelo econômico neoliberal. As autoras, no entanto, refutam a ideia de que estes três grupos tenham caráter definitivo na causa da polarização venezuelana bem como as divisões pró e anti-chavismo esteja unicamente lastreada na desigualdade socioeconômica.

A polarização, portanto, extravasou o critério puramente econômico e atingiu outras três áreas da vida em sociedade: a primeira foi a necessidade do chavismo em garantir a implementação da democracia participativa e protagônica arregimentando apoiadores da mesma forma em que a oposição, e seus apoiadores, foram as ruas para reclamar seus pleitos. Em 2009, ano do segundo referendo sobre reeleição ilimitada, a organização de direitos humanos PROVEA (2009, p. 295)²⁸ registrou um crescimento de 1.763 para 2.893 no número de protestos. Em 2012 a mesma organização registrou 3.925 protestos²⁹. O segundo fator apontado pelas autoras é o papel da mídia privada, tradicionalmente aliada à oposição e patrocinadora do golpe de 2002, da greve 2003 e do referendo de 2004. O papel da *Radio Caracas Televisión* (RCTV)³⁰, o maior canal privado de TV na Venezuela foi essencial no apoio aos movimentos oposicionistas.

Finalmente, Mallen e García-Guadilla (2017) apontam o caráter geográfico da polarização promovendo uma divisão do espaço entre apoiadores e opositores do governo. A política das ruas parece ter sido uma das formas palpáveis da polarização, inclusive com divisões geográficas específicas. Em Caracas, por exemplo, a região leste onde se encontram os bairros de classe média-alta como Altamira é onde se localiza os protestos anti-chavistas. Já a região oeste, onde estão os “*ceros*”, equivalente às favelas brasileiras, é altamente chavista.

Já Lupu (2010), analisou os pleitos de 1998, 2000, 2004 e 2006 de forma mais complexa utilizando a renda familiar como fator definidor de votos e identificou que, ao contrário do que o que comumente se descreve em análises acadêmicas, a base de apoio chavista não foi composta exclusivamente pelos muito pobres ou pobres, mas sim uma base de apoio multi-classista. Para os quatro pleitos analisados, Lupu estabeleceu uma escala de 1 a 4 para mensurar a renda familiar³¹. A figura abaixo ajuda a ilustrar os resultados.

²⁸ Relatório Anual PROVEA 2008-2009. Disponível em: <https://www.derechos.org/ve/web/wp-content/uploads/16_Manifestacion.pdf>. Acesso em 08 jan. 2019.

²⁹ Relatório Anual PROVEA 2011-2012, p. 40. Disponível em: <<https://www.derechos.org/ve/web/wp-content/uploads/03Balance-1.pdf>>. Acesso em 08 jan. 2019.

³⁰ O contrato de concessão do sinal para transmissão nacional da RCTV venceu em 2007 e o governo de Chávez decidiu não renová-lo, sobre o argumento da empresa ter apoiado o golpe de estado em 2002.

³¹ “A escolha de quatro categorias foi motivada inteiramente pelos dados. Cada pesquisa perguntou aos entrevistados que se enquadrassem em diferentes faixas de renda. Quatro foi o maior número de categorias (em termos de proporção de entrevistados) nas quais eu pude incluir os entrevistados de cada pesquisa” (LUPU, 2010, p. 14) [Tradução nossa].

Figura 01 - Votação por nível de renda na Venezuela (1998 – 2006)

Fonte: extraída de Lupu (2010, p. 16).

No pleito de 1998, Roberts (2003) apresentou uma pesquisa pré-eleitoral na qual 55% dos mais pobres em áreas urbanas declararam apoiar Chávez enquanto 45% de não-pobres rejeitavam apoiar o tenente-coronel. Ao observamos o primeiro gráfico da figura³² anterior também veremos uma pequena variação no fator renda *versus* voto. Enquanto a oposição teve tendia a ter maior porcentagem dos votos válidos nos extratos pobres, particularmente no indicador de renda de número 2, os eleitores de Chávez eram maiores no indicador de número 3, o que explica, em parte, a adesão da classe-média baixa e classe-média ao projeto chavista ao mesmo tempo que eleitores das classes mais altas o rejeitava. Assim, a maioria dos votos dos mais pobres, pobres e classe-média baixa em Chávez em 1998 inaugurou um pleito classista

³² Os dados para o pleito de 1998 foram fornecidos pela empresa venezuelana de pesquisas DATOS. Já para eleição de 2000, a empresa Consultores 21 forneceu as pesquisas. Quanto ao referendo de 2004, a empresa DATOS conduziu uma pesquisa de intenção de votos um ano antes do referendo, em 2003 e apontou uma margem de erro de 2.8 pontos percentuais. Já para as eleições de 2006, a empresa Borges & Associates conduziu as pesquisas eleitorais (LUPU, 2010, p. 28-29).

que Lupo chamou de “monotônico”, onde se predomina uma determinada classe. Contudo o mesmo não se observou nos demais pleitos analisados, rotulados de “não-monotônicos”.

Dados da empresa de pesquisa Datanalysis (2001), encontrou tendência similar, com a maioria dos mais pobres preferindo Chávez. Nos pleitos de 2000 e 2006 e no referendo revogatório de 2004, prevaleceu a rejeição dos mais ricos, que foi uma constante nos gráficos apresentados na figura 01 assim no como no pleito de 2012. Entretanto, nos anos 2000 e 2006, houve uma disposição da classe-média em apoiar Chávez. O apoio da classe-média é apontado por Lupo (2010) como efeito de políticas redistributivas e a promessa de nacionalização de empresas centrais para econômica venezuelana, na eleição de 2006, como a de petróleo, telefonia e alguns setores bancários que traria menores custos de serviços à essa população. Enquanto que para os setores muitos pobres, a retórica nacionalista, anti-oligarquica e a intensa aplicação de política sociais, conforme apresentaremos em seguida, justifica sua adesão a estrutura do chavismo.

No referendo revogatório de 2004, a empresa de pesquisa Greenberg, Quinlan Rosner Research registrou que 80% dos entrevistados nas categorias sociais A/B/C+ estavam inclinados a votar para remover Chávez da presidência, enquanto 60 % daqueles na categoria social E, portanto, os mais pobres, rejeitavam a saída de Chávez. Canache (2004) encontrou dados semelhantes em sua projeção de votos para o referendo quando registrou que 62% dos mais pobres escolhiam pela permanência de Chávez justificada na atenção do presidente o para com eles e 60% avaliavam positivamente os programas sociais, em especial as “*missiones*”. Nas eleições regionais de 2008, ano em que a oposição ganhou em vários estados e prefeituras do país, Briceño-Monzón (2013) aponta que nas regiões urbanas o chavismo perdeu votos e teve melhor desempenho nas regiões rurais. Lupo (2010) apontou como possível justificativa desta alternância, as incursões de setores opositores junto às camadas mais pobres cooptando-os. Outros fatores importantes, segundo o autor, foram o peso maior de eleitores de classe-média nas eleições de 2006 e a frustração das expectativas do eleitorado mais pobres que esperava mais das políticas sociais somadas ao aumento exponencial de crimes nas regiões periféricas – problema estrutural que não foi sanado durante a gestão chavista.

O pleito de 2012 refletiu a menor porcentagem de votos válidas recebidos por Chávez, 54,84%. A queda no percentual de votos válido pode estar relacionada ao corte em alguns gastos sociais a partir de 2009, principalmente com o programa *Barrio Adentro*, que prestava serviços de saúde a população, e com a redução de *Consejos Comunales*, conselhos locais autogerenciáveis com atuação em diversas áreas sociais como educação, cultura, algumas obras

públicas e elegíveis a receber fundos públicos em 2010, conforme aponta Ellner (2012, p. 129-130). A redução do apoio de parte dos mais pobres e da classe-média parece ter escalado em 2012.

No que tange a constituição do fenômeno do chavismo pelo viés da relação voto-renda, observa-se duas tendências que permaneceram nos processos eleitorais até a morte de Chávez. A primeira foi o amplo apoio dos pobres e muito pobres e a rejeição dos muito ricos. A segunda foi a flutuação de grupos de classe-média e classe-média-alta que determinou maior ou menor sucesso de Chávez no período eleitoral. Lupu (2010) destaca que o chavismo foi sustentado através de uma ampla coalizão multi-classista³³ que englobou os pobres, setores da classe-média e eventualmente alguns setores mais ricos o que dificulta a afirmação de que o chavismo foi unicamente apoiado por setores pobres ou muito pobres.

De maneira geral, o bloco de apoio ao chavismo se divide em duas grandes alas segundo Mendes (2012). A primeira é oriunda do alinhamento popular e o relacionamento do governo com as vanguardas de esquerda que datam do início dos anos 1990 quando o MBR200 começou os diálogos com quadros provenientes da classe média (trabalhadores informais, universitários, funcionários públicos, etc). Esta ala apostou na revolução bolivariana como um instrumento para se alcançar transformações socialistas buscando fortalecer laços entre a esquerda tradicional e a população. O segundo grupo foi criado junto com a revolução e não anterior a ela, como o primeiro. É formado por indivíduos que viram oportunidades de crescimento econômico a partir do Estado. Este grupo, chamado pela oposição de boliburguesia, agrega ex-militares e empresários que se beneficiaram das relações com o chavismo formando uma burocracia reformista. Semelhantes críticas fazem alguns membros mais à esquerda dentro do chavismo como é o caso Roland Denis (2009), que vislumbrou a formação de uma elite chavista e a intensificação de casos de corrupção, elementos perniciosos que ameaçam a revolução bolivariana.

2.2. Economia e política social no período de Chávez.

A marca da gestão econômica no governo Chávez, assim como na política, é um retorno ao Estado. Após duas décadas de fracassadas políticas econômicas neoliberais Chávez chegou ao poder com uma agenda de reformas anti-neoliberais, buscando o equilíbrio da economia venezuelana. Há dois grandes momentos na economia da Venezuela que reproduz os momentos

³³ Há uma parcela do eleitorado que se abstém nas eleições presidenciais numa média que equivale a 30% dos eleitores. São os chamados “ni-ni”, um grupo heterogêneo em sua composição social e que não se sentem representado pela polarização política venezuelana (MENDES, 2012).

políticos do governo de Chávez. O primeiro período segue o “*Plan de desarrollo económico y social de la nación venezuela 2001-2007*”³⁴ McCoy (2004) alerta para o fato de que Chávez manteve uma política econômica ortodoxa em seus primeiros anos de governo mantendo parceiros tradicionais e negociando com financiamentos com organismos internacionais. Entre 1999 e 2003 o contexto econômico era de estagnação, alta da inflação e PIB com crescimento negativo, principalmente entre 2002 em 2003 devido ao Paro Petrolero impediu qualquer expansão da economia, Lopes (2012). As greves, impulsionadas pelos setores privados produtivos, contribuíram fortemente para a estagnação.

Tabela 03 - Indicadores Macroeconômicos da Venezuela (1999-2013)

ANO	POBREZA EXTREMA (%)	POBREZA (%)	ÍNDICE DE GINI	DESEMPREGO (%)	CRESCIMENTO PIB (%)	INFLAÇÃO (%)
1999	21,7	49,4	0,498	15.0	-6	20.0
2000	18,0	44,0	0,468	13.9	3,7	13.4
2001	17,9	44,4	0,486	13.3	3,4	12.3
2002	22,2	48,6	0,500	15.9	-8,9	31.2
2003	...	...	...	18.0	-7,8	27.1
2004	19,0	45,4	0,470	15.1	18,3	19.2
2005	15,9	37,1	0,490	12.3	10,3	14.4
2006	9,9	30,2	0,447	10.0	9,9	17.0
2007	8,5	28,5	0,427	8.4	8,8	22.5
2008	9,9	27,6	0,412	7.3	5,3	31.9
2009	9,8	27,1	0,416	7.9	-3,2	26.9
2010	10,7	27,8	0,394	8.7	-1,5	27.4
2011	11,7	29,5	0,397	8.3	4,2	24.0
2012	7,1	25,4	0,405	8.1	5,6	19.5
2013	9,8	32,1	0,407	7.8	1,3	56.2

Fonte: elaborado pelo autor com dados da CEPAL. Disponível em: <
http://estadisticas.cepal.org/sisgen/ConsultaIntegradaFlashProc_HTML.asp>. Acesso em 15 jan. 2019.

A conjuntura de crise política e golpista que imperou nos primeiros anos do governo de Chávez resultou e alteração do curso econômico do país. Algumas mudanças foram introduzidas em 2003 como a fixação da taxa de câmbio – consequente sobrevalorização do bolívar – e o controle de bens de consumos básicos. A partir de 2004, houve um aumento gradual no preço do barril do petróleo bem como nos minérios, conforme observado no gráfico 01, gerou maior receita ao governo que, por sua vez, expandiu os gastos públicos impactando diretamente nos principais índices de desenvolvimento do país conforme mostra a tabela 03. É

³⁴ Documento na íntegra disponível em: <<http://www.mppp.gob.ve/wp-content/uploads/2018/05/Plan-de-la-Naci%C3%B3n-2001-2007.pdf>>. Acesso em 10 jan. 2019.

neste mesmo ano, outrossim, que Chávez aprofunda políticas sociais iniciadas em anos anteriores a partir da nova lei de terras onde passa a fazer expropriações remuneradas de terras ociosas.

Segundo Camejo (2002), o fortalecimento da participação do Estado na economia, neste período, esbarrou no conceito neoestruturalismo econômico desenvolvido pela CEPAL em 1990, que alinhava participação do Estado na economia, fortalecimento do setor privado e a promoção da igualdade social. Uma transformação na característica produtiva do país deveria ser posta em prática, sobretudo com maior atenção ao setor que demanda alta tecnologia, cabendo ao Estado garantir a equidade do processo sendo ações redistributivas de grande importância neste sentido (CEPAL, 1990). Entretanto, estas transformações estruturais nas agendas produtivas foram sobrepostas por um retorno a primarização da economia. Isto porque na primeira década do século XXI, os preços dos produtos primários no mercado internacional atingiram níveis históricos, conforme se observa no gráfico 01, e permitiu grandes entradas de divisas internacionais permitindo aos Estados realizar políticas sociais. Na Venezuela a dependência da indústria petroleira e a extração de minérios foi aprofundada. No caso brasileiro, a produção agrícola teve grande papel na atividade econômica.

Fonte: Elaboração do autor com dados do Banco Mundial (2019)

Após um primeiro mandato com turbulentos embates entre governo e oposição, Chávez optou por reconfigurar seu planos político-econômicos para a Venezuela dando início ao

desenvolvimento do “Socialismo do Século XXI” a fim de superar o capitalismo selvagem. Surgida em 2005, a estratégia do socialismo do século XXI foi registrada no *Proyecto nacional Simón Bolívar: Primer Plan Socialista 2007-2013*³⁵. O novo projeto econômico pretendia uma economia com um “modelo produtivo endógeno” com o objetivo de alcançar autossuficiência em vários setores, principalmente na segurança alimentar, onde o setor energético seria a maior fonte de renda o país. Mendes (2012) caracteriza esse segundo período como de ruptura com ao neoestruturalismo, aumento da centralização e da estatização da economia inspirada no modelo cubano.

A partir de 2005 se iniciam vários processos de estatizações de empresas consideradas estratégicas pelo chavismo. Vale ressaltar que não se trata de confisco, mas expropriações mediante indenizações nos setores de mineração, petróleo, indústria alimentícia, energia elétrica, empresas de comunicação, setor bancário e de produção de papel. Empresas como a tradicional siderúrgica SIDOR, o Banco da Venezuela e da Compañía Anónima Nacional Teléfonos de Venezuela (CANTV) foram grandes estatizações do chavismo. O Estado venezuelano passou a fomentar cooperativas – foram criadas cerca de 60 mil delas segundo Ellner (2012) –, empresas públicas, empresas de produção social, modelos de negócios em sistema de congestão com a participação do governo e dos trabalhadores. São exemplos desses empreendimentos a *Compañía Nacional de Industria Básica* (CONIBA), uma empresa pública que controla empresas de produção social e a *Corporación Venezolana Agraria* (CVA), empresa equivalente para o setor agroindustrial.

Ocorreu na Venezuela um aprofundamento da primarização da produção nacional, através da sobrevalorização da indústria petrolífera e sua renda e da extração de minérios para exportação. Entre 2012 e 2013, a exportação de combustíveis fósseis representou 97% do total vendido pelo país. A característica rentista da economia venezuelana lhe trouxe benefícios na época da bonança das *commodities* em contrapartida lhe deixou vulnerável a instabilidade dos preços internacionais. Uma grande desindustrialização do setor privado foi levada à cabo no país em razão da competição desigual com empresas estatizadas pelo chavismo. O Estado forte, e caráter capitalista-nacionalista, promoveu a redistribuição de renda através de muitos programas sociais gerando impacto socioeconômico positivo. Contudo, o desenvolvimento econômico de longo prazo calcado na diversificação e na produtividade foi deixado de lado, em

³⁵ Documento disponível na íntegra em: < <http://spin-be.unesco.org.uy/subida/documentosRelevantes/PNSB.pdf>>. Acesso em 15 jan. 2019.

razão da dependência produtiva quase que exclusiva do setor petrolífero (BRICENOMONZÓN, 2013).

A reorganização na distribuição de renda do petróleo fez de Chávez um continuísta do modelo estrutural histórico sob o qual a economia venezuelana tradicionalmente se organizou: um Estado relativamente provedor de renda, emprego e benefícios com proventos e oportunidades oriundas do setor petrolífero, haja vista que, desde os anos 1950 a Venezuela já dependia fortemente do petróleo como fonte de renda e este setor econômico sempre esteve sob o comando do Estado – com menor influência durante a abertura petrolífera que teve início em 1986. Isto não excluiu o fato de que as articulações feitas pelo governo chavista pleitearam uma inserção diferenciada no sistema capitalista internacional, utilizando estrategicamente seus recursos petrolíferos para um posicionamento externo mais autônomo e praticando políticas mais sociais no plano interno. Logo, o rompimento com o sistema capitalista não esteve no horizonte da realidade chavista.

Em longa entrevista à Cabieses (2005), Chávez descreve a origem de sua guinada à esquerda. Relata que por algum tempo flertou com a terceira via de Tony Blair e chegou a considerar um capitalismo humano para a Venezuela, mas desistiu. Chávez nos primeiros anos de seu governo flertou com o espírito de conciliação e pregava que buscaria o consenso e não o conflito mas se despertou da ilusão de que não poderia ao mesmo tempo estar bem com Deus e com o diabo. Apontou que seu círculo de assessores e conselheiros durante seu primeiro mandato o conduzia à manutenção de velhas práticas neoliberais e que despertou para o socialismo. A ideia de socialismo pela ótica Chávez englobou alguns critérios simbólico-históricos e teóricos e mais do que isso, o *timing* político era propício. O ressurgimento de governos marcados pela mobilização popular, principalmente na América do Sul, carecia de substância ideológica e a guinada ao socialismo faria esse aporte.

“[...] es afirmar que el primer socialista de nuestra era fue Cristo. Soy cristiano y pienso que el socialismo debe nutrirse de las corrientes más auténticas del cristianismo. Tampoco se trata de andar buscando a un iluminado, como tú decías, para que nos haga un modelo que vamos a copiar todos. Sería absurdo. Vamos a hacer el socialismo desde nuestras propias raíces, desde nuestros aborígenes, desde las comunas en Paraguay y Brasil, desde el socialismo utópico que representó Simón Rodríguez, desde el planteamiento de Bolívar de libertad e igualdad, desde el planteamiento de Artigas, el gran uruguayo, de que hay que invertir el orden de la justicia, eliminando los privilegios. Creo que estamos comenzando esta tarea.” (CHÁVEZ, 2005, s/p)

Chávez assinalava o socialismo, à sua maneira, como objetivo final de seu plano político para Venezuela, mas que para alcançá-lo era necessário um período de transição, no qual o país se encontrava naquele momento, em que se executava uma “democracia revolucionária”, importando o termo do poeta e ensaísta cubano Roberto Fernández Retamar. Este tipo de democracia compreende a participação popular nos processos decisórios da política e se opõe diametralmente à democracia representativa. É sob efeito deste conceito que a “democracia protagônica” se desenvolveu na Venezuela. Fernández Retamar (2016) afirma que a democracia revolucionária se desenvolve até que, organicamente, assume o marxismo-lenismo. Boaventura de Souza Santos (2010) afirma que a democracia socialista se realiza se, anteriormente, a democracia revolucionária ocorrer. Esta, definida pelo conceito lenista de “ditadura do proletariado” aquela pela experiência socialdemocrata europeia vivida no período entre guerras.

A democracia revolucionária, também denominada por Santos (2010) de democracia radical ou democracia de alta intensidade supri as insuficiências da democracia representativa. Pela ótica chavista, a democracia representativa era contrarrevolucionária ao processo bolivariano que se aventava desde a eleição de Chávez. Uma concepção para melhor compreender a democracia chavista encontramos em Ellner (2012) com conceito de “democracia social radical”. Ellner (ibidem) aponta duas vertentes formadoras desta democracia.

A primeira são os preceitos rousseauianos do mandato da maioria e da participação direta nas tomadas de decisões, que excluí o direito das minorias e pode minar instituições nacionais. A segunda é a incorporação massiva de setores historicamente excluídos da vida social, econômica e política da nação.

A democracia social radical pressupõe a flexibilização de instituições de controle e suas regras a fim de fomentar a participação de uma parcela da sociedade sem experiência organizativa. O ponto crítico que Ellner destaca sobre este modelo é que embora se observou uma imensa inclusão e empoderamento subjetivo e objetivo de setores sulbaternizados e excluídos, o enfraquecimento institucional e de controle do Estado sobre destino de investimentos vultosos resultou diretamente no alto índice de falência das cooperativas e, em menor grau, nos conselhos comunais e missões que compõe a base da democracia social radical chavista.

A máxima expressão da participação e do protagonismo popular no modelo de democracia levado a cabo pelo chavismo são os *Consejos Comunales* (CC). Criados em 2006

através da *Ley de los Consejos Comunales* e na esteira da consolidação do projeto socialista. São instâncias de participação popular no qual os cidadãos, organizações e movimentos sociais e populares exercem certo tipo de governo comunitário propondo gerindo diretamente políticas e projetos que atendam às necessidades das comunidades locais em matérias que anteriormente eram geridas pelo governo nacional, estadual ou municipal pautadas num modelo de sociedade socialista, igualitária e justa. O artigo segundo da lei dos CC modificada em 2009 é clarificador:

Los consejos comunales en el marco constitucional de la democracia participativa y protagónica, son instancias de participación, articulación e integración entre los ciudadanos, ciudadanas y las diversas organizaciones comunitarias, movimientos sociales y populares, que permiten al pueblo organizado ejercer el gobierno comunitario y la gestión directa de las políticas públicas y proyectos orientados a responder a las necesidades, potencialidades y aspiraciones de las comunidades, en la construcción del nuevo modelo de sociedad socialista de igualdad, equidad y justicia social (VENEZUELA, 2009).

Sob a tutela de órgãos do executivo o *Consejo Federal de Gobierno e do Ministerio del Poder Popular para las Comunas y Protección Social*, os CCs cresceram a partir de 2006 e atingiram a cifra de 40 mil em 2012 de acordo com Ellner (2012), porém ainda em 2010 apenas 12 mil estavam habilitados para receber fundos federais. Outrossim, vale destacar a elevada participação de seus membros, cerca de 67% segundo dados de Silva (2016). Uma das críticas ao fortalecimento dos CCs é a diminuição do papel das autoridades municipais e subnacionais. Contudo, a este movimento é próprio dos objetivos proposto na lei dos CCs de alcançar no futuro um “Estado comunal” de grande alcance na gestão nacional.

O descrédito das instituições do Estado e dos partidos culminou na proposta de refundação do Estado venezuelano a partir da constituição de 1999. A representação política foi tomada como um instrumento atrasado, excludente, sectário e corrupto pautada no clientelismo e na perpetuação de grupos de poderes na gestão do Estado (IZARRA, 2006, s/p). Para o chavismo a razão do processo e da prática revolucionária foi o estabelecimento do poder popular, isto é o exercício direto do poder pelo povo organizado, para construção teórica do socialismo do século XXI. A prática, deste modo, precedia a teoria.

Chávez baseou a ética do socialismo do século XXI na generosidade tendo como exemplo Bolívar e Cristo. A linha política do socialismo deveria estar pautada pela democracia participativa e protagônica, no poder e na participação popular e consequentemente na construção da hegemonia popular³⁶. Pela perspectiva econômica o socialismo do século XXI

³⁶ Aqui o bloco hegemônico popular incorpora, segundo Ellner (2012), trabalhadores da economia informal, trabalhadores de pequenas empresas não sindicalizados e trabalhadores do campo. Esta concepção está calcada na

deveria impulsionar o cooperativismo e o associativismo, a propriedade coletiva, empresas de produção social, unidades de produção comunitária e experiências pautadas pela cogestão e autogestão. O desenvolvimento do novo socialismo deveria estar calcado na teoria e na prática política e econômica.

Anastásia et al. (2004), apontam alguns traços da democracia chavista. O primeiro deles é o exacerbado majoritarismo, ou seja, a vontade da maioria é regra o que atrela ao processo uma sensação de democracia liberal nos processos. Exemplo disso são os CC que possuem não só poder consultivo, mas também legislativo. Em segundo lugar está o plebiscitarismo, ou seja, a utilização do mecanismo de plebiscito popular para tomada de decisões no plano nacional. Tal fato diminuiu o poder do congresso venezuelano e por consequência o controle parlamentar. Em contrapartida, conforme aponta Jorge; D'Avila Filho (2009), o modelo chavista foi inovador ao expandir a participação popular e ao mesmo tempo estabelecer um elevado grau de centralização de poder nas mãos do executivo, uma vez que é de lá que saem os fundos para o financiamento dos CCs.

Se durante a década de 1990 houve críticas à eficácia da democracia na Venezuela, as mesmas não desaparecem com a subida de Chávez ao poder. Uma crítica que permanece latente na sociedade venezuelana presente nos discursos tanto da oposição como da ala mais dura e à esquerda do chavismo é a questão da corrupção. A relação perniciosa entre chavistas que fazem parte do poder constituído e outorgam contratos à grupos capitalistas combate o projeto revolucionário. Denis (2009) destaca que ao contrário dos demais países, historicamente na Venezuela o Estado constrói a burguesia que se apropria da renda do petróleo. No período de Chávez isto não mudou e gerou uma classe, a “*boliburguesia*”. Outro fato importante é o aumento dos índices de criminalidade, principalmente nas regiões urbanas, que o chavismo não conseguiu administrar (JARDIM, 2013, s/p).

A formação do chavismo está, igualmente, lastreada a uma robusta política social. De acordo com Mendes (2012), a política social foi entendida como antecessora à política econômica. Ou seja, não derivava da economia, mas sim a complementava, pois se tratava de um direito social. A partir de 2004, os gastos sociais no país representaram mais de 10% dos gastos público total³⁷ (Quadro 02) chegando a 17,1% em 2011. Observa-se também aumento dos

ideia de que o bloco revolucionário na América Latina vai além do proletariado, ou da tendência trabalhista, ligada à esquerda tradicional (HARNECKER, 2007). Chávez sempre questionou o papel central da classe trabalhadora no processo revolucionário (ELLNER, 2012, p. 110) e visualizava dois blocos: uma minoria exploradora e uma maioria explorada. A partir desta reflexão se entende, em partes, a tensa relação do chavismo com os sindicatos tradicionais.

³⁷ Uma estratégia política para fortalecimento do governo após anos de oposição golpista e desestabilizadora.

gastos nos anos eleitorais. Iniciados em 2003, os principais programas sociais do chavismo estão agrupados no *Sistema Nacional de Misiones, Grandes Misiones y Micro-Misiones* que atuam na área de educação, saúde, crédito financeiro, moradia, direitos, segurança e alimentação. A primeira e maior delas foi a missão Barrio Adentro, que ampliou e levou serviços de saúde para regiões pobres e lugares remotos. Uma das grandes parcerias com o governo de Cuba começou nesta missão ao importar profissionais cubanos para os atendimentos. As missões responsáveis pela educação Robinson (alfabetização), Ribas (nível secundário) e Sucre (universitário) desempenharam grande impacto na promoção educacional e socioeconômica dos beneficiários. Outra grande missão importante é a Mercal responsável por estabelecer uma rede de supermercados para distribuição de produtos subsidiados pelo país que não só oferece produtos mais baratos, mas cria empregos em suas lojas.

Quadro 02 - Gastos em programas sociais em porcentagem do gasto público total da Venezuela

Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
%	8.8	7.1	7.4	7.4	9.9	10.1	10.7	11.5	13.1
Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013			
%	11.0	10.8	12.1	17.1	14.6	10.08			

Fonte: Sistema Integrado de Indicadores Sociales de Venezuela, SISOV. Disponível em: <<http://www.venescopio.org.ve/estadisticasbasicasdevenezuela/gasto-publico-social-como-porcentaje-del-gasto-publico-total>>. Acesso em 16 jan. 2019.

Além dos gastos sociais que são diretamente executados pelo Estado venezuelano existem aqueles executados diretamente pela PDVSA. Nesta seção sobre a Venezuela, os gastos sociais incorporam aqueles ligados a programas de assistência social enquanto que na análise do Brasil, mostramos na tabela 02 os gastos sociais gerais e a parcela de gastos com assistência social. Isto porque no caso venezuelano, o governo chavista entendia que gastos sociais é anterior a política econômica. Em 2005, Chávez criou o *Fondo de Desarrollo Nacional* (FONDEN), um fundo de investimentos para gastos com saúde, educação e infraestrutura cujo financiamento é feito pelo Banco Central da Venezuela (BCV) e por aportes da PDVSA. Arelado ao *Ministerio del Poder Popular para la Economía, Finanzas y Banca Pública*, ao *Ministerio del Poder Popular para la Planificación* e ao escritório da vice-presidência do país a existência do fundo, que recebe anualmente bilhões de dólares conforme se observa no quadro 02, é criticada pela oposição. Por ser uma empresa de sociedade anônima, suas atividades não passam pelo escrutínio do congresso venezuelano e seus gastos ficam exclusivamente sob o comando de Chávez. A falta de transparência e publicidade dos projetos e do destino dos fundos recebidos aumentam o ceticismo ao Fonden (LOPES, 2012).

Quadro 03 - Aportes da PDVSA para desenvolvimento social
(valores em milhões de USD)

(valores em milhões de USD)

Aportes em Missões e Programas Sociais									
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
USD	34	14	549	2.316	3.762	5.274	8.048	34	6.006
Ano	2010	2011	2012	2013					
USD	22.223	28.657	28.293	23.341					
Aportes FONDEN									
Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
USD	1.525	6.855	6.761	12.384	600	1.334	14.728	15.572	10.418

Fonte: Balance de la gestión social y ambiental PDVSA 2014 (PDVSA, 2014, p. 97). Disponível em: <http://www.pdvsa.com/images/pdf/Balance_Social_Ambiental/BGSA_2014.pdf>. Acesso em 16 jan. 2019.

CAPÍTULO 3 – COMPARANDO OS ISMOS: PETISMO, BOLIVARIANISMO, CHAVISMO E LULISMO

O desenvolvimento dessas duas forças políticas, PT e MBR-200, no século XX trilharam caminhos diferentes, mas definiram o rumo da política de seus países na década de 2000. A primeira grande diferença entre as forças é sua forma organizacional. O PT já nasceu um partido político mesmo antes da sua oficialização junto a justiça eleitoral em 1982. Oriundo principalmente dos agrupamentos sindicais, das organizações religiosas de base e de intelectuais, o partido avançou na década de 1980 dentro da política nacional elegendo representantes para diversos cargos em nível municipal e estadual. Cresceu, outrossim, em termos de burocratização e organização partidária institucional, angariando mais filiados e militantes, abrindo representações nos diferentes estados do Brasil. A articulação política do partido esteve estruturada desde seu início incluindo a gestão de suas diversas influências, as chamadas tendências, internamente. Em contrapartida, o MBR-200, também se oficializa em 1982 enquanto um movimento político e não enquanto um partido político sob a chancela do Estado. O movimento permaneceu pequeno entre soldados do exército ligado à Chávez e seus companheiros nos anos iniciais. Imbuídos da tradição pretoriana³⁸, cujo ideal maior é guardar e salvar a pátria em momentos de crise, o movimento se propagou no próprio seio militar e também a partir do diálogo com forças sociais de esquerda, daí a formação de um movimento cívico-militar.

O MBR-200 chegou aos bairros pobres e comunidades excluídas através de redes de contatos informais. A organicidade do movimento é muito particular e só ganha adesão popular após a tentativa de deposição do governo de Carlos Andrés Pérez, em 1992, liderada por Chávez. Guardada a importância política do ato, foi um momento de publicidade para Chávez e para o movimento, principalmente após seu histórico discurso em cadeia nacional apontado como um estimulante do resultado eleitoral de 1998. Embora tenha sempre criticado os governos, os planos econômicos, sobretudo o avanço do neoliberalismo, o movimento nunca foi uma oposição formal pela via representativa institucionalizada. Inclusive havia uma severa crítica à democracia representativa. É interessante observar que o movimento permaneceu na informalidade até 1997 quando migrou para o partido *político Movimiento V República* (MVR)

³⁸ “O pretorianismo parte da convicção que é o exército quem deve levar a pátria à grandeza. Não só e mais humildemente como Lopez se esforçou em evidenciar: dotando-a da paz necessária para que floresçam as indústrias e defendendo suas leis e instituições, mas fazendo-as florescer diretamente, ditando-lhes, inclusive, as leis. Colocando ordem, sua ordem, ali onde o resto da sociedade, evidentemente, não pode. Tomando suas funções, portanto.” (STRAKA, 2005, p. 21)

estritamente para fins eleitorais, pois a lei venezuelana impedia partidos políticos com nomes alusivos à Bolívar. Chávez permaneceu no exército como tenente-coronel até meados dos anos 1990, quando foi reformado.

Esses fatos implicam em inquirir sobre a diferente natureza entre PT e MBR-200. Este que permaneceu na extraoficialidade até sua chegada ao poder exerceu enorme força política na construção inicial do governo de Chávez. A saber, para a constituinte de 1999 a coalizão que apoiava Chávez conquistou 92 % dos assentos, 123 das 131 cadeiras, fato que diferia da maioria obtida pela oposição no Congresso (66,4%) no ano anterior. A construção de uma militância própria ou de partidários fiéis permaneceu dispersa até meados de 2005 quando Chávez propõe uma organização na sua base de apoio após sucessivas tentativas de golpe no início de seu governo. Assim, a militância que se desenvolveu foi uma militância chavista, e não ligada ao MVR estritamente, como ocorreu nos anos iniciais do PT. Também não se pode falar de uma base de filiados em ascensão no MVR. Isto explica o fato de que, embora os sulbaternizados apoiassem Chávez e sua agenda, autoproclamada revolucionária, em 1998, o tenente-coronel também contou com uma parcela considerável de apoio da classe média insatisfeita e cada vez mais empobrecida.

Embalados por uma década de intensa agitação social, o MBR-200 exerceu semelhante papel ao PT nos anos 1980, a de oposição social. Contudo, enquanto o PT passou pela fase intermediária, politicamente demarcada, de ser oposição legislativa o MBR-200 transitou diretamente para a fase de governo. A conjuntura política doméstica no Brasil e na Venezuela influenciou diretamente no desenvolvimento destas forças. Enquanto no Brasil, havia um arrefecimento dos movimentos populares, na Venezuela acontecia o inverso. Se no Brasil, os protestos populares eram organizados por grandes forças políticas, principalmente ligadas aos sindicatos e com grande influência de partidos políticos, na Venezuela era fruto da espontaneidade dos precarizados³⁹. Chávez soube cooptar esses movimentos, ao ponto de se tornar porta-voz de muitos deles.

A crise orgânica que se instaurou na Venezuela e o rompimento da hegemonia dos blocos tradicionais permitiu a ascensão de Chávez como figura forte e revolucionária, um

³⁹ Os sindicatos na Venezuela surgiram através dos partidos políticos no início do século XX. Díaz (2009) aponta que, historicamente, os sindicatos estiveram atrelados aos partidos e sempre foram mantidos em suas órbitas. Majoritariamente organizados no poderoso setor petrolífero e nas indústrias de mineração do país, os sindicatos aproveitaram a enorme entrada de capital no país dos anos 1950 a 1970 e negociavam com facilidade aumentos salariais durante o longo período de estabilização econômica que vivia a Venezuela. Entretanto, a partir dos anos 1980 a crise econômica escalou rapidamente, provocando uma massa de desempregados e a consequente atomização dos sindicatos. Nos anos 1990, o país viveu um forte período de queda no emprego produtivo, aumento exponencial do trabalho informal e enxugamento das bases sindicais.

cesarismo de caráter progressista (GRAMSCI, 2007). Assim, ânsia por mudança estava latente na sociedade venezuelana e transparecia no audacioso plano de Chávez de refundar a nação. Tal fato significava, segundo Silva (2016), margem de manobra para propostas mais radicais e quiçá mudanças estruturais na sociedade venezuelana. Já a realidade brasileira, apresentava oportunidades distintas ao PT que, mesmo em um cenário de insatisfação popular e deterioração econômica o país não vivia uma desesperança com sistema partidário nem um rechaço à democracia participativa. O recente processo de redemocratização ainda estava no imaginário da sociedade. Portanto, restava ao PT se alinhar à ordem estabelecida, propor alternativas dentro dela através de projetos renovadores e moderados sem flertes com radicalismos.

3.1 A figura dos líderes Chávez e Lula

A figura de Lula e Chávez e seu protagonismo na política nacional e internacional é indissociável do desenvolvimento dos fenômenos políticos que carregam seus respectivos nomes. Em algum nível e para determinados campos é possível inferir que a figura pessoal de ambos foi condição *sine qua non* para o sucesso das políticas propostas e da angariação de apoio popular a elas. Neste sentido alguns conceitos são inescapáveis a esta pesquisa, especialmente pelo peso da figura de ambos os líderes na política externa através da diplomacia presidencial, por exemplo.

Segundo Preto (2006), o conceito de diplomacia presidencial nasceu nos Estados Unidos sob o governo de Theodore Roosevelt sendo importada mais tarde por demais países. Na América Latina, em geral, os processos de redemocratização iniciado a partir de meados da década de 1980 se estabeleceu como cenário favorável – juntamente associado a fatores endógenos como, por exemplo, o avanço da globalização, o fim da Guerra Fria, o avanço do consenso neoliberal sobre os países periférico, dentro outros – para, segundo Tussie (2015) o desenvolvimento de redes de suporte mútua entre os chefes de governos como na coordenação do processo de paz conduzido pelo presidente da Costa Rica, Óscar Arias. No caso brasileiro o repensar do *policy making* na PEX ocorreu com mais intensidade em meados dos anos 1990 e 2000, cuja a histórica abertura do MRE permitiu a interação de “[...] vários setores da sociedade civil (empresários, sindicatos, associações de classe, organizações não-governamentais)” (BARNABÉ, 2012, p. 06-07). A diplomacia presidencial encontrou nesta abertura seu momento de ascensão. De forma similar ocorreu na Venezuela com a emergência da “Diplomacia bolivariana”, termo utilizado por Jácome (2011), para se referir a política

externa venezuelana que fazia refletir a própria revolução bolivariana, em certa medida, personificada em Chávez.

É possível inferir, portanto, que a diplomacia presidencial faz parte de uma nova abordagem dentro do arcabouço de política externa (PEX) e passa a ter cada vez mais importância de acordo com a característica do mandatário. Isto ocorre pelo exercício pessoal do presidente na temática da política externa. Partindo da perspectiva do behaviorismo nas relações internacionais Barnabé (2012) ressalta a característica comportamental do chefe de governo seja ativa, ou passiva em relação a PEX. Este aspecto comportamental associado às preferências pessoais do mandatário ditam a tônica da PEX. Toma-se como exemplo o dinamismo da diplomacia presidencial na era Lula cujo caráter revolucionou o fazer de política externa quando comparado ao *low profile* da ex-presidente Dilma Rousseff. Fato similar ocorreu na Venezuela com Chávez e a posterior perda de dinamismo na PEX venezuelana com Maduro, embora este tivera sido ministro das relações exteriores de Chávez. Adicionalmente, se inclui no bojo da diplomacia presidencial, discursos políticos proferidos pelo mandatário, bem como o número de visitas ao exterior e as recepções de chefes de governo.

Fernando Henrique Cardoso, embora dotado de certo prestígio e desenvoltura em relação à política externa devido sua atuação como Chanceler do Itamaraty durante o governo de Itamar Franco, utilizou-se da diplomacia presidencial para transmitir às potências econômicas a imagem de um Brasil que caminhava sistematicamente à adoção do neoliberalismo. “A diplomacia presidencial de Fernando Henrique Cardoso é marcada por uma aceitação explícita da chamada “Nova Ordem Mundial”, edificada por um concerto de grandes potências e pelos princípios neoliberais difundidos pelo Consenso de Washington. ” (BARNABÉ, op. cit., p. 07). Ademais, FHC representava a ala dos institucionalistas pragmáticos dentro do Itamaraty de forma que a diplomacia presidencial se vinculava à diplomacia do Estado brasileiro o que imprimia menos destaque à figura pessoal de FHC quando se compara, por exemplo, ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

No que tange a epistemologia do conceito, Horta (2012) refuta o surgimento de uma “Nova diplomacia” em contrapartida à “Diplomacia tradicional” quando se analisa o emprego da diplomacia presidencial na PEX. O autor nega que o número de viagens seja característica inovadora da diplomacia presidencial assim como um maior protagonismo do mandatário em relação ao ministério das relações exteriores de um determinado país. Por vertentes similares, Barnabé (2012) destaca que a “[...] “Nova Diplomacia Pública”, como hodiernamente é mais conhecida, não prescinde da Diplomacia Tradicional, mas soma-se a ela [...]” (ibidem, p. 07) a

fim de alçar não apenas o interesse nacional enquanto Estado, mas atender as demandas da sociedade civil e as necessidades humanas do povo.

Não obstante, a nova diplomacia presidencial pode ter ganhado tons ideológicos mais expressivos seja nos governos de Lula como no de Chávez. Segundo Paulo Roberto de Almeida (2007), Lula passou a utilizar com maior destreza “[...] os canais tradicionais da diplomacia oficial, normalmente conduzidos pelo Itamaraty, e canais partidários, consubstanciados nos contatos e conversações que possam ser mantidos por assessores presidenciais com partidos e grupos dispondo de identidade ideológica e afinidades políticas” (ibidem, 2007, p. 04). A diplomacia presidencial, desta forma, atua no campo da subjetividade e depende de habilidades e competências do chefe de governo. Esta característica subjetiva da diplomacia presidencial a PEX mais robusta e complexa e, por consequência, mais difícil mensurar seus efeitos e seus resultados quando comparados, por exemplo, a diplomacia tradicional e suas negociações econômicas (investimentos, tratados comerciais, abertura de mercados, etc.) (VEIGA, 2011).

Para Danese (1999), a diplomacia presidencial é termo utilizado para designar a diplomacia do chefe de governo no sistema presidencialista e pode ser descrito de forma genérica pelo termo diplomacia de cúpula.

[A] (...) diplomacia de cúpula tem a ver com o poder personalizado pelo mandatário, por oposição ao poder das estruturas burocráticas do estado, das quais a diplomacia muitas vezes é paradigmática. Diplomacia de cúpula é uma expressão do poder do mandatário, seja ele conferido por um sistema parlamentarista ou presidencialista de governo. (DANESE, 2011, p. 68)

Entretanto os conceitos de diplomacia presidencial e diplomacia de cúpulas (*diplomacia de cumbres*), são diferentes. Enquanto o primeiro está ligado à personalidade do chefe de governo, o segundo é uma das práticas da diplomacia presidencial. Esta prática se tornou mais comum na política externa regional a partir das redemocratizações quando presidentes eleitos desenvolveram certa solidariedade para com seus pares a fim de solidificar o retorno a constitucionalidade (YEPE, 2011). A década de 1990 e o início dos anos 2000 foi marcada não só pelo surgimento de diversas organizações como também de foros consultivos formados por chefes de governos e por agentes políticos. É nesta esteira que surgiu em 1990 o Foro de São Paulo, os preparativos das reuniões de presidentes da América do Sul – que posteriormente levaria à formação da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana e em seguida a UNASUL –, os encontros iniciais entre Venezuela e Cuba que resultaria mais tarde na ALBA, no Fórum Social Mundial e mais recentemente, em 2010, a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELALC). Em todos esses eventos, o encontro das cúpulas executivas dos países, ou de lideranças políticas, foram essenciais para que algumas

iniciativas partissem para a institucionalização como a UNASUL, a ALBA e CELALC e o Foro de São Paulo.

Neste sentido, observa-se que a diplomacia de cúpulas teve um papel significativo em aumentar o multilateralismo na região impactando diretamente no aprofundamento do diálogo político – e, por conseguinte o aumento na capacidade de concertação nos organismos –, no estímulo a solidariedade regional e na aceleração de projetos comuns. Assim como a diplomacia presidencial, a diplomacia de cúpula também é criticada por não ser mensurável. Contudo, Yepe (2011) chama a atenção para o fato de que este dispositivo da PEX possui alto valor agregado principalmente pela sua capacidade de decisão e por assuntos de alta relevância serem, no geral, costurados a priori fora do espaço de diálogo público.

Portanto, a relação apoiadores-líderes é crucial e perpassa alguns elementos como que formam um capital político pessoal desses sujeitos. A comunicação, o carisma, o projeto político e econômico e as bases e apoio são variáveis com impacto direto na figura do líder.

Sennett (1988) afirma que o “carisma” surgiu dentro da doutrina católica como uma ferramenta civilizadora cujo objetivo era transmitir a mensagem de Deus independentemente da capacidade ou personalidade do transmissor, padre. Na sociedade secular, carisma tomou um senso mais mistificador através do que autor chamou de “strip-tease psíquico”, ou seja, a capacidade de uma personalidade poderosa de revelar impulsos interiores, aquilo que incita, que empolga e que encanta uma plateia passiva. O carisma carrega algo de demagógico cujo objetivo é sobreposto por camadas de ações místicas. Weber (1982) incluiu o carisma como uma das estruturas de dominação clássicas de caráter excepcional, pois engloba todas as necessidades que extravasam a rotina diária. O carisma desempenha um papel de exceção e carrega em sua máxima a função de ser mítico transcendental e divinal. Sustenta, por consequência, o sentimento de convencimento e predestinação à execução da missão.

No que tange o imaginário das significações, Sennett (1988) destaca que a compreensão da sociedade sobre o código moderno de significação faz com que o trabalho do político seja menos importante que a percepção da sua personalidade na luta política, isto porque ser líder político significa buscar credibilidade e legitimidade através da sua personalidade enquanto homem, não enquanto profissional. Desta forma, a impessoalidade não é parte relevante da construção do político. É, portanto, inevitável a abordagem em direção ao populismo. Não é objetivo desta pesquisa realizar uma ampla classificação dos governos e dos fenômenos analisados através do escopo das teorias do populismo ou do neopopulismo, mas apenas relacioná-los partindo de outras apreciações. Também não se pretende reduzir a personificação

política como uma característica unicamente (neo) populista. Segundo Saes (2001) a valorização da exposição da personalidade individual é um fenômeno histórico inerente ao capitalismo e pode ou não ser utilizado em um escopo analítico do populismo.

Uma das características da oposição chavista foi utilizar a pecha populista como característica pejorativa ao classificar o caráter demagogo, o vazio ideológico de seu discurso e a o baixo controle das instituições do Estado durante seu governo. O lastro dessas ideias, que prevê uma massa de manobra atomizada sendo controlada por um líder mediante a ausência de estruturas institucionais, está presente nos escritos de Germani (1962) e seus discípulos. Mendes (2012), classificou Chávez como fenômeno híbrido. Do populismo clássico incorpora a premissa anti-imperialista, desenvolvimento econômico autônomo, discurso antioligárquico e apelo ao povo. Já do neopopulismo apresenta o discurso da antipolítica e o fato de ter sido um *outsider* da política no momento que foi eleito. Já Laclau (2006), aproximou Chávez do populismo clássico, mas apontou que o diferencial do chavismo foi a mobilização das massas de baixo para cima através da auto-organização das massas. Equivale dizer que o processo chavista não foi construído de forma autoritária e hierárquica embora culminasse, posteriormente, em grande controle das massas através de órgãos ligados ao executivo e do PSUV. Também não equivale assumir que as classes populares se tornaram massas irracionais, haja vista as demonstrações de crítica ao governo nas eleições do referendo revogatório e nas eleições regionais de 2008

Em uma sofisticada análise sobre o chavismo Lopez-Maya (2011) aponta que o discurso político de Chávez englobou símbolos e imagens históricas da Venezuela além de constante valorização do nacionalismo, dos militares e de referências culturais e religiosas.⁴⁰ Sua origem humilde e comum somada a cor da sua pele não branca era um fator considerável na aproximação com o povo. Igualmente, seu diálogo informal e sua capacidade de se dirigir aos menos favorecidos, criou laços emocionais entre Chávez e o povo. Seu discurso eficaz contra a oligarquia corrupta e o imperialismo, e aqui apontamos o elemento da polarização, criou uma categoria de povo que deveria lutar contra esses grupos considerados inimigos. Portanto, Chávez criou seu “povo” permeado pelo discurso de empoderamento e inclusão. A valorização

⁴⁰ O aspecto religioso parece ter grande impacto na vida política do país. Presente em quase todas as análises sobre o chavismo. Desde sua campanha nos anos 1990, Chávez fazia uso da religião comparando a agenda dos opositores de diabo e a dele de Deus. Ramos Jiménez (2002), classificou o chavismo como uma alternativa para um recomeço considerando um passado de frustrações e desencanto. Este recomeço é consagrado pois é reflexo de uma vontade popular dentro de um cenário triunfalista que traz à tona elementos culturais e religiosos para a vida política. Algumas outras análises menos complexas sugerem que populações mais pobres identificaram um caráter messiânico de Chávez por resgatá-los da miséria (MCCAUGHAN, 2004).

do povo, enquanto “classe revolucionária” e agentes de transformação tem seu mérito e confere o caráter revolucionário do populismo socialista observado por Laclau.

Lopez-Maya aponta três áreas que contribuíram para o fortalecimento da figura de Chávez junto a sua base de apoio. A primeira é o status de campanha permanente. Dado o alto número de eleições e referendos que ocorreram no período de Chávez e sua vitória em praticamente todas elas, a figura do presidente se tornou algo indispensável para eleição de correligionários em todos os níveis. Exceto pelas eleições regionais de 2008 onde a oposição avançou em importantes estados, nas demais os candidatos do governo sempre foram exitosos com a “benção” de Chávez. O problema observado aqui é a extrema dependência de políticos e de outros partidos na figura de Chávez.

Em segundo lugar está o desenvolvimento do “Estado comunicador” que se traduziu na criação de novas redes estatais de comunicação para levar informações do governo a todos haja vista tamanha oposição dos veículos tradicionais, os quais muitos apoiaram o golpe de 2002, contra Chávez. É inclusive a partir de 2002 que estas ações são empregadas. A partir de 2004, há a não renovação de concessões de transmissões públicas a canais considerados de oposição e a instituição de novas regulamentações⁴¹ que resultariam em multas vultuosas para meios de comunicação altamente desfavoráveis ao governo. Um dos maiores sucessos da comunicação chavista foi o programa *Alô, Presidente* no qual dominicamente Chávez tratava de diversos assuntos referente à nação, mas não deixava de fazer propaganda política. Assim, Lopez-Maya aponta que Chávez estava presente diariamente com o povo atuando fortemente no espaço mediático. Por fim, a criação de redes populares inicialmente através dos *Círculos Bolivarianos*, antes da campanha de 1998, as *Unidades de Batalla Electoral* e os *Batallones Electorales*, no período de 1999 a 2007, e finalmente os *Consejos Comunales*, ligadas diretamente ao executivo, enquanto governo transformou-se em uma base de apoio ao chavismo, reforçaram o personalismo e o capital político de Chávez.

Já em relação a Lula e seu projeto conciliador para com as diferentes frações de classe, seu programa econômico que proporcionou ganhos aos capitalistas industriais e financeiros ao mesmo tempo em que promoveu a retirada de milhões da fome e da pobreza são características que conectariam o ex-presidente ao populismo. E não só, sua atuação dentro de uma ordem capitalista neoliberal seu laço com o neopopulismo. A associação do lulismo ao populismo é complexa. Singer (2011) destacou alguns freios que afastaram o risco populista em torno de Lula, o principal deles seria existência de um sólido canal partidário até 2006. O afastamento

⁴¹ Particularmente através da *Ley de Responsabilidad Social en Radio y Televisión* (2004).

entre PT e Lula, deu vida própria ao lulismo. Boito Jr. (2003) oferece uma crítica neste sentido, uma vez que identifica elevada adesão de Lula ao neoliberalismo o enquadrando num conceito de neopopulista regressivo cujos efeitos colaterais são o aumento das desigualdades sociais e a dependência econômica do país, pois não incomoda o imperialismo, mas opera dentro da lógica do capitalismo financeiro internacional.

Outro viés para entender a construção do lulismo é o fortalecimento da figura de Lula enquanto uma figura política nacional e internacional. Ab'Sáber (2011) aponta que já no início dos anos 1990 Lula era uma figura política agregadora e reunia em torno de si diferentes vertentes da esquerda. Prova disso foi o apoio da esquerda contra o plebiscito do parlamentarismo em 1991 pois viam no presidencialismo a chance de Lula chegar ao poder. O engajamento de Lula na esfera pública tendia a ser mais sereno, cordial, moderador e conciliador refletindo o desejo político nele condensado e a ele delegado. Lula tinha circularidade em diferentes grupos e classes estabelecendo ligações pessoais através de uma política relacional própria mais abrangente daquela praticada pelo PT.

O caso do mensalão foi um ponto de inflexão para a figura de Lula em três diferentes aspectos: o descolamento do PT de Lula, uma vez que este assumiu de fato a direção e gestão do seu próprio governo dada as acusações que atingiram parte da cúpula do partido; como consequência o PT teve sua imagem abalada e ficou menor em relação a Lula; e a participação mais incisiva do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) como partido de apoio ao PT promovendo equilíbrio político ao governo. É considerando estes aspectos que Ab'Sáber (2011) destaca que a ascensão do lulismo enquanto fenômeno do político, cuja característica mais significativa foi ser fiador de um consenso social, após 2005 se deu através do corpo transferencial de Lula traduzido no seu carisma. Conceito importado da psicanálise, corpo referencial é a redefinição das potencialidades humanas inseridas no carisma agregadas à elementos históricos e poéticos que formam uma poética pessoal, uma figura política, com capacidade de atingir um certo público político.

A conexão com os mais pobres era estimulada não pela identificação de sua própria origem humilde como pela execução de seu *habitus* de classe ao ir a churrascos com futebol, carregar isopor de cerveja na praia privativa da presidência, seu apreço pela cachaça, pela afeição ao futebol fazendo com que, através de seu copo transferencial, encontrasse representação social junto aos pobres. Lula com sua atitude popular, cosmopolita e dirigida tanto para dentro quanto para fora, inseriu uma massa local de excluídos a uma cultura de consumo. Por consequência a expansão do mercado nacional trouxe ao Brasil reconhecimento

como *global player*, um ator relevante no cenário internacional uma vez que passou a ser um mercado vital para as relações econômicas internacionais.

O Brasil adquiriu capital simbólico com Lula no poder. Para além da compreensão de capital simbólico como prestígio e autoridade, Bourdieu (2013) aponta os esquemas de percepção e de apreciação (*habitus*) existente nas relações entre propriedades distintas e distintivas pelas quais indivíduos ou grupos se predispõem a instituí-las, através do reconhecimento em forma de crédito – no sentido de crença – social, como estilo expressivo e uma capacidade cognitiva constituída cujo resultado final torna-se recurso de poder. O capital simbólico, portanto, carrega determinada violência dado sua lógica de sobreposição entre os que o possuem sobre aqueles que possuem menos ou não possuem. Este poder simbólico que se transforma em capital, enquanto crédito social, é originado a partir da crença do indivíduo que se sujeita a ele. Desta forma, o crédito (kred também compreendido como carisma) imputado ao detentor do poder é produto da crença, da obediência.

Na era Lula, o Brasil foi um sucesso mundial. A distinção entre governo e líder aparecia de forma cada vez mais tênue nos veículos de comunicação da mídia global. Tais veículos foram importantes vetores no fortalecimento da marca Brasil e da marca Lula. Jornais como os estadunidenses *New York Times*, *The Economist*, *Financial Times*, o espanhol *El País* e o francês *Le Monde* impulsionaram o lulismo, principalmente no final de seu segundo mandato. A icônica capa da revista *The Economist* onde se lia “*Brazil takes off*” em novembro de 2009 e a entrevista de Lula para o programa “*60 minutes*” da rede de televisão CBS cujo título da reportagem se lia “*Brazil’s Rising Star*”, consolidou o protagonismo de Lula como um político global pop (AB’SÁBER, 2011). Concomitantemente, o capital político do lulismo se fortalecia mundo afora através do reconhecimento midiático e de seus pares, exemplificado aqui pela fala do presidente Barack Obama ao elogiar Lula dizendo: “ele é o cara”. O capital político, que é uma forma de capital simbólico, é lastreado nos atos subjetivos de reconhecimento que implicam em representação, obediência e confiança que os agentes conferem ao ator político dando-lhe capacidade de agir politicamente, isto é força objetiva.

A relação capital político e meios de comunicação se tornou mais intensa nas últimas décadas principalmente com a democratização do acesso à internet e da explosão das redes sociais. Os meios de comunicação desempenham importante papel na visibilidade do capital político que pode ser positiva ou negativamente. A figura do sujeito político, construída sobre a confiança e a fé dos agentes que lhe atribuí, torna-se vulnerável a qualquer elemento que ameace tal crença. A relação com os meios de comunicação tende a ser tensa e limitante, pois

o crédito político passa por um intermediário e não depende exclusivamente da ação individual do sujeito político. Ao cair nas graças dos meios comunicacionais, o país se tornou “grande irmão” da cultura midiática internacional e aproveitou deste bom relacionamento para projetar “seu lugar no mundo”.

Por fim, Ab’Sáber (2011) destaca Lula como um ídolo pop que manejou associar o momento de crescimento econômico e uma política de distribuição de renda para todos à sua imagem pessoal e ele mesmo se tornou um equivalente geral da economia política. Externamente, a mídia global saudava a expansão do mercado brasileiro e atribuía à figura política de Lula tal sucesso. Estruturava-se “carisma mediático pop”, isto é, a face do carisma lulista enquanto expressão de uma mercadoria da indústria cultural operando sob a lógica do espetáculo.

O enfraquecimento das instituições na Venezuela, conforme identificou Ellner (2012), permitiu que Chávez concentrasse relevante poder para modificar o projeto popular pelo qual tinha ganhado legitimidade no início de seu primeiro governo. Algo que não se observa no Brasil. Mais do que o próprio êxito de Chávez e Lula em instrumentalizar seus respectivos personalismos na política doméstica quanto internacional, o sucesso desses sujeitos políticos e de parte da esquerda latino-americana em termos eleitorais e de manutenção no poder, conforme observado por Bohn (2011), foi baseado em conjunturas de pobreza e da desigualdade.

3.2. A política externa brasileira no governo Lula

A política externa (PEX) brasileira durante os governos do presidente Luís Inácio Lula da Silva pode ser compreendida a partir da leitura das obras de Ramanzini Jr. (2010) e Pecequillo (2008) em três grandes variáveis, que são pautadas por um “fio condutor” principal: a busca por atuações multilaterais. Tais variáveis são: o rompimento com a unilateralidade e adesão a multilateralidade; a cooperação e a integração regional para o desenvolvimento sul-sul, leste-sul e norte-sul; e como produto das duas primeiras a inserção mais significativa do Brasil no sistema internacional, seja na perspectiva regional ou na atuação em organismos internacionais. Vizontini (1999), também destaca três vetores da PEX de Lula que dialogam com as análises de Ramanzini Jr. e Pecequillo. A primeira engloba a diplomacia econômica e se traduz na manutenção das negociações e dos compromissos financeiros assumidos. Em contrapartida, buscou-se maior autonomia junto aos organismos-financeiros multilaterais. Em segundo lugar, Vizontini (ibidem) destaca a característica política da PEX

brasileira, cujo objetivo é ser resistência e afirmação dos interesses nacionais a partir de uma PEX ativa e alta, como expressada pelo então Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, passando da passividade para a ação. Um dos reflexos foi o com severo fortalecimento do Itamaraty e seu quadro funcional no período Lula. Por fim, a terceira dimensão é referente a um programa social para fora e tem caráter propositivo. Isto é, a busca pela redução das assimetrias criadas pela globalização neoliberal inspirado no projeto nacional de redução da pobreza.

Ramanzini Jr. (2010) destaca que o Brasil ao romper com o unilateralismo, recuperou seu poder de barganha no sistema internacional que outrora havia se perdido, o que lhe fez permanecer na passividade e sem protagonismo após a segunda metade do século XX. A saber, estagnação da década de 1980 e as práticas econômicas neoliberais dos anos 1990 engessaram a capacidade de negociação do Brasil. Vale ressaltar que o Brasil devido à ausência de Hard Power – entendido aqui como capacidade coercitiva militar –, buscou atuar de forma cada vez mais institucionalizada nas questões multilaterais, uma vez que aumentando sua presença e capacidade de influência em órgãos multilaterais impulsionou sua importância como um *player* regional nas relações internacionais valendo-se do seu *Soft Power* – capacidade de articulação e cooptação política. Assim o Brasil a militância da PEX brasileira ocorreu no sentido de sinalizar alterações necessárias nas estruturas hierárquicas das grandes organizações multilaterais do sistema internacional. A exceção ocorre com grupos informais, ou seja, arranjos multilaterais de alcance restrito e de baixa institucionalização, tais como o G20 e G13.

Logo as ações da política externa brasileira, cartesianamente, foram dispostas, segundo Pecequillo (2008) em dois eixos: o horizontal e o vertical. No primeiro, o protagonismo foi para cooperação sul-sul (países da própria América Latina e do continente africano) ou as cooperações diagonais (Oriente Médio, Rússia, países da Ásia). O segundo é marcado pela cooperação tradicional norte-sul. O eixo da cooperação horizontal é permeado por iniciativas que vão além de questões comerciais. No que tange a política sul-americana, esta é prioridade do Brasil desde os anos 1970, mas só foi de fato vivificada a partir da virada do século XXI. Iniciativas como a Área de Livre Comércio Sul-americana (ALCSA), Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), CASA e a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), possuem dimensão política e estratégica que vão para além de objetivos unicamente comerciais, mas priorizam a questão da identidade cultural, dos problemas sociais comuns. Outrossim, buscam ou criar ou aprofundar a integração produtiva entre os membros

em setores econômicos que são prioridade para todos como o energético e o agrícola, por exemplo.

Adicionalmente, o Brasil foi um entusiasta em promover contatos extra regionais como a Cúpula dos Países Árabes e Sul-Americanos, ao mesmo tempo que manteve sua tradicional agenda vertical de cooperação desta maneira, o eixo vertical é representado pelos tradicionais intercâmbios com países do Primeiro Mundo, EUA, nações da União Europeia e Japão.

As relações de cooperação com parceiros tradicionais assumiram, durante o lulismo, maior autonomia, entretanto intercâmbios relativos a temas econômicos manteve-se assimétricos e revelam uma posição brasileira mais secundária nas trocas verticais. Os Estados Unidos, por exemplo continuou sendo o principal parceiro bilateral do Brasil sem rupturas ou questionamentos nas relações econômicas internacionais. Observa-se, portanto que, embora tenha se estabelecido novos paradigmas na política interna e externa do Brasil, a manutenção e a adequação dos parceiros tradicionais estiveram presentes durante todo o governo Lula.

Vale ressaltar, contudo, que a combinação dos dois eixos, apontados por Pecequillo (2004), proporcionou posição de destaque ao Brasil no sistema internacional que recuperou um poder de barganha internacional antes visto apenas na Era Vargas. O rótulo de potência nas relações internacionais foi destaque nos principais veículos de comunicação internacional. Embora no caso brasileiro o afastamento em relação à cooperação vertical seja mais tênue e na ordem do discurso, é no século XXI que a cooperação horizontal passa a ser destaque na agenda externa do país. A cooperação sul-sul, segundo Lima e Coutinho (2007), cujos passos iniciais foram dados ainda no governo de FHC, foi aprofundada na gestão Lula, impulsionada por uma conjuntura macroeconômica favorável.

Como observamos, a mudança de governo de Fernando Henrique Cardoso para Lula significou priorizar a região e o multilateralismo. Destaca-se o papel brasileiro na mediação da crise equatoriana em 2005 ou, por exemplo, na mediação das tensões entre Venezuela - Estados em 2002-2003. A liderança do Brasil na região foi se consolidando de maneira que deixou de influir somente nas políticas do Cone Sul, primariamente via Mercosul, mas ampliou sua atuação para a América Latina. Um movimento inicial, neste sentido, foi a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) com intenso patrocínio brasileiro. Outrossim, o Brasil influenciou posições conjuntas em organismo multilaterais como em negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC) (LIMA; COUTINHO, 2007)

Lula colocou para agenda diplomática brasileira, uma nova realidade: a de buscar o desenvolvimento através de relações com países em condições semelhantes, ou seja, aqueles

em desenvolvimento e subdesenvolvidos. Esta nova tônica da política externa brasileira é ressaltada em um dos discursos o presidente:

Isso demonstra apenas que, em 500 anos, apesar de todos os grandes intelectuais brasileiros terem escrito sobre a necessidade de integração, apesar de Bolívar e outros revolucionários na América do Sul terem passado parte da sua vida falando em integração, apesar de todos os políticos em época de campanha eleitoral falarem de integração, a verdade nua e crua é que a integração física –aquela que se preocupa com a energia, com a comunicação, com a estrada, com a ferrovia, com a hidrovia e com a parceria efetiva entre empresários brasileiros e empresários de cada país –está se consolidando nesse momento, e não por obra apenas do Brasil, mas por uma compreensão de todos os países de que, se durante 500 anos acreditamos que os benefícios para o nosso desenvolvimento viriam do Norte, agora há a consciência de que nós precisamos começar a resolver os nossos problemas e não ficar dependentes, tanto, das promessas dos países desenvolvidos que, dificilmente, chegam a se concretizar (LULA DA SILVA, 2005)⁴²

Com efeito, é neste momento da política externa lulista, que o Brasil busca não só movimentos de integração enviesados pelo setor econômico, mas também o político. O Brasil abraçou a responsabilidade, haja vista a abundância de recursos econômicos e políticos, de conduzir alguns processos de cooperação não exclusivamente comerciais como a UNASUL, por exemplo. Entretanto seus interesses e suas percepções não se igualaram aos da Venezuela, como será apresentado mais adiante. Isto porque a política externa brasileira foi conduzida de maneira pragmática, calculando custos e benefícios seja de parcerias tradicionais seja de novas parcerias. Neste sentido o recurso da cooperação foi um instrumento para promoção da autonomia brasileira no que Medeiros; Teixeira Jr.; Reis (2017, p.120), denominaram de “cooperação para autonomia”. Um movimento caracterizado pela liberdade de ação no ambiente internacional e redução de amarras externas. Não significava para o Brasil restringir seu papel como ator internacional ao participar das ações cooperativistas-integracionistas, mas sim impulsionar dada sua característica de liderança dentro dos processos.

Essa transformação estrutural, por meio da cooperação e integração, em vez de restringir as possibilidades de ação do Brasil para além da América do Sul, possibilitaria maior autonomia pela capacidade de autogerenciamento da região pelo conjunto de instâncias sobrepostas e interligadas. De modo geral, é possível afirmar que, no período analisado, a agenda da PEB conjugou a integração econômica com a cooperação em defesa. Essa lógica de

⁴² Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do Colóquio “Brasil Ator Global”. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/13-07-2005-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-do-coloquio-201cbrasil-ator-global201d/view>>. Acesso em 01 fev. 2019.

promoção de um regionalismo que preserva os interesses do país sem, contudo, tolher a autonomia da política externa representa um esforço de organização e especialização da estratégia de hegemonia cooperativa brasileira (MEDEIROS; TEIXEIRA JR.; REIS, 2017, p. 118).

O papel do regionalismo na PEB, em geral e, em particular, no tocante à UNASUL, consiste numa estratégia que busca a liberdade de movimento no ambiente internacional e a redução dos constrangimentos externos. Verificamos que Brasília persegue tal intento através do comportamento estratégico aqui denominado de cooperação para autonomia. Esta se dá no sentido em que possibilita o aumento de capacidades (econômicas, logísticas e militares), incrementa a previsibilidade das relações internacionais na região e do comportamento de seus principais atores, possibilitando a gestão de crises de forma pacífica (MERCOSUL E UNASUL). Através da adoção dessa estratégia o Brasil, sem se descurar de suas responsabilidades regionais, desenvolve mecanismos de coordenação política e estabelecimento de sua autoridade na América Meridional. Ao fazê-lo, contudo, o país estabelece condições para não depender delas por completo, tornando multilaterais os custos e as responsabilidades.

3.3. A Política externa venezuelana no governo de Chávez

A constituição venezuelana promulgada em 1999 valorizava a cooperação entre os países latino-americanos, tal como ocorrera no caso brasileiro em 1988. Entretanto, a da Venezuela é mais progressista que a brasileira, pois os estatutos indicam o caráter dos processos integracionistas orientados pelo espírito solitário e de justiça social (MHUR, 2010).

Na visão de Lima e Kfuri (2007), duas divisões são aplicáveis para se analisar a política externa chavista. A primeira é a utilização de recursos energéticos para promover a cooperação no âmbito regional. A chamada “petrodiplomacia”, foi institucionalizada no governo Chávez através da audaciosa iniciativa Petroamerica que buscava oferecer petróleo e seus derivados em condições especiais para diversas regiões da América Latina através das sub-ramificações Petroandina, Petrosul e Petrocaribe, sendo que apenas a última foi bem-sucedida. O acordo firmado em 2005 previa a compra de petróleo subsidiado com prazos de pagamento maiores e baixas taxas de juros por diversos países caribenhos. Assim, Chávez criava sua zona de influência no Caribe principalmente através da ALBA (Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América) que posteriormente se tornou ALBA-TCP e Petrocaribe assim como a

Petroalba, empresa pública criada por membros associados à esta organização. Neste sentido, a Venezuela promoveu um modelo de integração intra e extra hemisférica refutando o padrão neoliberal estadunidense, sendo esta a tônica dos processos integracionistas venezuelanos.

O segundo viés é a promoção dos ideais do socialismo do século XXI com o objetivo de expandir a revolução para toda América Latina. Novamente a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA) desempenha papel fundamental.

Caráter nacionalista do governo de Chávez ficou explícito no momento em que assumiu a presidência e, segundo Oliveira et al. (2012), reafirmou constitucionalmente, a soberania da nação ao proibir a instalação de bases militares estrangeiras em território nacional. Promoveu uma reforma gerencialista do Estado na qual as relações exteriores não ficaram de fora. O ministério das relações exteriores passou a ser chamado de Ministério do Poder Popular para as Relações Exteriores, porém, com forte tendência a centralização da execução de políticas externas nas mãos do executivo. Daí deriva um forte personalismo de Chávez na PEX venezuelana. Soma-se a isso uma política econômica protecionista e nacionalista em setores estratégicos como o de energia, inclusive com nacionalizações de empresas petrolíferas no país.

Durante o período chavista a priorização da PEX foi a cooperação sul-sul com intensa formalização de acordos bilaterais entre países do Caribe, por exemplo. Outrossim a atuação em organizações multilaterais globais, como as agências do sistema ONU também conformaram a PEX chavista. Sua atuação na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) também constituiu como um poderoso mecanismo da PEX venezuelana e instrumentalizando a petrodiplomacia para buscar melhores ganhos no setor energético. Uma outra importante característica é a forte retórica anti-estadunidense e a forte oposição política aos EUA traduzida principalmente na intensificação de relações bilaterais com países considerados inimigos destes como Cuba, Irã, Líbia e Síria. A contestação da ordem internacional através da valorização da multipolaridade no sistema mundial também foi uma das bandeiras do chavismo.

A intensa aversão aos Estados Unidos não deve ser confundida com rompimento de relações, principalmente os comerciais, sobretudo no setor energético. Tanto no período pré-Chavez como pós, os EUA continuaram a ser o principal destino das exportações de petróleo venezuelano. Fica evidente a razão do patrocínio ao golpismo contra Chávez, através de uma oposição nacional reacionária.

Assim como o Brasil, a PEX venezuelana esteve voltada na defesa da multilateralidade com enfoque na promoção de um novo regionalismo na América Latina. O caráter desse

regionalismo à la chavista superou o cooperativismo de cunho exclusivamente econômico e priorizou unidade regional, o solidarismo e o desenvolvimento social dos povos. Contudo, o pragmatismo chavista ficou explicitado na intensificação do comércio com países vizinhos, maiormente após sua requisição de ingresso no Mercosul e sua plena adesão em 2012. Pecequillo (2008) aponta limites da PEX venezuelana ao destacar sua baixa capacidade de influência no sistema internacional global. Destaca, outrossim, que não é possível identificar processos de integração com lastro na ideologia do socialismo do século XXI. A ALBA, carro chefe de instrumentalização da PEX chavista, é um exemplo de ordenamento regional sob sua influência com um alto volume de recursos financeiro despendido. No entanto, as alianças no âmbito da ALBA, exceto por Cuba, estão condicionadas à capacidade do Estado venezuelano em prover uma petrodiplomacia sustentável.

3.4. As relações Brasil-Venezuela: comparações de política externa.

Ainda sob o comando de FHC, o Brasil já estreitava relações com a Venezuela de Chávez no que tange assuntos estratégicos no setor energético, que por sinal foi e é uma área bastante presente nas relações bilaterais entre os países, seja no setor petrolífero como também no fornecimento de energia elétrica pela Venezuela para o Estado brasileiro de Roraima. O adensamento das relações ocorreu com ascensão de Lula ao governo brasileiro devido a questões econômicas e similitudes políticas-ideológicas. Quando comparamos as PEX brasileira e venezuelana, encontramos as seguintes convergências: a adoção do multilateralismo como ferramenta de inserção e projeção no sistema internacional; a defesa de uma ordem internacional multipolar; e a integração regional e a cooperação sul-sul (multilateral e/ou bilateral) como prioridade da PEX descentralizando o tradicional eixo norte-sul com o objetivo de promover o desenvolvimento da região e a necessidade de integrações para além de aspectos econômicos. Permeia estas convergências a busca pela autonomia regional vista como um imperativo para atuação assertiva na América Latina nas relações internacionais.

É neste sentido que identificamos, além das estratégias de PEX, uma comunhão entre as esquerdas latino-americanas proporcionada pela onda rosa. Desta comunhão projetos integracionistas como a UNASUL e ALBA foram desenvolvidos. A pluralidade da esquerda latino-americana no século XXI, entretanto, não se restringe apenas às suas concepções ideológicas quanto a este ou aquele aparato filosófico, mas está presente em seus projetos de poderes. Equivale a dizer, portanto, que as organizações nascidas dessa comunhão política-

ideológica também foram palco de disputa de projetos de poder de seus respectivos membros associados.

Estas iniciam, primeiramente, pela comunhão em algumas tendências ideológicas esquerdistas entre os Estados e que adiante tomam corpo institucional no que tange os recursos naturais e sua comercialização no mundo – com enfoque para o petróleo e derivados. Outro elemento que polariza a esquerda latino-americana é o relacionamento político com os Estados Unidos.

Contudo divergências existem. A mais significativa delas está na questão do cooperativismo norte-sul. Neste sentido o Brasil é maleável, reconhece necessidade desta cooperação tradicional e promove uma diplomacia pragmática a fim barganhar benefícios oriundos destas parcerias apareçam. Do ponto de vista diplomático, a Venezuela opõe veementemente a estas parcerias com os EUA, por exemplo, embora seja inevitável sua prática pelo lado econômico

CAPÍTULO 4 – EM BUSCA DE UMA INTEGRAÇÃO (PELA) POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA: O CASO DA UNASUL E DA ALBA.

A onda rosa iniciou um novo capítulo nas relações internacionais da região sul-americana no século XXI. A política externa dos governos de esquerda desenvolveu uma agenda regional aberta ao diálogo e propiciou um ambiente político para o fomento de processos de integração. Embora para Pomar e Regalado (2012), haja um complexo emaranhado de correntes políticas e ideológicas de esquerda na América Latina, uma vez que a esquerda se une por diferentes aspectos, o fio condutor político entre elas no que tange às relações internacionais foi o posicionamento contra forças hegemônicas imperialista da sociedade internacional.

A conjuntura sub-regional fértil para desenvolvimento de pautas que se dialogavam, principalmente aquelas ligadas a solidariedade regional, justiça social, valorização da soberania, fortalecimento da identidade e da unidade regional e promoção da autodeterminação dos povos para citar algumas. Essas ideias estiveram, historicamente, presentes no campo da esquerda e foram transportadas à política internacional. Concomitantemente, observou-se um certo grau de internacionalização dos partidos políticos de esquerda latino-americanos que, embora não seja possível auferir suas influências direta na formação das organizações internacionais aqui estudadas, facilitou a circularidade desses temas entre os governos imersos na onda-rosa.

Essa característica internacional de alguns movimentos políticos da esquerda latino-americana teve início nos anos 1990 com a fundação do Foro de São Paulo, fruto da articulação do Partido dos Trabalhadores do Brasil (PT) e do Partido Comunista de Cuba cujo objetivo era fomentar a solidariedade e a interação entre as forças de esquerda na América Latina e reunir os demais partidos de esquerda do continente. Durante o primeiro encontro do Foro, foi lançada a Declaração de São Paulo, em 1990 que nos explica o espírito da organização:

Inédito por sua amplitude política e pela participação das mais diversas correntes ideológicas da esquerda, o encontro reafirmou, na prática, a disposição das forças de esquerda, socialistas e anti-imperialistas do subcontinente para compartilhar análises e balanços de suas experiências e da situação mundial. Abrimos, assim, novos espaços para responder aos grandes desafios com os que se deparam hoje nossos povos e nossos ideais de esquerda, socialistas, democráticos, populares e anti-imperialistas (DECLARAÇÃO DE SÃO PAULO, Foro de São Paulo, 1990).

O desenvolvimento do Foro teve no início de suas atividades, inúmeros percalços conforme relata o ex-presidente brasileiro Luís Inácio Lula da Silva. O PT teve importante papel na origem da instituição e ainda mantém relevante atuação no âmbito do Foro como membro

fundador. Já no início dos anos 1990, Lula determinava a necessidade de promover a construção de uma organização com características decisórias. Sendo assim, ainda que incipiente, foi instituída a primeira secretaria em 1995. Cujas ações embora não fossem deliberativas, eram consultivas e discursivas.

Eu me lembro, Chacho, como se fosse hoje, era época da Copa do Mundo de 1990, e a reunião foi feita em São Paulo, por isso é que ficou constituído o Foro de São Paulo. Só da Argentina tinha 13 organizações políticas, 13 grupos de esquerda que não conversavam entre si. A única coisa que os unia era o Maradona, naquele momento. A República Dominicana, que é um país pequeno, tinha 18 organizações de esquerda naquele encontro. Parecia, Ana Júlia, o PT. Foi uma reunião muito difícil porque as pessoas não confiavam em si, cada um desconfiava do outro, cada um era mais revolucionário do que o outro, cada um era mais guerrilheiro do que o outro. E era preciso, então, criar um ponto de equilíbrio para fazer as pessoas entenderem. Eu descobri isso nas eleições de 89, que era possível, com um pouco de organização, o povo chegar ao poder em qualquer país do mundo e em qualquer país da América do Sul (LULA, 2007, s/p.).

Mesmo com poucos recursos financeiros, a força do arranjo estava pautada nos princípios da solidariedade regional e na luta contra as políticas neoliberais – consideradas incabíveis para o continente – e ao imperialismo norte-americano; a busca de uma união política regional através de um processo de integração solidária afastando influências imperialistas.

[...] Os partidos do Foro e todos os governos influenciados por nós consideram que a integração é algo central, estratégico, seja como proteção contra ingerência externas em geral e contra os impactos da atual crise internacional em particular; seja para aproveitar melhor todo potencial regional; e também, como “guarda-chuva” para os diferentes projetos estratégicos que os partidos do Foro perseguem. [...] todos reconhecem que a integração é um fator decisivo para limiar o alcance a ingerência da aliança conservadora entre as oligarquias locais e seus aliados metropolitanos (POMAR; REGALADO, 2012, p. 260).

O Foro possui, atualmente, a mesma estrutura institucional, no entanto mais de 100 partidos políticos de esquerda de diferentes países da América Latina estão representados nele; sendo 26 países da América do Sul e do Caribe. A fim de esclarecer a relação entre a instituição Foro de São Paulo e os Estados nacionais, durante o pico da onda-rosa na região (2000 – 2013), 17 partidos políticos⁴³ associados ao foro estiveram no comando do executivo em países da América Latina. A experiência do Foro de São Paulo, assim como o surgimento do PT, aparece como um momento único no processo histórico. O Foro trouxe contribuições vitais para a aproximação das esquerdas latino americanas. Na perspectiva de Pomar e Regalado (2012), o Foro intensificou as trocas entre as esquerdas nacionais e internacionais do continente e atingiu partidos políticos de outros continentes como Europa, Ásia e África. Foi, também, uma iniciativa

⁴³ Dados disponíveis em: < <http://forodesaopaulo.org/partidos/>>. Acesso em 25 set. 2018.

importante para que líderes políticos dos anos 1990 se encontrassem e estabelecessem laços aprofundados a partir de 2000 quando estes chegaram ao poder em seus respectivos países. Portanto, o Foro de São Paulo reuniu representações políticas de esquerdas do continente e foi um espaço significativo de diálogo, articulação e confluência de ideias, pessoas, movimentos e lideranças (Lula, Chávez, Evo Morales, os irmãos Castro, etc.) que empreenderam diferentes ações na esfera política como, por exemplo, o apoio a lutas de libertação nacional. As reuniões anuais do Foro de São Paulo contribuíram para que as aproximações se estreitassem a ponto de criar vínculos. Este internacionalismo dos partidos membros do Foro impactou diretamente na importância e na projeção da instituição, quando seus principais líderes ascenderam ao poder.

Enquanto nos anos 1990 apenas o Partido Comunista Cubano estava no poder, durante a onda rosa foi possível colocar em marcha diversos projetos em matéria de integração política regional (NAFALSKI, 2010). No entanto ascensão dos partidos membros aos postos executivos de diversos países na América Latina trouxe desafios para instituição. Isto porque os governos desses partidos passaram a executar agendas políticas e econômicas próprias que muitas vezes destoaram dos postulados defendidos pelo Foro, o que imprimiu maior complexidade na relação Foro – Estados.

Vale ressaltar, contudo, que o Foro não agrega Estados como entidade associada. Somente partidos políticos que compõe os Estados nacionais. Contudo Estados que possuem em seu executivo, partidos associados ao Foro tornam-se mais propensos a executarem em seu plano doméstico as propostas defendidas no âmbito do Foro. Este fato foi alvo de crítica dos partidos opositores dos governos de esquerda na região, que alegaram uma ideologização e partidarização da política externa, principalmente através da diplomacia presidencial, dada a ativa participação dos presidentes Lula e Chávez na organização.

Em linhas gerais, a construção contemporânea de processos de integração latino-americanos foi calcada no fortalecimento do diálogo político entre seus membros, na busca pelo desenvolvimento social e humano de forma igualitária, na cooperação dos povos, na identificação de um passado de exploração e subjugação comum. Daí deriva um dos conceitos fulcrais que permeia a existência de ambas organizações: o estabelecimento de um espaço de concertação política para região liderado por países da região. Equivale dizer em buscar soluções para a América Latina pelos latino-americanos. É, portanto, um claro movimento anti-ingerência em resposta a esse mal que assola o subcontinente desde seu primeiro dia de colonização.

3.1. Integração Regional: conceitos e antecedentes.

O sucesso inicial dos arranjos regionais desenvolvidos na América Latina no início do século XXI pode ser creditado aos objetivos convergentes que a esquerda latino-americana buscou alcançar através do retorno à unidade latino-americana valorizando o ideal bolivariano de Pátria Grande e a conseqüentemente busca pela autonomia regional através de interações políticas com um objetivo final de desenvolver “redes de ação” (HERZ E HOFFMANN, 2004, p. 225) a fim de inserir o subcontinente de forma mais assertiva no sistema internacional. Com o objetivo de clarificar tais interações políticas, que se desdobram através de processos cooperativistas de intensidade variada, apresentaremos as principais correntes que compõe o bojo das teorias da integração no campo das relações internacionais: o funcionalismo, o neofuncionalismo, o realismo, o intergovernamentalismo e a perspectiva construtivista da integração. De antemão estão postos dois problemas para este arcabouço teórico. O primeiro é característica própria das teorias de relações internacionais e seu caráter euro americano.

Segundo Acharya e Buzan (2010) a hegemonia eurocêntrica nas RI encontra-se, primeiramente, na própria concepção westfaliana⁴⁴ de Estado como entidade jurídica internacional criado na Europa em meados do século XVII. A expansão imperialista e a constituição de colônias na América, Ásia, África e Oceania inseriram boa parte dos territórios no modelo europeu de sistema internacional classificando-os em colônias ou Estados. O primeiro agente do sistema internacional moderno, portanto, é uma criação europeia. Logo, a dominação euro-americana nas teorias de RI no século XX se deu através da experiência histórica e vanguardismo na produção intelectual das ciências sociais, da fácil reprodução e circularidade dos trabalhos acadêmicos produzidas em inglês, da incapacidade de produções acadêmicas fora do eixo dominante de circular mundialmente seja pela barreira da língua, questões de financiamento e descredito (falta de repetitividade) pela elite intelectual ocidental. É neste sentido que Acharya e Buzan (ibidem) apontam a Teoria da Dependência como teoria autóctone do “terceiro mundo” – ou como uma epistemologia do Sul, seguindo o conceito de

⁴⁴ De acordo com Castro (2012) a consolidação da entidade Estado enquanto personalidade jurídica e soberana no sistema internacional, conforme se conhece hoje deriva da chamada paz de Westphalia na qual marcou o fim dos conflitos entre a Liga Protestante (países nórdicos e principados que hoje forma o Estado alemão) e o Sacro Império Romano apoiado pela Áustria e Espanha (católicos romanos). “[...] O tratado foi assinado por Carlos V e a referida Liga (Liga de Esmalcalda), em setembro de 1555, que tinha o princípio *cujus regio, ejus religio*. Este princípio garantiu liberdade de culto no interior do Sacro Império Romano, excetuando os calvinistas e os anabatistas. O pilar do *cujus regio, ejus religio* seria a semente plantada para o reconhecimento da soberania estatal com exercício de poder autônomo no seu território delimitado.” (Ibidem, p. 449. A Busca pela liberdade religiosa e a busca pelo poder secular (político) se combinaram para formar o conceito de Estados nacionais nas relações internacionais contemporâneas.

Boaventura de Souza Santos – desenvolvida na América Latina, cuja circularidade, reconhecimento e reprodução em nível internacional a inseriu no rol das teorias de relações internacionais.

O segundo problema em relação às estruturas teóricas sobre integração regional decorre de o fato das mesmas terem sido produzidas majoritariamente para análise do processo de integração europeu considerando as particularidades daquela região sobretudo na segunda metade do século XX. Os processos integracionistas observados na América Latina no início do século XXI são complexos e desafiam o enquadramento preciso em uma ou outra teoria. Desta forma, nos resta fazer as aproximações conceituais, cruzando as características e conceitos oriundos de uma ou mais teorias da integração.

É necessário distinguir integração política de integração econômica. O processo de integração econômica tem a característica de ser, na maioria dos casos, impulsionados pela sociedade com objetivo de reduzir barreiras de investimentos e comerciais e, segundo Katzenstein (2005), é um processo mais informal e demanda um menor nível de associação a integração em si. Portanto, a integração econômica é um processo de maior ocorrência pelo mundo. A integração política, no entanto, é motivada não só por interesses, mas por fatores ideológicos cujo o desenvolvimento institucional é comandado pelo Estado de cima para baixo (*top-down*) (FAWCETT, 2004; KATZENSTEIN, 2005). Duas constatações são importantes nesse sentido: integração política não ocorre em nível global, mas regional; a Europa é o principal laboratório de integração política no mundo com algumas proeminências no Sudeste Asiático e na América do Sul.

Tinbergen (1965) propôs um sistema de avaliação da integração enquanto seu caráter positivo ou negativo. O autor definiu integração positiva (ou ativa) como aquela que altera instrumentos, instituições e cria outras com objetivo de impulsionar a função de mercado e/ou também promover objetivos políticos mais amplos dentro da organização. Já a integração negativa (ou passiva) se restringe simplesmente a processos integracionistas que envolvem a derrubada das restrições de circulação, como observadas em processos de liberalização de mercado.

No pós II Guerra Mundial, acadêmicos se debruçaram sobre os processos de cooperação que surgiam na Europa e daí saíram diversas teorias que foram sendo alteradas de acordo com a mudança na dinâmica das relações internacionais, o comportamento dos Estados, o campo prioritário da cooperação e a maneira pela qual um processo de integração se desenvolve. “Integração” e “cooperação” são conceitos distintos. Melhor dizendo, são fases distintas que

regem uma interação entre dois agentes ou mais. Robert Keohane (1984), um liberal-institucional⁴⁵ das relações internacionais, estabelece cooperação como uma fase de negociação na qual uma coordenação de políticas é necessário. Harmonia enquanto uma fase superior a cooperação, pois as políticas já seriam compatíveis e finalmente a discórdia quando as políticas são incompatíveis.

Um outro esquema explicativo em três níveis é o de Hannu Heinonen (2006), embora aplicado inicialmente na análise de integração política, o esquema é um método prático para se entender tanto processos políticos quanto econômicos. Assim, no primeiro nível, tem-se o que o autor denomina de coordenação, um estágio em que há um baixo grau de cooperação. Em seguida está a harmonização, que diferentemente do conceito de Keohane, se coloca ou como um processo dado ou como um processo a ser construído. Ou seja, harmonização de legislações nacionais ou adoção de legislação comum entre os membros. Contudo toda legislação, políticas e instrumentos são controlados nacionalmente embora possam ser acordados regionalmente. Não há supranacionalidade.

Por fim, temos a integração que se coloca como o mais alto nível de cooperação, com a presença de harmonização de regras e normas e adoção de legislação comum para todas as partes. Neste nível, os membros cedem poder de decisão à organização supranacional que produz leis que se sobrepõem à legislação doméstica dos membros. Considerando este esquema de Heinonen, podemos inferir que todo processo de integração advém de uma cooperação, mas nem toda cooperação resulta em integração.

As principais teorias no campo das RI que tratam da integração regional são o funcionalismo, o neofuncionalismo, o realismo, o intergovernamentalismo e a perspectiva construtivista da integração.

A perspectiva funcionalista da integração foi uma das primeiras a serem desenvolvidas ainda nos anos 1940 por David Mitrany, que se tornou grande nome de referência. Desenvolvida no período entre-guerras, o objetivo desse modelo integracionista era evitar a guerra e promover a paz. Portanto a cooperação deveria partir de problemas técnicos identificados pelos Estados e atingida certa maturidade a cooperação técnica poderia se desdobrar para outras áreas. Mitrany (1966) defendia que a soberania compartilhada e seria

⁴⁵ É importante ter em mente que o conceito de liberalismo ou “a lógica liberal” utilizada no campo das relações internacionais difere do termo utilizado no campo econômico. Existem duas grandes vertentes teóricas no campo das relações internacionais e muitas outras sub-vertentes que delas derivam. O realismo e o liberalismo são correntes opostas. Conhecida como idealista ou pluralistas os defensores do liberalismo defendem a promoção da cooperação com o objetivo de alcançar a paz, o livre comércio, os direitos universais do homem, a ampliação de atores com poder de influência no sistema internacional, as organizações, dentre outros.

gerida por elites técnicas e a cooperação não deveria tratar de assuntos políticos inicialmente. Neste sentido a lógica da forma segue a função promoveria a integração política, aqui considerada como estágio final do processo integracionista, apenas se cumprida uma fase inicial de cooperação técnica ou econômica.

A experiência do funcionalismo se mostrou antiquada para desenvolver processos integracionistas efetivos, principalmente na realidade europeia. Surge então o neofuncionalismo capitaneado por Ernest Haas nos anos 1970. Haas definiu integração como um processo no qual os Estados buscam tomar decisões conjuntas sobre política interna e externas ou delegando o poder de tomada de decisões a um órgão central responsável por legislar sobre todos os Estados. Haas desenvolveu o conceito de *spill-over* no qual uma cooperação iniciada por uma determinada função (técnica) pode se aprofundar a ponto de alcançar outras áreas de cooperação e idealmente levaria a supranacionalidade (LINDENBERG, 1963). Schmitter (1970) destaca duas variáveis do *spill-over*: escopo (áreas temáticas abrangidas) e nível de autoridade (capacidade decisória).

O neofuncionalismo preza pelo adensamento da institucionalização e no protagonismo dos agentes subnacionais no processo integracionista (partidos políticos, grupo de interesse, elites, governos e burocracias). Há dessa forma a expectativa de transferências de lealdades à um órgão central. Outrossim, o motivo para cooperação não se restringe às falhas do Estado em uma determinada área técnica como no funcionalismo mas busca o bem-estar-social, a unificação da sociedade, a segurança, e o desenvolvimento econômico. No neofuncionalismo o caráter técnico não vem antes do político, mas se articula conjuntamente através da criação de um órgão central. A integração política forma comunidade política que se define a partir da concessão de soberania dada pelos seus membros.

Haas importa o conceito de comunidade política de outro importante teórico da integração, Karl Deutsch. As ideias de Deutsch embasaram muitos teóricos da integração pela sua vanguarda em estabelecer o conceito de integração política, embora não tenha definido um passo metodológico para tal. Integração para Deutsch “[...] é um relacionamento entre as partes componentes, no qual elas são mutualmente interdependentes e, conjuntamente, produzem propriedades do sistema que, como partes, não teriam. ” (Ibidem, 1978, p. 204). Assim a comunidade política é formada por um conjunto de agentes políticos com um grau relevante de interdependência que influi diretamente em algumas decisões. As comunidades podem ser amalgamadas quando agentes existentes se fundem e formam uma única comunidade soberana

ou pluralista quando criam uma organização para gerenciar suas relações com menor liberdade de escolha política.

Já a perspectiva intergovernamentalista, que efetivamente não é uma teoria de integração, mas funcional a esta pesquisa, pois desempenha papel primordial na explicação da gestão da UNASUL e da ALBA por exemplo. Moravcsik (1997) é o principal expoente desta vertente cujas preferências dos Estados e a coordenação política dentro os mesmos geram a integração. Esta passa por um cálculo racional (custos x benefícios). Embora os estados conduzam formalmente o processo eles são influenciados por agentes internos. No intergovernamentalismo a supranacionalidade fortalece os governos e não limita sua atuação, pois reflete o próprio poder de barganha dos Estados e promove a autonomia dos líderes políticos diante dos grupos nacionais. O compartilhamento da soberania não existe. Desta forma as instituições criadas não possuem vontade própria, mas reflete as decisões e vontade de seus membros.

Por fim a perspectiva construtivista da integração é fruto da ênfase em como as os interesses e as identidades dos agentes são socialmente construídas a ponto de buscar a construção de institucionalidade normativas. O entendimento coletivo, a consciência mútua entre as partes, os valores comuns e as ideias são os principais elementos constituintes do sistema internacional. O principal autor de destaque nesse campo, Alexander Wendt (1994), afirma que no construtivismo os Estados são a principal unidade de análise, portanto a perspectiva é estadocêntrica. Em segundo lugar, as estruturas que ajudam a compreender o sistema internacional são majoritariamente subjetivas. Por fim, os interesses dos Estados são socialmente construídos e a partir da identificação do comum ocorre a integração transferindo a lealdade das partes para o novo centro supranacional.

3.2. Antecedentes da integração Regional na América Latina.

No século XX, CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), criada em 1948, foi a primeira grande arena internacional de pensar soluções para o desenvolvimento latino-americano principalmente através do incentivo às relações econômicas de seus membros. Sendo uma das comissões econômicas da ONU (Organização das Nações Unidas), portanto dentro de um escopo de cooperação multilateral, a CEPAL, além de pensar o desenvolvimento regional, considerando as particularidades da socioeconômicas da América Latina, trouxe a implantação de projetos de aproximação econômica regional e sub-regional, contribuindo para

ampliar as relações de mercado tanto para os países da área como para as demais nações do mundo.

A história da integração latino-americana registra algumas organizações e processos de cooperação. Entretanto, tais processos foram constituídos com o objetivo de incrementar as relações econômicas e comerciais na região. Fundante no pensamento de liberação de mercados a ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio) nasceu na década de 1960 tentou integrar comercialmente a América Latina. Seguindo a mesma lógica surgiram o Mercado Comum Centroamericano (MCCA) em 1960, o Pacto Andino (atual Comunidade Andina de Nações – CAN) em 1969, a *Comunidad del Caribe* (CARICOM) em 1973. Já em 1980 a ALALC, devido seu rigor aos mecanismos de concessões a mesma foi substituída pela ALADI (Associação Latino-Americana de Integração) pelo Tratado de Montevideu em 1980 - permanecendo em seu caráter a abertura de mercado de forma flexível a ALADI firmou elementos que embasou a integração econômica e consequentemente o mercado comum latino-americano.

A conjuntura nacional e internacional antes dos anos 1990 foi hostil à processos de integração. Internacionalmente, a conjuntura da Guerra Fria polarizava qualquer relação entre países fora do mesmo alinhamento político. Outros fatores significantes neste sentido, conforme apontado por Malamud (2001) foram um baixo nível de interdependência justificado pelos programas nacionais-desenvolvimentistas, de substituição de importações e de protecionismo comercial. Em segundo lugar existiam profundas diferenças entre as políticas econômicas e os níveis de desenvolvimento entre os países da região. Um outro fator de extrema importância era a instabilidade democrática em muitos países latino-americanos que vivenciaram golpes militares e ditaduras e por consequência a imposição de doutrinas de segurança nacional e o alerta para inimigos externos. Por fim, os insucessos das integrações ocorreram pela adoção ou muito rígida ou muito fraca de instituições regionais em uma macro conjuntura hostil.

Já em 1991 foi assinado pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (mais tarde aderindo a outras nações) o Tratado de Assunção, constituindo o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul). O tratado estabelecia a integração econômica de livre comércio retomando os debates promovidos pela ALALC e ALADI, além de atuar em outras esferas. Sua base se concentra na cooperação de direitos e demandas entre os países-membros, apresentando no processo de integração latino-americana um conjunto de compromissos que inserem não somente aspectos econômicos, mas também a inserção de diálogos entre a sociedade civil e as esferas públicas, sendo visto como instrumento de integração e de estabilidade na América do Sul. A importância

da organização enquanto instância de gestão do comércio regional através do estabelecimento de preferências tarifárias e outras medidas que facilitaram as transações constituiu o núcleo principal de sua gestação. Neste sentido, caráter e a importância do econômico precedeu qualquer função inicialmente política.

O Mercosul é um dos exemplos claros de integração neo-funcionalista explicitado por Hass (1971) que teve seu início através da baixa política, isto é, focada em assuntos econômicos e incorporou outras áreas de atuação posteriormente. Entretanto, conforme destaca (Malamud, 2001), o *spillover*, não esteve presente no projeto inicial do Mercosul nem nos seus tratados de fundação. Em outras palavras, os fundadores da organização não projetavam sua atuação em outra área que não fosse a econômica, por exemplo. A expansão orgânica da instituição incorporou outros campos, assim como previsto na teoria de Hass. Há portanto um divisor de águas entre as principais organizações regionais como o Mercosul e Lansul e Alba.

O Mercosul, estabeleceu um passo histórico para a integração regional e representa o mais profundo processo de institucionalização em nível internacional e em termos de governança econômica, sobretudo no que se refere a implantação de normas tarifárias comum. É importante observar, outrossim, que o surgimento do MERCOSUL atende uma histórica demanda econômica-comercial dos países membros.

Outros processos de integração surgiram na América Latina nos anos 1990. Em 1993 surgiu o Sistema de Integração Centroamericana (SICA) como também a Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA) em 1993 que foi esvaziada com o fortalecimento do Mercosul. Nos anos 2000 surge a *Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana* (IIRSA) cujo projeto viria ser incorporado já no tratado fundacional da UNASUL. Outro importante projeto foi o da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), proposta pelos Estados Unidos ainda em 1994, na Cúpula das Américas, mas entrou no radar dos países latino-americanos em 2001 quando Chile assinou um acordo de livre comércio com os EUA. Em 2004 foi criada a *Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América* (ALBA). Em 2008 a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e nos últimos anos surgiram a *Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños* (CELAC), em 2010, e a *Alianza del Pacífico* em 2012.

No desabrochar do século XXI, assistimos o surgimento da UNASUL e da ALBA, ambas organizações gestadas dentro de uma conjuntura pós-neoliberal buscando uma nova lógica de cooperativista, pautada pelo social, com forte inclinação política e desdobramento para o campo econômico. Desta forma, suas trajetórias e atuações, bem como sua percepção e

instrumentalização pelos governos brasileiro e venezuelano serão aprofundadas durante o desenvolvimento deste capítulo.

Uma das vertentes que analisam o processo integracionista contemporâneo sugere que a sólida articulação dessas forças no início do século XXI foi sustentada pelo intenso internacionalismo partidário permitindo que as principais figuras da autoproclamada esquerda latino-americana se reunissem em torno de projetos internacionais durante mais de uma década. É nesta conjuntura que a construção da UNASUL e da ALBA se desenvolveu. Portanto, o que buscamos compreender nesta pesquisa é o caráter originário destas organizações político dessas organizações. Neste sentido, inferimos que suas origens estão calcadas na convergência política-ideológica de seus Estados-membros fundadores, principalmente aqueles com maior poder de financiamento econômico e político-ideológico. Embora o objetivo final, enquanto atores do sistema internacional, seja atuar de forma mais assertiva e garantir seus interesses na esfera internacional –, portanto atuação política internacional –, tais interesses enquanto bloco são aglutinados a partir de preferências políticas similares.

A UNASUL e a ALBA são organizações internacionais regionais institucionalizadas e de caráter intergovernamental. A escolha destes elementos como produto da análise conjuntural da política-ideológica da “onda-rosa” nas relações internacionais se processa devido a duas características básicas: a primeira devido à gênese dos arranjos estar calcada na convergência das ideologias entre os diversos atores da região e a tomada de consciência destes de que o diálogo e a unicidade são fatores essenciais para o desenvolvimento econômico e fortalecimento político regional. A segunda decorre da constatação de que identificadas as convergências ideológicas, formou-se um ambiente político favorável, isto é, a motivação para cooperação e por fim a integração, partiu da essência política.

3.3 Regionalismo na América Latina

Os esforços dos países em buscar cooperações de alta ou baixa intensidade em uma determinada área geográfica contígua é denominada de regionalismo que ganha diferentes nuances de acordo com o tempo, mas que representa uma variável substancial das diferentes estruturas que compõem a governança global. Enquanto processo, regionalismo é liderado pelos Estados com participação de atores subnacionais e ocorrem em “macrorregiões” (BRICEÑO-RUIZ, 2018, p.575). Regiões que são caracterizadas como um projeto social e político projetado para transformar ou manter estruturas conforme destacam Hettne; Söderbaum (2000, p. 38). As

associações entre os estados criam a situação (regionalismo), onde ideologia e programas se traduzem em estratégias, e o processo (regionalização), a parte empírica das associações que estabelece os padrões de cooperação e integração. A fim de medir o estado da regionalização em suas dimensões, contextos e permitir a comparação com diversas situações, Hettne; Söderbaum (2000, p. 38) criaram a categoria de *regionness*.

Com o objetivo de promover políticas para o desenvolvimento econômico e social da região, países latino-americanos se uniram e passaram a trabalhar com políticas desenvolvimentistas buscando alcançar uma maior visibilidade no cenário mundial. A cooperação entre os países da América Latina se caracteriza por meio da criação de uma integração regional que já passou por diferentes fases e momentos históricos. Diversas tentativas integracionistas surgiram ao longo do século XX nas quais analistas de política externa convencionalmente dividem em duas etapas, de acordo com seus respectivos momentos históricos e escopo de atuação: o antigo e o novo regionalismo. Já no século XXI, a mudança nas relações associativas entre os Estados latino-americanos influenciada pela situação política-ideológica dos mesmos desembocou numa nova fase do regionalismo denominado de regionalismo pós-neoliberal⁴⁶ ou pós-hegemônico.

A primeira fase da criação da integração regional ficou conhecida como “Regionalismo Fechado” ou “Regionalismo Antigo”, estava inserida em uma conjuntura macroeconômica de substituição de importação e fomento à industrialização. Desta maneira, tinha como característica a parceria entre países vizinhos e possuía muitas barreiras comerciais tanto para os países membros, quanto para os países terceiros. A segunda fase visa uma maior abertura comercial eliminando barreiras comerciais entre seus membros e implementando novas políticas de investimento de países terceiros para que assim, se possa ter uma melhor inserção do mercado internacional, e com isso, promover o desenvolvimento econômico e social de seus

⁴⁶ O termo também apareceu na obra de José Antonio Sanahuja (2009). Em menor incidência aparece como regionalismo pós-comercial (TUSSIE; TRUCCO, 2010). Há, contudo, uma outra terminologia proposta para o regionalismo dos anos 2000 é o regionalismo pós-hegemônico (Sanahuja, 2010; Riggirozzi, 2010; Riggirozzi e Tussie, 2012, Briceño-Ruiz, 2014). O regionalismo pós-hegemônico possui algumas facetas interpretativas. A primeira é absorção do fim da hegemonia global estadunidense proposta por Armitav Acharya (2009) e o consequente fortalecimento das regiões. A segunda, é referente a hegemonia do neoliberalismo que parecia, nos anos 1990, ser a solução perene para a economia mundial. Neste sentido, o regionalismo seria uma contraposição à globalização econômica vigente e, portanto, contra a hegemonia neoliberal estimulando uma nova forma de governança (RIGGIROZZI, 2010). Briceño-Ruiz (2014) destaca que o regionalismo pós-hegemônico é mais do que um mecanismo defensivo, é um espaço de concertação da política regional e de resistência tanto ao neoliberalismo quanto às investidas dos Estados Unidos. A integração sob a conjuntura do regionalismo pós-hegemônico é complexa, pois não considera somente o econômico, mas outras dimensões como a integração produtiva, financeira, de infraestrutura e social. Esta perspectiva analítica do regionalismo é útil tanto para inserir tanto a UNASUL quanto a ALBA. Contudo consideramos esta classificação mais adequada a ALBA, pois seu discurso é anti-imperialista, anti-estadunidense, anticapitalista e antissistêmico.

integrantes. Por esta razão, a segunda fase ficou conhecida como Regionalismo Aberto (OLIVEIRA, 2014).

A partir dos anos 2000, a integração regional passa por um processo de ressignificação sendo denominada por alguns acadêmicos como Regionalismo Pós-liberal ou pós-hegemônico, que tem uma maior preocupação com a agenda do desenvolvimento levando em consideração a atuação forte dos atores estatais que passam a criar instituições e políticas comuns pensando nas dimensões sociais com foco na promoção da justiça social e em políticas ligadas à redução da pobreza e da desigualdade (FERREIRA, 2015).

3.4 O velho regionalismo ou regionalismo fechado

A primeira fase do regionalismo ganhou força na América Latina após a criação da Comunidade Europeia, com a assinatura do Tratado de Roma em 1957. Começou a partir da criação de acordos regionais entre países em desenvolvimento inspirados na Comunidade Europeia que buscavam promover em conjunto o desenvolvimento econômico da região por meio da integração pela via da industrialização com foco na substituição das importações de países terceiros e o fortalecimento das relações internas. Surgem, neste período, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) e o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA) com a orientação de alguns economistas ligados à CEPAL.

Visando a superação de alguns entraves comerciais, a CEPAL elaborou alguns estudos apontando quais eram os entraves econômicos que afetavam a região e quais medidas deveriam ser adotadas para superar as dificuldades enfrentadas em toda a América Latina a partir de 1950 e dura até meados da década de 1970 quando o modelo desenvolvimentista começa a ser questionado. Em seus estudos, a Comissão Econômica sugeriu que fosse promovida uma integração regional visando facilitar a expansão do comércio recíproco e da complementação industrial, o que diversificaria a produção e consequentemente tiraria os países da dependência de exportação de bens manufaturados.

Os países latino-americanos tradicionalmente exportavam produtos primários, logo, visando não ser afetado pelo mercado internacional que crescia nessa área e buscando defender o processo de industrialização para também competir na exportação de bens manufaturados e garantir o crescimento da industrialização, foi sugerido pelos economistas da CEPAL que fosse dada maior atenção a exportação de bens primários e fortalecimento da produção das indústrias

nacionais. Objetiva-se alcançar um equilíbrio na balança comercial dos países através de processos de integração regional (OLIVEIRA, 2014).

Por esse motivo, foi criada a Associação Latino-Americano de Livre Comércio (ALALC), que facilitaria a exploração de economia de escala e a especialização industrial. Em contrapartida, os países poderiam importar de outros países latino-americanos os demais produtos industrializados que não conseguissem adquirir de países terceiros. Ao final da década de 1970, a maioria das experiências regionais, com objetivo desenvolvimentista, davam sinais de desgaste, pois alguns países estavam mais preocupados com o desenvolvimento da criação de novas indústrias, ao invés de promover uma liberalização comercial e estimular as trocas através dos arranjos regionais.

Tornava-se impraticável o sucesso de processos integracionistas de viés econômica-comercial, operados dentro dessa conjuntura macroeconômica que se observava. Alguns outros fatores colaboraram para o insucesso do regionalismo como, por exemplo, a regulação acentuada do estado sobre as decisões comerciais, a instabilidade de preços das commodities e dos fluxos financeiros, a hostilidade entre os governos militares da época e baixa infraestrutura regional (OLIVEIRA, 2014). A inserção do mercado latino-americano no mercado global esteve deficitária principalmente a partir do avanço da globalização, das novas técnicas produtivistas e das novas fronteiras tecnológicas alcançadas por países desenvolvidos. Intensas crises do petróleo em 1974 e 1979 também causaram grande impacto nas economias regionais derrubando as contas nacionais e a necessidade de se tomar empréstimos no exterior. A deterioração das economias latino-americanas foi exacerbada quando muitas delas tiveram de recorrer a empréstimos junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), para saldar compromissos financeiros anteriores. A contrapartida de ajustes fiscais e liberalização irrestrita da economia sepultou o período desenvolvimentista calcado no estruturalismo da CEPAL bem como a fase fechada do regionalismo (RIGGIROZZI, 2010).

3.5 Regionalismo aberto

Após a experiência da fase anterior, ficou evidente que não era mais possível dar continuidade ao modelo de industrialização por substituição das importações e assim, seria necessário criar um novo projeto desenvolvimentista que fosse mais útil e que desse retorno financeiro para a região. A segunda fase do regionalismo começa a partir da década de 1990, onde se intensifica um novo movimento de integração econômica na América Latina, tendo

como objetivo aumentar os níveis de exportação e investimentos e assim, superar os efeitos de instabilidade macroeconômica como a alta da inflação e o endividamento interno e externo ocasionados pela longa crise dos anos de 1980. Em suma, os processos cooperativistas que surgiram a partir do final dos anos 1980 estavam imersos em um cenário de transformação da política internacional com a mudança de uma ordem bipolar para um multipolar, o protagonismo dos Estados Unidos como ator nas relações internacionais, o desmantelamento do estado de proteção social, e uma interdependência assimétrica cada vez maior entre as economias mundiais (HETTNE; SÖDERBAUM, 2000).

A nova fase do regionalismo latino-americano surgiu com um enfoque diferente daquele da década de 1960. E foi orientada pela lógica do mercado dentro da dinâmica da ordem capitalista-financeira global (RIGIROZZI, 2010). Neste sentido houve uma crescente liberalização do comércio global de bens manufaturados principalmente de países industrializados para aqueles com baixo nível de industrialização. Outrossim, Ethier (1998) ainda aponta, o abandono das políticas econômicas desenvolvimentistas pelos países latino-americanos e uma adesão cada vez maior ao sistema multilateral de comércio, representado maiormente pela Organização Mundial do Comércio (OMC), e pelo desenvolvimento de parcerias “locais” (regionais) para obter maiores ganhos no comércio exterior, mas dentro desta lógica liberalizante.

O novo regionalismo busca garantir uma economia internacional mais aberta, integradas ao comércio mundial, com protagonismo do setor privado e com foco em estimular as exportações e conquistar um amplo acesso a mercados altamente dinâmicos e mais competitivos (OLIVEIRA, 2014). Por isso, os acordos de integração visaram eliminar barreiras comerciais entre seus membros e fazer novas negociações com países terceiros. Portanto, vai de encontro com a expectativa da nova ordem econômica internacional, é a inserção da América Latina na globalização. Assim, a inserção econômica-comercial da América Latina no período do novo regionalismo ocorreu em dois níveis. Do ponto de vista da integração regional, a lógica liberalizante buscou promover ganhos e maior competitividade entre economias mais ou menos com o mesmo nível de desenvolvimento. Já na competição com *players* extremamente desiguais, no caso as trocas comerciais norte-sul, se deu através de parcerias bilaterais como os acordos firmados entre EUA e Chile, EUA e Colômbia, para citar alguns, e também através da proposta da ALCA feita pelos Estados Unidos.

Na prática, o “regionalismo aberto” proposto pela CEPAL trabalhou sobre as indústrias criadas na primeira fase, promoveu o progresso técnico e flexibilizou a atuação de grandes

grupos nacionais e empresas multinacionais, diminuindo a intervenção do Estado. Foi um período de liberalização com um aumento das privatizações das empresas estatais e o uso de políticas macroeconômicas propostas pelo Consenso de Washington que aos poucos foram implementadas na América Latina, a partir de 1990. O Mercosul, por exemplo, foi criado sobre esta lógica e teve importante papel na liberalização e na incrementação comercial.

A expansão da atuação do Mercosul em outras áreas que não econômica-comercial, ficou conhecida como a fase do “Novo Mercosul” e se deu no final dos anos 1990 e consolidação na década de 2000. Serbin (2011) destaca que é característico da América Latina adotar uma agenda integracionista autônoma, mesmo no período neoliberal, combinando abertura e interesses nacionais. Isto ficava evidente ao estabelecer preferências com países da região buscando maior competitividade e gestão da interdependência e governabilidade nacional (CIENFUEGOS; SANAJUA, 2016). Entretanto, quando se olha para as relações bilaterais ou para o relacionamento com organizações financeiras internacionais, tal pragmatismo não é observado.

Esta nova proposta de regionalismo não foi além da lógica do mercado e, apesar de ser uma política de desenvolvimento acabou por gerar um crescimento econômico instável com uma maior vulnerabilidade externa e uma piora nos índices da equidade social, reflexos da atuação liberal defendida pela mesma, especialmente pelo fator “bem-estar social” não ser o objetivo dessas organizações. A transição de governos na América Latina, dentro da onda rosa, resultou em novas olhares sobre como fazer integração e, por consequência, uma mudança qualitativa no regionalismo através da execução de uma nova estrutura de *regionness*. É válido ressaltar, que o novo regionalismo não foi substituído pelo regionalismo pós-neoliberal, mas coexiste com o mesmo. Outrossim, algumas organizações como a CELAC e o Mercosul ficaram mais complexas de se classificar, pois combinam características do novo regionalismo como do regionalismo-pós neoliberal.

3.6 Regionalismo pós-liberal

As políticas neoliberais adotadas nos anos 90 visavam o desenvolvimento nacional atrelado à economia globalizada, tinham como foco a ampliação da desnacionalização da economia por meio de privatizações, juros altos e abertura econômica o que acabou por provocar o desmonte de políticas de bem-estar-social e do setor industrial nacional. A partir dos anos 2000, a América Latina passa a sofrer uma série de mudanças no campo político e

econômico com a eleição de vários governos progressistas e de centro-esquerda na América Latina e no Caribe abrindo caminhos para a participação de cidadãos na reconstrução do regionalismo que passa por uma nova redefinição.

Com essa nova reconfiguração política, o Estado passa a ter maior atuação frente os setores privados que antes eram mais ativos no regionalismo aberto e há por de trás, uma preocupação com a participação e legitimação das demandas sociais e a valorização da soberania nacional sem perder o diálogo com os outros países que compõem o bloco e até mesmo com os que não faziam parte do mesmo. Nesse novo contexto, o Estado, que teve a atuação reduzida nos anos de regionalismo aberto em detrimento das vontades do setor privado capitalista, retoma o protagonismo na liderança e condução do processo integracionista, almejando o desenvolvimento econômico estável e com foco maiormente nas questões sociais e culturais.

Neste sentido, o novo regionalismo priorizou sobre as ações do Estado, da política e do desenvolvimento reduzindo assim, o foco unicamente comercial e econômico nas estratégias de integração e consequentemente deixando de lado as políticas propostas pelo “Consenso de Washington”. Nesta pesquisa adotamos o termo regionalismo pós-neoliberal encontrado na obra de Veiga e Rios (2007), definido como um processo de regionalismo cuja base principal não é a liberalização comercial e investimentos como preconizado pelo regionalismo aberto, característico do período neoliberal, ou seja, um modelo onde a pauta comercial não é prioridade. Esta terminologia é bastante útil para analisar a conjuntura da UNASUL e da ALBA, por exemplo, cujo núcleo fundacional primário não prioriza o campo comercial-econômico, mas o aborda de forma secundária.

O Regionalismo Pós-liberal passou a desconsiderar ações propostas nos anos 1980 e 1990 e realizou o resgate da agenda do desenvolvimento, que foi interpretada de maneira ampla incorporando o econômico, o social, o cultural, educacional, a infraestrutura, etc. Nos anos 1950, pensar desenvolvimento era, sobremaneira, pensar políticas de industrialização. Nos anos 1990, por sua vez, o conceito de desenvolvimento era associado à renda, e por isso a importância de vincular a integração à liberalização comercial. Por fim, sob a égide do regionalismo pós-liberal, o conceito de desenvolvimento ganha novas dimensões e passa a ser entendido como um processo que envolve as dimensões sociais e econômicas de forma indissociável (FERREIRA, 2015). Assim, do ponto de vista da economia, o regionalismo pós-neoliberal reduziu a importância previamente dada à dimensão comercial ao mesmo tempo em que ampliou a temática das agendas de cooperação para áreas não econômicos-comerciais e incluiu

a participação de grupos sociais historicamente excluídos dos processos de integração (VEIGA; RÍOS, 2007).

Um retorno ao nacionalismo econômico significou, de acordo com Veiga e Ríos (2007), a busca pela capacidade doméstica de crescimento bem como uma simpatia em direção às políticas econômicas heterodoxas que almejam o desenvolvimento ao mesmo tempo a redução da pobreza e da desigualdade. Neste sentido o termo pós-neoliberal fica melhor colocado. Especialmente, pelo fato da conjuntura pós-Consenso de Washington ter sido mais permissiva no que tange às novas formas de inserção econômica nas relações internacionais. Tal cenário foi suportado pelo boom do preço de commodities no mercado externo e o consequente aumento de liquidez para os países.

Considerando que pela via econômica houve uma predileção pela heterodoxia aproximando-se, assim, do período desenvolvimentista do regionalismo, e uma refutação ao comercialismo, a fase do regionalismo pós-liberal promoveu um retorno a política. Isto é dizer, que os núcleos dos processos de integração estiveram voltados a questões de dimensões sociais, para a solução do desenvolvimento assimétrico, a questão da cultura e da própria política privilegiando o Estado e os movimentos sociais ao invés dos agentes econômicos do setor privado. Andrés Serbin (2011, p.7 e 8) aponta três importantes características desta fase do regionalismo: o retorno a política, ao Estado e a agenda de desenvolvimentista.

O novo perfil de integração dava ao Estado o papel central com múltiplos objetivo que, de acordo com Lockhart (2013), incluía: maior participação social nos processos, um ambiente de concertação de políticas comuns, organizações com capacidades institucionais, a integração física – sobretudo em matéria de infraestrutura –, integração em setores estratégicos e a redução das assimetrias. Desta maneira o retorno ao Estado em detrimento dos agentes privados fez com que o fator político dominasse os processos integracionistas. Compreende-se, portanto, a valorização da soberania regional principalmente dado o histórico de ingerência política e econômica promovida pelos Estados Unidos nos mais diversos setores das sociedades latino-americanas (KATZ, 2006). Estabeleceu-se, desta forma, o desenvolvimento de políticas e instituições orientadas por uma agenda cooperativista em torno da paz e da seguridade e assunto não comerciais, isto é, uma “integração positiva”⁴⁷ (SANAHOJA, 2010).

⁴⁷ Retomando o conceito de “integração positiva” de Jan Tinbergen (1965) apresentado anteriormente.

Se sigue apoyando en el crecimiento a través de las exportaciones – y en el celo del equilibrio fiscal –, incorpora a la fórmula de desarrollo “la vuelta al Estado”. La recuperación de las capacidades estatales, como lógica reacción a la excesiva presencial del mercado, se justificó en la necesidad de establecer mecanismos de inclusión social. El post-neoliberalismo refleja el consenso sobre la necesidad de adopción de medidas como: la dirección de la inversión pública, el manejo de las exportaciones, la redistribución de la riqueza, el incentivo al consumo interno o la adopción de medidas contracíclicas. Se destaca, entonces, la conducción política orientada hacia el bienestar de la sociedad, por oposición a la conducción “tecnocrática” del regionalismo abierto” (LOCKHART, 2013, p. 14.)

O Regionalismo Pós-liberal traz consigo o resgate da valorização da América Latina que passa a fazer parte dessa nova lógica e estratégia de desenvolvimento propostos pela União de Nações Sul-americanas (UNASUL), pela Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA) e pelos movimentos de reforma do MERCOSUL. Assim, são identificados vários campos de cooperação que devem ser melhor explorados e aperfeiçoados pelos países, como a melhoria nas áreas de infraestrutura, energia, indústria e agrícola, bem como a busca de fontes de financiamento para o desenvolvimento nas áreas de meio ambiente, segurança, saúde, educação, cultura, ciência e tecnologia e o combate à pobreza e à exclusão social (VEIGA; RÍOS, 2007, p. 22).

Visando o fortalecimento das economias nacionais esses novos governos tomam iniciativas no sentido de alargar e aprofundar a integração no subcontinente e assim, passam a implementar projetos de crescimento econômico com desenvolvimento social, para tanto, se fez necessário uma maior presença do Estado na regulação da economia, sendo adotadas políticas públicas de transferência de renda e gastos públicos com foco no fortalecimento dos mercados internos.

O Regionalismo Pós-neoliberal na América do Sul foi capaz de realizar mudanças na área política, econômica e social. Outrossim, abriu uma nova fronteira para se compreender as relações internacionais da região a partir de uma conjuntura de articulação. O neodesenvolvimentismo, colaborou para que houvesse um aprofundamento na integração regional entre os países que fazem parte do bloco, melhorando a articulação política e a forma como a América Latina pelo mundo. Contudo, quando se trata de cooperações não comercial, as densidades institucionais e a articulação política tem de ser mais intensa. Veiga e Ríos (2007) destaca a experiência do MERCOSUL que, atingido seus objetivos de liberalização comercial tem dificuldades em avançar em outras áreas. Ao apresentarmos as organizações ALBA e UNASUL, abordaremos não só seu projeto político e sua atuação na região, mas também sua constituição enquanto organizações internacionais.

3.7 Formação da UNASUL

A UNASUL tem suas raízes no final da década de 1990, quando se iniciam, patrocinada pelo presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso, as reuniões bianuais de presidentes da América do Sul no período de 2000 a 2004, que também ficou conhecida como Cúpula Sul-Americana e posteriormente, em 2004, nomeada de cúpulas de Chefes de Estado e Chanceleres da Comunidade Sul-americana de Nações, CASA. Já na primeira reunião, que contou com a presença de presidentes de 12 países⁴⁸, foi estabelecida a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IRSA) cujo objetivo era desenvolver a infraestrutura regional nos setores de transporte, energia, comunicação. Segundo Gomes (2012), as reuniões presidenciais foram importantes para aproximação entre os países na formação de um futuro processo de integração política. Se na primeira reunião em 2000 não foi possível avançar neste sentido devido às diferenças políticas, o giro político à esquerda mudou este cenário.

A III Reunião dos Presidentes Sul-Americanos realizada em 2004 na cidade de Ayacucho no Peru já indicava o surgimento de um ambiente solidário e a busca pela unidade regional.

Há trinta anos, desde a Declaração de Ayacucho de 1974, temos progredido na consolidação da vigência dos direitos humanos, dos valores democráticos e do estado de direito, e continuamos empregando nossos maiores esforços para atingir um desenvolvimento econômico e social sustentado que promova, entre outros aspectos, a justiça social, a liberdade, a igualdade, a tolerância e o respeito ao meio ambiente, tomando em consideração as necessidades urgentes dos mais pobres, assim como os requisitos espaciais das economias menores e mais vulneráveis da América do Sul. (DECLARAÇÃO DE AYACUCHO).

Neste contexto, foi assinada a Declaração de Cuzco, em 8 de dezembro de 2004 que deu origem a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA). Daí desenvolveria a UNASUL formalmente em 2008 como organização internacional, entretanto as raízes desse processo integracionista é um claro retorno aos ideais de integração latino-americanos proposto ainda no século XXI por Simón Bolívar que visualizava uma América una.

⁴⁸ Estiveram presentes os presidentes da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

Os Presidentes dos países da América do Sul, reunidos na cidade de Cusco, por ocasião da celebração das façanhas libertadoras de Junín e Ayacucho e da convocação do Congresso Anfictiônico do Panamá, seguindo o exemplo do Libertador Simón Bolívar, do Grande Marechal de Ayacucho, Antonio José de Sucre, do Libertador José de San Martín, de nossos povos e heróis independentistas que construíram, sem fronteiras, a grande Pátria Americana e interpretando as aspirações e anseios de seus povos a favor da integração, unidade e construção de um futuro comum, decidimos formar a Comunidade Sul-americana de Nações. (...). A história compartilhada e solidária de nossas nações, que desde as façanhas da independência têm enfrentado desafios internos e externos comuns, demonstra que nossos países possuem potencialidades ainda não aproveitadas tanto para utilizar melhor suas aptidões regionais como para fortalecer as capacidades de negociação e projeção internacionais. O pensamento político e filosófico nascido de sua tradição, que, reconhecendo a primazia do ser humano, de sua dignidade e direitos, a pluralidade de povos e culturas, consolidou uma identidade sulamericana compartilhada e valores comuns, tais como: a democracia, a solidariedade, os direitos humanos, a liberdade, a justiça social, o respeito à integridade territorial e à diversidade, a não discriminação e a afirmação de sua autonomia, a igualdade soberana dos Estados e a solução pacífica de controvérsias. (DECLARAÇÃO DE CUZCO)⁴⁹.

Ao analisar o projeto da CASA, Veiga; Ríos (2007) apontou duas correntes de influência. De um lado estava a Venezuela e seu projeto bolivariano de integração pautado no então recente modelo socialista do século XXI, valorizando a cooperação política permeada por aspectos ideológicos, o fortalecimento da cooperação militar e a preferência por atuação no campo da economia a partir do setor energético. Em contrapartida, Colômbia, Peru e Chile buscavam o pragmatismo ao balancear as forças políticas da região com uma proposta de integração orientada ao campo econômico-comercial sem compromissos profundos.

O importante período em que vigorou a CASA aconteceram as Reuniões Extraordinária dos Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana que preparam as bases da institucionalidade e escopo da UNASUL. Como a II reunião em Cochabamba na Bolívia em 2006 cuja a declaração reforçava o projeto pretendido para a América do Sul. As reuniões entre as principais lideranças dos países são um importante instrumento da política externa regional e embasam o conceito de Diplomacia de Cúpula, apresentada mais adiante neste capítulo, que deu a tônica ao funcionamento da UNASUL. Segundo Gomes (2012), 12 reuniões de alto nível aconteceram entre 2005 e 2010.

[...] la integración regional es una alternativa para evitar que la globalización profundice las asimetrías contribuya a la marginalidad económica, social y política y procurar aprovechar las oportunidades para el desarrollo. Este nuevo modelo de integración comprende el ámbito comercial y una articulación económica y productiva más amplia, así como nuevas formas de cooperación

⁴⁹

Documento na íntegra disponível em:
<https://pt.wikisource.org/wiki/Declara%C3%A7%C3%A3o_de_Cusco_sobre_a_Comunidade_Sul-Americana_de_Na%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em 20 fev. de 2019.

política, social y cultural, tanto públicas y privadas, como de otras formas de organización de la sociedad civil. Se trata de una integración innovadora que incluya todos los logros y lo avanzado por los procesos del MERCOSUR y la CAN, así como la experiencia de Chile, Guyana y Suriname, yendo más allá de la convergencia de los mismos. El objetivo último de este proceso de integración es y será favorecer un desarrollo más equitativo, armónico e integral de América del Sur. Nuestra integración se asienta en alianzas estratégicas basadas en el compromiso democrático, el fortalecimiento del diálogo político, la creación de un espacio de concertación y conciliación, la contribución a la estabilidad regional, la articulación de políticas sociales regionales y la valorización de una identidad cultural sudamericana con participación de actores locales y regionales. (DECLARAÇÃO DE COCHABAMBA)

Foi na III Reunião dos Chefes de Estados realizada em 23 de maio de 2008 em Brasília que o tratado seu tratado constitutivo foi assinado⁵⁰ e posteriormente vinculado aos países membros a partir de 2011, quando todos os países incorporaram a UNASUL em suas legislações domésticas. Em 2008 realizou-se três encontros entre os chefes de estado da UNASUL e além do tratado constitutivo foi aprovado a implementação do Conselho de Saúde e do Conselho Sul-Americano de Defesa. Nota-se no Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas expressões que designam o apreço pela concretização da integração latino-americana, sendo falas institucionalizadas em prol de um reconhecimento/solidariedade sul-americana. Pensando em buscar desenvolver uma organização que lide com a multiplicidade dos povos o tratado propõe uma apresentação e um novo olhar sobre os povos do Sul. O artigo 2, do Tratado Constitutivo deixam claro os objetivos da UNASUL:

A União de Nações Sul-americanas tem como objetivo construir, de maneira participativa e consensuada, um espaço de integração e união no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos, priorizando o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infra-estrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vistas a eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados. (Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas).⁵¹

Justifica-se a importância de uma organização que contemple as nações multiétnicas prezando em construir uma identidade, um espaço regional e um fortalecimento sul-americano,

⁵⁰ Em 2008 assinaram o Tratado Constitutivo A República Argentina, a República da Bolívia, a República Federativa do Brasil, a República do Chile, a República da Colômbia, a República do Equador, a República Cooperativista da Guiana, a República do Paraguai, a República do Peru, a República do Suriname, a República Oriental do Uruguai e a República Bolivariana da Venezuela.

⁵¹ Documento disponível na íntegra em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_integracao/docs_UNASUL/TRAT_CONST_PORT.pdf>. Acesso em 29 jan. 2019.

objetivando a integrar os povos em âmbitos políticos, econômicos e socioculturais. Convencidos de que é de extremo interesse agregar as experiências sociais em prol do desenvolvimento de um bloco forte e capaz de ascender seus povos. Tais características contemplam o decorrer do Tratado que evidencia o forte impacto dos ideais advindos da nova lógica cooperativista que permeava as relações entre os países latino-americanos de esquerda ou centro-esquerda.

A UNASUL enquanto uma organização internacional (OI) é dotada de personalidade jurídica internacional, com sede física em Quito, Equador, em Cochabamba, na Bolívia, onde está a sede do Parlamento sul-americano, e em Caracas, Venezuela, onde está a sede do Banco do Sul. A UNASUL foi estruturada através de diversos conselhos.

No nível executivo, foram criados o Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo, o Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores; o Conselho de Delegadas e Delegados e a Secretaria Geral. Para desenvolver os trabalhos de sua agenda, foram criados subconselhos temáticos nas seguintes áreas: Conselho Energético Sul-americano; Conselho de Defesa Sul-americano; Conselho de Saúde Sul-americano; Conselho de Desenvolvimento Social Sul-americano; Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento; Conselho Sul-americano sobre o Problema Mundial das Drogas; Conselho Sul-americano de Economia e Finanças; Conselho Eleitoral da Unasul; Conselho Sul-americano de Educação; Conselho Sul-americano de Ciência, Tecnologia e Inovação; Conselho Sul-americano de Cultura; Conselho Sul-americano de Segurança, Cidadania, Justiça e Coordenação das Ações Contra a Delinquência Organizada Transnacional.

Através da criação destes conselhos é possível observar a evidência do processo de integração que busca contemplar os povos do Sul de forma ampla e completa, abarcando todas as esferas (NERY, 2016). Embora tenham existido outras organizações internacionais que visam a integração latina, como o MERCOSUL, a UNASUL corresponde a um contexto histórico e social diferente, destoando das organizações anteriores que se preocuparam especificamente com as questões econômicas. Sendo assim destaca-se, na UNASUL estritamente questões sociais que se explicitam no preâmbulo de seu Tratado Constitutivo.

Na construção da UNASUL, as decisões internas são tomadas através do consenso. Sua característica enquanto organização internacional é intergovernamental, ou seja, composta e dirigida pelos Estados nacionais que através de cálculos racionais promovem negociações considerando suas preferências, custos e ganhos de participar de um processo de integração

bem como a coordenação política necessária para tal (MORAVCSIK, 1999). É neste ponto que se mede o grau de soberania cedida à OI e sua respectiva capacidade vinculante.

Ao analisar o processo de apresentação da UNASUL pelo Tratado Constituinte é possível compreender a articulação política desses países em prol de desenvolvimento autônomo. Essa afirmação de autonomia é observada nas relações que se expressam de forma política em diversos momentos do tratado. Ao embasar a objetividade da organização para além da economia, a UNASUL cria conversações entre os distintos segmentos sociais, estes que fomentam e abarcam a reflexão de um processo de integração que visa uma identificação política, dimensionando o caráter quase que claro da chamada solidariedade dos povos. A Cláusula Democrática inserida em 2010 após moção da Venezuela pretendeu estabelecer mecanismos de suspensão para países membros que rompessem com a democracia. A medida teve dois vetores essenciais. A primeira foi o golpe contra Manuel Zelaya em 2008, pelo qual o presidente de Honduras foi deposto. A segunda foi a própria experiência da Venezuela com o golpismo que pairou nos anos iniciais do governo de Chávez.

A solidariedade dos povos aqui se encontra na tentativa de buscar um bem social comum, este que é constantemente afirmado nos diversos documentos oficiais da organização. Presente no documento oficial intitulado “Decisão que Aprova as Diretrizes para o Funcionamento do Foro de Participação Cidadã” este pensar em prol da sociedade civil contempla a ampla participação dos órgãos em fornecer uma reflexão sobre possíveis soluções sociais. A possibilidade da participação cidadão, foi uma das bandeiras da UNASUL, pelo menos na sua constituição, o que a diferenciava de qualquer outra organização estabelecida anteriormente na região. Contudo, a participação popular não implicava em nenhum poder decisório nas atividades da organização.

O documento intitulado de: “Elevação para Aprovação do Conselho de Chefes de Estado da Agenda de Ações Sociais Prioritárias da UNASUL”⁵², por exemplo, visa apresentar de forma objetiva ações das quais são prioritárias e que se expressam o aparato da agenda política dos países membros e por conseguinte da OI. Neste sentido há demandas exclusivamente sociais e de cunho/responsabilidade estatal como a busca desenvolvimento social em seu sentido mais amplo através do acesso básico à alimentação, educação, saúde, a participação cidadã.

52

Documento

disponível

em:

<http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_integracao/docs_UNASUL/RES28.2012.pdf>. Acesso em 15 fev. 2019.

Portanto, decorre que a estrutura organizacional principia artefatos restritivos a política. Gomes (2012) discorre que a criação da UNASUL buscava a prática de um novo modelo econômico – contrapondo ao neoliberalismo da década de 1990 – permitiu a implementação de um modelo desenvolvimentista pós-liberal. Já pelo campo ideológico-político, o efeito da onda rosa pôde ser mais bem observado na introdução de novos pontos na agenda de cooperação, principalmente demandados pela Venezuela, que visualizava o crescimento econômico regional através de políticas desenvolvimentistas, e intensificação de uma agenda não econômica valorizando ações do campo político e social.

Um dos principais problemas referentes a eficácia da UNASUL está na sua incapacidade promover a ampla e eficaz participação de atores não estatais, o baixo desenvolvimento institucional e a resistência em estabelecer de normas através de aprofundamento supranacional (GOMES, 2012; SERBIN, 2014). Isto é, na cessão de soberania dos seus Estados membros e seu poder de tomada de decisões vinculantes aos seus membros. Mesmo com intensa convergência política-ideológica, com ações desenvolvidas em todas as áreas que se propôs, houve uma hesitação em ceder soberania à OI. Uma justificativa está no caráter nacionalista dos governos progressistas que embora identificassem na integração uma forma de fortalecimento da região, não pretenderam restringir seu poder de tomada de decisões unilateralmente. Isto porque, os projetos e a percepção de cada governo em relação à OI também divergiam.

Tomemos para nossa análise o papel do Brasil e da Venezuela. O primeiro foi grande patrocinador da ideia da UNASUL convocando e sediando as reuniões iniciais e empregando grande esforço político-diplomático e técnico para sua realização. É consenso que a maior economia da América Latina, objetivava na era Lula, ser um player de relevância nas relações internacionais e porta-voz da região para o mundo. A UNASUL, portanto, seria uma ferramenta da política externa ativa do lulismo que previa maximizar não apenas seus ganhos materiais, mas também político.

Ao mesmo tempo em que impulsionava e autonomizava a região no sistema internacional, o Brasil emergia enquanto líder desse processo. A Venezuela foi um outro patrocinador importante da UNASUL, especificamente na consolidação dos projetos no setor energético. Contudo, a Venezuela pretendia expandir o ideal da revolução bolivariana e do socialismo do século XXI à OI de forma a torná-lo um instrumento contra o imperialismo. Exemplo disso foi a declaração de Chávez anterior a cúpula de Brasília para assinatura do

Tratado Constitutivo afirmando que os Estados Unidos eram o inimigo número um da UNASUL⁵³.

O Brasil atuou como Estado propulsor deste processo de integração específico dada as suas capacidades materiais que, naquele momento, o que em certos momentos é possível fazer a aproximação com a condição de *paymaster*. Este conceito foi desenvolvido por Walter Mattli em 1999 para caracterizar um Estado que arca com os custos (financeiro, institucional e político) de promover e sustentar um processo de integração. Para tanto, Mattli considera dentre as teorias dos jogos, o jogo da coordenação (*coordination game*) que desencadeia a soluções cooperativistas e ação coletiva. Neste sentido um líder benevolente se encarrega de patrocinar o processo de integração que coordena as regras e as políticas e atua como ponto principal amenizando as tensões distributivas, inclusive de pagamentos, facilitando o processo de integração.

Um outro termo utilizado para classificar um Estado de grande destaque é o de “*hegemon*”. Um dos principais teóricos que discutem as condições de hegemonia de um Estado é John Mearsheimer que na década de 1990 afirmou que um Estado pode ser um *hegemon* global ou regional. Um potencial *hegemon* é o Estado mais forte num determinado sistema regional com poder suficiente para dominar e se sobrepor seus vizinhos, até mesmo os mais fortes deles (MEARSHEIMER 1995, 2001). O ponto de suporte de Mearsheimer é o poderio militar de um determinado Estado o que explicita o caráter realista de sua teoria, no campo das relações internacionais. Desta forma, se “hegemonia significa dominação do Sistema” (ibidem, 1995, p. 80), um Estado que detenha um poder substancial quando comparado aos outros Estados que também são dotados de poder, não pode ser considerado um *hegemon*, pois enfrenta outros poderes e não os domina.

Embora se reconheça o papel protagonista do Brasil na construção da UNASUL, não é possível, a partir do conceito de Mattli, lhe classificar como *paymaster* consolidado assumindo total responsabilidade pela organização. A Venezuela desempenha um importante na disseminação e fomentação da solidariedade regional e da união do subcontinente (BORGES, 2014), encarregando-se com maior avidez da construção subjetiva da UNASUL, mas não se enquadra enquanto *paymaster*. Contudo, o Brasil, sempre desejou a condição de *paymaster* nas relações latino-americanas. Tal fato é observado na própria articulação do presidente Lula em

⁵³ South America nations found union. BBC, 23 maio 2008. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/7417896.stm>>. Acesso em 20 fev. 2019.

seu discurso no encerramento do Encontro de Governadores da Frente Norte do Mercosul em 2007:

Brasil é o maior País da América do Sul. É a maior extensão territorial, tem a maior economia, é o maior em população, é o maior em PIB. Portanto, recai nas costas do Brasil a responsabilidade de levar em conta as assimetrias existentes na nossa relação da América do Sul. (LULA DA SILVA, 2007, s/p.)

Tais contradições não diminuem a importância da UNASUL enquanto um produto original da convergência política latino-americana e não só de caráter pós-liberal, mas também pós-hegemônico. Um dos exemplos concretos neste sentido, foi a criação do Banco do Sul, proposto por Chávez em 2007 e formalizado em 2009. A instituição financeira, que recebeu aportes da Venezuela, Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia fornece crédito para investimento em projetos de infraestrutura e desenvolvimento regional e se coloca como um contrapeso ao Fundo Monetário Internacional e ao Banco Mundial.

Por fim, a atuação possui caráter multidimensional incorporando diversos setores importantes, mas com predominância daqueles não econômicos. Sua característica estadocêntrica, ou intergovernamental, a avessa a adoção do compartilhamento de soberania impede o avanço de um modelo eficiente de governança regional dentro das áreas que se propõe a tratar. Observa-se, portanto que a UNASUL não se traduz enquanto um processo consolidado de integração política a partir dos conceitos de Hass (1971) ou da formação de uma comunidade política, considerando o conceito de Deutsch (1978). Isto porque, para uma completa integração política, em ambos autores, os membros de devem possuir profunda interdependência e delegar a supranacionalidade o poder de tomada de decisões e/ou representatividade.

Observam-se duas características oriundas da perspectiva de Deutsch (1978) sobre a integração e a formação de uma comunidade política e em seu grau mais avançado, uma comunidade de segurança. A primeira é a diferença entre o projeto da UNASUL e a prática da organização. Neste sentido os documentos constitutivos projetavam a formação de uma unidade identitária latino-americana com estreito vínculos sociais e por consequência político e econômicos a ponto de formar uma comunidade integrada, igualmente, de forma social, política, econômica e militar. O Maior exemplo disso foi o estabelecimento do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). Ao contrário do que pleiteia a teoria de Deutsch no qual essa identificação seria construída de baixo para cima, no caso da UNASUL foi promovida de cima para baixo a partir do patrocínio dos Estados membros da ideia de identidade comum latino-americana.

Um segundo desafio posto à integração política da UNASUL foram os projetos individuais de poder de seus principais propulsores Brasil e Venezuela, conforme destacamos anteriormente. Esta divergência implicou no balanceamento entre conflito e cooperação política e refletiu diretamente no comprometimento dos Estados membros à organização. Não houve desta forma, o que Hass (1971) chamou de mudanças de lealdades para um novo centro decisório, mas talvez uma identificação destas lealdades e a utilização da UNASUL como forma de projeção coletiva para o sistema internacional. O intergovernamentalismo da UNASUL permitiu que as decisões permanecessem com os Estados nacionais que a conduziram o processo de integração e fizeram da organização um meio de reforço ou reprodução do consenso acordado pelos seus membros Moravcsik (1998).

Em outras, palavras, a UNASUL não desenvolveu vida própria enquanto um processo pleno de integração política, mas oscilou entre dois, dos três níveis propostos por Heinonen (2006)⁵⁴: a coordenação, com baixo grau de cooperação e portanto de institucionalização e a harmonização, que prevê um alto nível de cooperação e a adoção de leis e normas semelhantes e regionalmente acordadas, mas ainda sobre o controle do Estado. Não atingiu, contudo, o nível de integração. Que segundo o autor, é o mais alto nível de cooperação com cessão de soberania e decisões produzidas pela autoridade central.

Sem desenvolver os pormenores, Briceño-Ruiz (2016) propôs uma polêmica classificação da UNASUL enquanto um processo de cooperação regional e não de integração. Uma classificação determinista com esta é problemática. De acordo com Nikola; Llievski (2015), cooperação internacional prevê um tratado de regulamentação intergovernamental e a partir do momento que uma instituição com autonomia supranacional é estabelecida, de forma a transformar a estrutura dos estados participantes, o processo de transformação de um estágio para o outro representa a transição da fase de cooperação para integração. O projeto inacabado da UNASUL parece ter ficado na nesta interseção

3.8 A formação de ALBA-TCP

Criada inicialmente como Alternativa Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América, a proposta nasceu em 2001 por Hugo Chávez na III Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Associação de Estados do Caribe, mas foi firmada apenas em 2004 em Havana. Ao ingressar

⁵⁴ Hannu Heinonen formulou este escopo avaliativo de três categorias para a integração econômica. Entretanto alguns autores como Nikola; Llievski (2015) utilizam analogamente para avaliar estágios de processos de integração política.

no bloco em 2006 durante a *III Cumbre del ALBA*, a Bolívia propôs um acordo adicional para promoção das trocas de bens e serviços para satisfazer as necessidades dos povos. Estas trocas seriam pautadas pelos princípios de solidariedade, reciprocidade e transferência tecnológica. Surgia assim o Tratado de Comercio de los Pueblos (TCP). A lógica do TCP é diferente do livre comércio pois prevê forte atuação do estado para salvaguardar o interesse público⁵⁵. Durante a *VII Cumbre Extraordinaria del ALBA* em 2009, o termo Alternativa foi substituído por Alianza, formando a ALBA-TCP. Nessa pesquisa adotamos somente a sigla ALBA para referência geral.

Aderiram posteriormente Nicarágua (2007), São Vicente e Granadinas (2007), Dominica (2008), Honduras (2008), Antígua e Barbuda (2009) e Equador (2009). Segundo Freitas (2011), o arranjo foi desenvolvido como parte de um plano estratégico dos estados integrantes, com destaque para Venezuela, Cuba e Bolívia, de construir uma nova dinâmica política e econômica para a região pautada principalmente na aversão a influência imperialista estadunidense. Outrossim, solidariedade e agendas não puramente econômicas, mas sociais e políticas, passaram a integrar o escopo da ALBA.

Segundo Freitas (2011), o arranjo foi desenvolvido como parte de um plano estratégico dos estados integrantes, com destaque para Venezuela, Cuba e Bolívia, de construir uma nova dinâmica política e econômica para a região pautada principalmente na aversão a influência imperialista estadunidense. Tal fato é observado claramente na *Declaración Conjunta Venezuela – Cuba*⁵⁶ de 2004 na qual em vários parágrafos refuta-se a construção da Área de Livre Comércio para as Américas (ALCA) e a acusam de ser um artifício do neoliberalismo para explorar e subordinar a América Latina. Igualmente, A ALBA desenvolveu-se almejando a multipolaridade no sistema internacional bem como congregar parceiros que pudessem estabelecer um bloco de poder frente ao imperialismo estadunidense. Assim, a ALBA imprime o caráter pós-hegemonico ao regionalismo latino-americano.

Subrayamos que el Área de Libre Comercio para las Américas (ALCA) es la expresión más acabada de los apetitos de dominación sobre la región y que, de entrar en vigor, constituiría una profundización del neoliberalismo y crearía niveles de dependencia y subordinación sin precedentes. Analizamos históricamente el proceso de integración de la América Latina y el Caribe, y constatamos que éste, lejos de responder a los objetivos de desarrollo independiente y complementariedad económica regional, ha servido como un

⁵⁵ Acuerdo para la Constitución del Espacio Económico del ALBA-TCP (ECOALBA-TCP). Disponível em: <<http://www.portalalba.org/index.php/alba/documentos/1305-2012-02-04-y-05-xi-cumbre-caracas-venezuela-acuerdo-para-la-constitucion-del-espacio-economico-del-alba-tcp-ecoalba-tcp>>. Acesso em 21 fev. 2019.

⁵⁶ Documento disponível na íntegra em: <<http://www.portalalba.org/index.php/alba/documentos/1221-2004-12-14-i-cumbre-la-habana-cuba-declaracion-conjunta-venezuela-cuba>>. Acesso em 25 fev. 2019.

mecanismo para profundizar la dependencia y la dominación externa. [...] Dejamos claro que si bien la integración es, para los países de la América Latina y el Caribe, una condición imprescindible para aspirar al desarrollo en medio de la creciente formación de grandes bloques regionales que ocupan posiciones predominantes en la economía mundial, sólo una integración basada en la cooperación, la solidaridad y la voluntad común de avanzar todos de consumo hacia niveles más altos de desarrollo, puede satisfacer las necesidades y anhelos de los países latinoamericanos y caribeños y, a la par, preservar su independencia, soberanía e identidad. (DECLARACIÓN CONJUNTA VENEZUELA – CUBA)⁵⁷

Assim como a UNASUL, a estrutura organizacional da ALBA é composta por conselhos. A ALBA possui uma estrutura orgânica sendo a instância máxima o Conselho Presidencial. Subordinado a este, estão os conselhos Social, Econômico, Político e o Conselho dos Movimentos Sociais. Outros comitês temáticos também compõe o arranjo tais como o Comitê da Mulher e Igualdade de Oportunidades, Comitê de Defesa da Natureza, a Comissão Política (inclui uma secretaria executiva) e o Comitê Permanente de Defesa e Soberania.

Diferentemente de outros organismos internacionais, a ALBA não possui personalidade jurídica internacional, portanto não é uma organização internacional formal pois não possui um tratado constitutivo (SELA, 2015). Portanto, os países que se vinculam à ALBA não cedem sua soberania à organização, muito menos fazem vincular normas e regras a partir dela. Embora de caráter intergovernamental e estadocêntrica (Serbin, 2011), a ALBA atua como um foro de concertação e diálogo político, no qual seus membros interagem nas mais diversas temáticas propostas por ela. As associações intrabloco ocorrem através de cooperações bilaterais ou multilaterais de acordo com a demanda e a necessidade de cada membro não havendo um grande acordo que todos participem. O cooperativismo da ALBA tem o Estado como coordenador na planificação e no desenvolvimento social e econômico, portanto é um cooperativismo de cunho socialista (MELO, 2016).

O hibridismo que acompanha a ALBA se dá também no seu campo de atuação. Segundo Sanahuja (2009), embora a principal motivação da gênese da organização tenha sido o viés político, temáticas como saúde pública, segurança pública, desenvolvimento e tecnologia, educação e desenvolvimento do comércio intra-bloco estão presentes na organização.

Embora com limites para deliberar, a ALBA incluiu a partir de 2005 a possibilidade de movimentos sociais participarem consultivamente nas discussões de projetos dentro da organização através dos Conselhos de Movimentos Sociais. Sanahuja (2009) afirma que ao

⁵⁷ Cf. South America nations found union. BBC, 23 maio 2008. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/7417896.stm>>. Acesso em 20 fev. 2019

tornar a organização mais participativa e popular, contribuiu para a não “elitização” da política externa regional apontando para construção de processos democráticos.

É necessária a reflexão de que a ALBA é a única organização latina americana com este caráter híbrido e participação social significativa, o que permite diagnosticar como um passo em direção à construção do comum. Outrossim, é a partir desta abertura que a diplomacia tradicional estatal sofre uma ruptura dando lugar a “Diplomacia dos Povos”. Martínez (2011) definiu a Diplomacia dos Povos como o relacionamento social, político, cultural e econômico entre os povos, as comunidades, os movimentos sociais e toda organização e/ ou sujeitos de caráter coletivo predominando os interesses populares. Desta forma, as relações não são mediadas ou dirigidas por nenhum poder central, incluindo o Estado, mas ocorre de forma orgânica através do relacionamento entre os mais diversos sujeitos. A crítica à participação social⁵⁸ se dá, segundo Serbin (2011) pela ausência de mecanismos de participação social o que impede a criação de um modelo de integração regional de baixo para cima com largo apoio cidadão e dimensão social.

A característica pós-liberal e pós-hegemônica na qual a ALBA permitiu uma nova diplomacia pautada em grande parte nas demandas e nas características plurinacionais de alguns Estados membros. Segundo Martínez (2011) este paço é importante, pois além do empoderamento de comunidades e povos com um profundo histórico de marginalização social, política e econômica busquem uma perspectiva descolonizadora e participativa.

A ALBA construiu ao longo do tempo alguns instrumentos fundamentais que aprofundaram a cooperação intrabloco. Proposto pela Venezuela, O Banco da ALBA iniciou suas operações em 2008 com a adesão de Cuba, Bolívia, Nicarágua, San Vicente e Granadinas, Dominica e Venezuela. Este é o principal movimento no segmento financeiro e se coloca como uma instituição contra o sistema de Bretton Woods e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), operado pela Organização dos Estados Americanos. Outrossim, tem propósito de fundar uma nova arquitetura financeira regional na qual o países membros da ALBA são soberanos na gestão dos fundos cujo objetivo principal é promover o desenvolvimento econômico e social de forma sustentável buscando reduzir a pobreza e as

⁵⁸ A Criação do Conselho dos Movimentos Sociais (CMS) na V Cumbre del ALBA, em Tintorero na Venezuela em 2007 teve o objetivo de propor um órgão institucional dentro da ALBA para reunir os movimentos sociais dos países associados. É sob este conselho que a crítica de Serbin (2011) repousa. Há um outro movimento autônomo e não coordenado pelo CMS da ALBA, mas que carrega o logo ALBA, que é La Articulación de Movimientos Sociales y Populares hacia el ALBA – ALBA Movimientos. Construído desde baixo de forma orgânica e com ampla associação com outros movimentos sociais na América Latina. Mais informações disponíveis em: <https://www.albamovimientos.org/%C2%BFque-es/>

assimetrias através de um intercâmbio financeiro justo e equitativo para todos os membros da ALBA fortalecendo o processo de integração⁵⁹.

Ainda em 2008 na *VI Cumbre del ALBA*⁶⁰ surgiu o conceito do projeto Grannacional e da Empresa Grannacional. O termo Grannacional é, segundo a declaração de 2008, uma opção política e ideológica pois se contrapõe ao transnacional ligado ao capitalismo global, a perspectiva mercadológica e ao neoliberalismo. Outrossim, tem um caráter social para atender as necessidades intrabloco e refutar a acumulação de capital. Os projetos *Grannacionales* assemelham-se as *missiones* do chavismo e atuam em áreas prioritárias nos países associados como saúde, educação, esporte, cidadania, comércio, ciência e tecnologia não em ações de transferência de renda, mas de serviços e conhecimento. Já as empresas *Grannacionales* são constituídas pelos países do bloco, integradas produtivamente e orientadas ao mercado Intra-Alba de forma justa e eficiente (SELA, 2015).

Em 2010 entrou em vigência o *Sistema Único de Compensación Regional* (SUCRE), um mecanismo de compensação de pagamento intra-bloco que se soma ao Banco da Alba na nova arquitetura financeira proposta pelo bloco. O projeto monetário almeja se estabelecer no futuro como uma moeda única na qual todas as transações entre os países membros buscando a independência do dólar para as transações de comércio externo. Exceto com o Equador, cuja economia é dolarizada. O SUCRE é composto por uma *Cámara Central de Compensación de Pagos* (CCC) e um Fundo de Reservas e Convergência Comercial sob a administração do Conselho Monetário Regional da ALBA. Institucionalmente, as compensações são realizadas pelos bancos centrais de cada país participante. O desenvolvimento de um substantivo aparato econômico, financeiro e comercial da ALBA, que pode ser considerado um spill-over reverso (do político para o econômico), conforme descrito anteriormente, levou Bricenõ-Ruiz (2018) a distinguir duas fases do bloco. O primeiro é referente aos anos iniciais no qual a ALBA era interpretada como um espaço para cooperação econômica e integração política, mas sua evolução aponta em direção a um processo de integração econômica.

⁵⁹ Acta Fundacional del Banco del Alba. Disponível em: <<http://www.portalalba.org/index.php/alba/documentos/1230-2008-01-26-vi-cumbre-caracas-venezuela-acta-fundacional-del-banco-del-alba>>. Acesso em 20 fev. 2019.

⁵⁹ Dleclación Política de la VI Cumbre de la Alternativa Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América. Disponível em: <<http://www.portalalba.org/index.php/alba/documentos/1236-2008-01-26-vi-cumbre-caracas-venezuela-declaracion-politica>>. Acesso em 20 fev. 2019.

⁶⁰ Dleclación Política de la VI Cumbre de la Alternativa Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América. Disponível em: <<http://www.portalalba.org/index.php/alba/documentos/1236-2008-01-26-vi-cumbre-caracas-venezuela-declaracion-politica>>. Acesso em 20 fev. 2019.

Do ponto de vista das teorias clássicas de integração regional oriundas do campo das relações internacionais, a ALBA possui grande potencial de formação de uma comunidade política, nos moldes de Karl Deutsch, pois os comportamentos de seus membros são influenciados pelos demais. Isso não significa que esta influência seja equitativa, dado o protagonismo financeiro-econômico da Venezuela e político-ideológico de Cuba dentro do bloco. Deutsch (1978), relaciona a integração política ao poder, onde “[...] pelo menos um dos agentes é forçado a agir diversamente do que o faria de outra forma (isto é, se este poder estivesse ausente)” (DEUTSCH, 1978, p. 204). É preciso, portanto, ter claro, a diferença entre cooperações promovidas no âmbito institucional de uma organização internacional com poderes para tal ou na perspectiva bilateral, trilateral e multilateral entre as partes quando as associações não passam oficialmente por canais legais-institucionais da organização, mas apenas leva seu logo.

Não é possível avaliar sob a perspectiva de uma integração política nos termos de Hass (1971), uma vez que para este autor e para muitos outros teóricos que trabalham a integração política, o requisito essencial é o comprometimento das partes em ceder soberania à organização. Portanto não existem mecanismos jurídicos que conectem os membros ao bloco, mas sim uma alta dose de voluntarismo político que não deixa de estar à mercê dos benefícios e custos da associação. Entretanto, a ALBA se iguala UNASUL na escala proposta por Heinonen (2006) para medir o estágio de um determinado processo integracionista. Neste sentido a ALBA transita entre o primeiro nível, ou seja, na coordenação onde há um baixo nível de cooperação e na harmonização, onde algumas políticas podem ser regionalmente acordadas sem supranacionalismo. Mas não avança para o estágio final, a integração.

Do ponto de vista da economia-política internacional, a ALBA inicia um projeto audacioso frente às forças internacionais que a rodeava início dos anos 2000. A retórica da justiça social, da solidariedade e de participação são eixos inovadores para uma instituição que nascia formada por países que durante a década de 1990 e no início dos anos 2000 estiveram sob o jugo do Consenso de Washington. Abrindo uma nova frente global de atuação solidária e revolucionária, a ALBA cria uma rede de associados que são mobilizados, de certa forma, um comum: seja do ponto de vista das mazelas sociais, econômicas, políticas, linguísticas e culturais. Fica latente sua característica pós-hegemônica e ao mesmo tempo contra-hegemônica, anti-imperialista, anti-estadunidense e anticapitalista. Benzi (2016) elenca dois fatores importantes na composição da ALBA: o personalismo hiperativo de Chávez e ingresso abundante de petrodólares.

Melo (2012) aponta a influência chavista e castrista na direção político-ideológica do bloco. Entretanto, cabe a Venezuela o papel de *player* principal no processo da ALBA justamente por despendar a maior soma de recursos para promover a integração. Contudo a Venezuela não é o *paymaster* integral deste processo haja vista sua vulnerabilidade econômica em relação a flutuação do preço do petróleo e sua capacidade de exercer uma petrodiplomacia efetiva em tempos de crise. Cuba tem exuberante participação nas trocas de bens e serviços com a Venezuela, entretanto tem menor interação com outros membros do bloco em termos. Outro papel importante de Cuba, em certo ponto, está em prover o aparato político-ideológico na luta contra o imperialismo e a autonomia regional.

Para além da informalidade jurídica, da inexistência vinculativa e da escassa institucionalidade (SERBIN, 2011) possui outra grande vulnerabilidade. A política externa venezuelana transpõe a política redistributivista da renda do petróleo do plano interno para o externo cujos lucros oriundos da renda petrolífera permitiu a constituição da Petrocaribe, em 2005, e proveu o capital para o Banco da Alba e as empresas transnacionais (gran-nacionais). A vulnerabilidade ao preço da commodity continua desempenhando papel fundamental na expansão ou encolhimento das atividades da ALBA, assim como na economia nacional venezuelana. O rápido declínio do preço internacional do petróleo a partir de 2013 somadas aos sucessivas e autoritários embargos impostos pelos Estados Unidos à Venezuela causaram um estrangulamento na economia nacional como na sua capacidade de sustentar a revolução bolivariana no plano externo. A ALBA também é instrumento de poder da PEX Venezuelana que angaria capital político traduzido principalmente em apoio em órgãos multilaterais como a ONU e a OEA pelos países associados a ALBA.

En particular, ALBA-TCP —que no cuenta con tratado constitutivo ni órganos institucionalizados— ha sido más un proceso político basado en el liderazgo venezolano a través de la “diplomacia de cumbres”, y un “paraguas” para mecanismos de cooperación Sur-Sur, como Petrocaribe, probablemente el más relevante de todos ellos, así como mecanismos de permuta o trueque, fuera del mercado para los intercambios de bienes y servicios. (SANAHUJA, 2016, p. 44)

Duas vulnerabilidades que prevalece tanto na UNASUL quanto na ALBA é a debilidade institucional e a profunda dependência do presidencialismo. As decisões tomadas nas muitas cúpulas, estas que são parte constituinte dos processos de integração seja do momento pré-organização como após a criação formal da UNASUL, como também na ALBA, enfraquece a construção de um projeto robusto, segundo Serbin (2014), de governança global. Isto porque as

decisões permanecem centradas nas figuras dos chefes de Estado através da diplomacia de cúpulas e não efetivamente nos departamentos internos das organizações. Adicionalmente, a concentração de projetos integracionistas na figura de líderes específicos, como Chávez e Lula, faz com que a cooperação se torne uma política de governo e não de Estado ficando altamente vulnerável ao câmbio⁶¹ daquele.

⁶¹ Tomemos com exemplo o caso da UNASUL, um projeto desenvolvido durante o governo Lula que sobreviveu durante governo da presidenta Dilma Rousseff. É um consenso que política externa não foi prioridade de Dilma resultando em uma ínfima participação da mesma na área. Contudo, dando continuidade ao Lulismo, alguns projetos foram mantidos, mesmo cambaleantes, como a UNASUL. A partir do golpe em 2016 o projeto lulista de política externa foi encerrado de vez. A UNASUL ficou cada vez mais debilitada com o avanço da direita neoliberal na região a ponto de ter seus trabalhos congelados em 2018 – com a suspensão da participação de Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai e Peru – dada as divergências entre os políticos remanescentes da onda rosa e da nova direita. Em 22 de março de 2019 a UNASUL foi completamente esvaziada com a saída em conjunto do Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai e Peru. Ficou evidente, portanto, que não a UNASUL não foi uma política de Estado para o Brasil, mas uma política de governo fortemente capitalizada pelo lulismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história política recente da América Latina traz duas importantes figuras que buscaram desenvolver modelos de governança tanto em termos de política nacional quanto de política externa no subcontinente. Luiz Inácio Lula da Silva e Hugo Rafael Chávez Frias se tornaram mais que líderes políticos. Tornaram-se fenômenos políticos e da política. A conjuntura tem como destaque dois atores internacionais que se articularam com maior avidez em busca de unicidade entre os povos latino-americanos: o Brasil e a Venezuela. A construção desses fenômenos, entretanto, remonta ao final dos anos 1970 e estão inseridos em realidades distintas. Lula através do movimento operário e sua sindicalização sob uma ditadura militar. Chávez emerge do seio das forças armadas como uma voz descontente com a política vigente dentro de uma democracia representativa, mas política e economicamente excludente.

São trajetórias políticas diferentes, mas que em determinado momento convergiram em um mesmo objetivo: contestar a ordem vigente. A organização do engajamento político de Lula e Chávez foram institucionalizados em uma organização com força política. No caso de Lula, a fundação do PT em 1982 acomodou sua luta política anterior via apoiada no novo sindicalismo. No mesmo ano o MBR-200 foi fundado por Chávez e um pequeno grupo de militares, como a expressão da frustração para com o Estado. Se tradicionalmente o PT teve sua origem ligada às forças de esquerda, dada sua trajetória trabalhista, o MBR-200 se relacionava timidamente com este campo político, tendo sua principal fonte de influência um nacionalismo inspirado em figuras históricas da América Latina como Simón Bolívar, por exemplo.

A conjuntura de ascensão de Chávez e Lula na vida política também foram distintas. Enquanto no início dos anos 1980 a Venezuela vivia uma democracia representativa estável, assegurada pelo Pacto de Punto Fijo, o Brasil ainda estava imerso numa ditadura militar repressiva. Nos anos 1990, instaurou-se na Venezuela uma percepção de colapso da política e do Estado, ou da classe hegemônica que o controlava, enquanto no Brasil, embora houvesse o insucesso do neoliberalismo, a situação era menos caótica. A conjuntura impactou diretamente na atuação dos agentes na política. Enquanto Chávez buscou o poder através de uma tentativa de golpe em 1992, Lula continuou persistente nos canais oficiais da democráticos. Enquanto Chávez radicalizou o discurso, Lula moderou. Chávez foi eleito com o apoio de uma massa excluída e empobrecida enquanto Lula contou com votos de setores simpáticos ao seu projeto de governo e afinidade ideológica, algo que Chávez ainda não tinha conseguido construir.

Enquanto governo, Lula e Chávez partiram de ao menos dois denominadores comuns: uma realidade neoliberal excludente e produtora de pobres, em primeiro lugar. E o continuísmo e manutenção da ordem econômica vigente, entretanto Chávez passou seu primeiro mandato na luta contra o golpismo enquanto Lula usufruiu de um cenário político estável. Um olhar menos profundo, poderia supor que o distanciamento entre ambos não resultaria em intensa cooperação na primeira década do século XXI.

É comum aos dois fenômenos, lulismo e chavismo, uma base de apoio popular congregando setores de muito pobres e pobres e uma recusa cada vez maior conforme aumenta-se a renda e o nível de educação embora haja momento de inflexão nesta afirmação como no caso do primeiro pleito ambos os presidentes. Contudo a base de apoio de Lula esteve historicamente organizada em torno de movimentos sociais ligados e identificados com o projeto petista, enquanto Chávez organizou sua base de apoio no fim do seu primeiro mandato. O papel do partido é fundamental para compreendermos a organização das bases. Conforme abordamos ao longo do capítulo dois, Chávez foi eleito com discurso anti-partido. Naquele período seu apoio tinha uma organização orgânica na forma de redes densas, porém dispersas do ponto de vista de organização institucional. Mesmo em 2002 quando a população foi às ruas pedir a restituição de Chávez após o golpe, a movimentação se deu de forma descentralizada a partir da política de rua sem forte organização partidária do MVR. O MVR não tinha história política. Nascera em 1997 para fins eleitorais e seus apoiadores históricos, oriundos do MBR-200, não se traduzia na extensa base de apoio chavista.

Chávez percebeu a importância de canalizar a militância chavista em 2007 com a criação do PSUV. Aqui observamos outras duas diferenças entre os fenômenos. No que tange a relação líderes versus partido, o PT teve grande influência na construção da figura Lula, enquanto o MBR (MVR e posteriormente PSUV) foram apenas um instrumento legal para circular na política oficial. Nunca houve de fato uma militância MVRista, mas sim chavista. Com a vigência do PSUV este padrão continua. Em contrapartida, a militância petista é histórica e embora tenha tido um distanciamento entre PT e Lula, do ponto de vista da base eleitoral, o impacto na base de apoio foi menor. Não é possível identificar uma militância lulista com tamanha expressividade da chavista. No chavismo, o papel do partido é irrisório na formação do movimento. O principal pilar que sustentou a revolução bolivariana foi seu líder, que continua a fazer através de seu capital simbólico utilizado pelo atual presidente, Nicolás Maduro.

Chavismo e lulismo tornaram-se fenômenos e forças da política imbuídos de alto capital político e simbólico. Prova disso foi a transferência desses capitais aos seus sucessores que partiram do anonimato político para o comando do executivo. No Brasil, Dilma Rousseff nunca tinha sido candidata a cargo político, muito menos tinha uma trajetória histórica dentro do partido. Nicolas Maduro Moros, na Venezuela, tinha sido Ministro das Relações Exteriores antes de ter sido vice-presidente de Chávez. A figura dos líderes, portanto, é um elemento de relevante nesta pesquisa, não apenas no que tange a condução da política interna, mas também da política externa.

No lulismo buscou-se o consenso entre as classes alinhando políticas econômicas que beneficiaram os ricos e políticas sociais que atenderam as necessidades básicas dos muito pobres. Mesmo com uma extensa base calcada no subproletariado, Lula não instigou o confronto aberto entre as classes como Chávez fazia através de discursos e declarações explícitas contra a burguesia nacional. O pacto lulista não permitia qualquer ação neste sentido. Isto revela que Lula não se opôs a burguesia financeira-industrial, muito pelo contrário. Operou junto a mesma. Já Chávez, removeu a burguesia tradicional golpista dos postos de poderes e não promoveu políticas econômicas que a incluísse nos ganhos nacionais. Do contrário, criou o que críticos ao governo e alas à esquerda da política venezuelana denominam de boliburguesia.

O protagonismo do Estado enquanto promotor do desenvolvimento e do bem-estar social é uma característica comum aos dois fenômenos políticos com extensas políticas sociais. Estas responsáveis por retirar grande número de pessoas da pobreza na América do Sul. No caso brasileiro a fração de classe não se auto-organizou de baixo para cima e dependeu do Estado para sair da pobreza. Na Venezuela, salvaguardado o centralismo e a dependência do executivo, houve intensa mobilização e auto-organização das bases. O lulismo promoveu concessões aos muito pobres e aos muito ricos de forma desproporcional, com ganhos astronômicos para os últimos. Já Chávez privilegiou só os de baixo. Esta opção pela redução de assimetrias através da erradicação da pobreza e do desenvolvimento nacional a partir do Estado foi transportado para a política externa regional na forma de processos integracionistas como prioridade para ambos os governos. Portanto, quando retomamos a pergunta principal que orientou esta pesquisa: O pensamento político-ideológico de esquerda orientou o desenvolvimento de processos integracionistas no início do século XXI? A resposta é sim.

Governos de esquerda inseridos na onda rosa apresentaram uma agenda convergente de política externa principalmente no que tange processos de cooperação dentro da lógica do

regionalismo pós-neoliberal ou pós-hegemônico haja vista a abertura de um espaço de diálogo. As tentativas integracionistas foram pautadas com objetivos distintos do comércio ou comerciais ou econômicos e priorizaram a unicidade regional em temas como educação, saúde, seguridade e desenvolvimento social, infraestrutura, paz e segurança regional e resolução de conflitos. Quando olhamos para Brasil e Venezuela, identificamos a priorização da política social como mecanismo de desenvolvimento da dignidade humana principalmente através da redução da pobreza, um estado forte ou financiador e o interesse em promover a unicidade latino-americana como forma de integração dos povos.

As diferentes nuances assumidas pelas esquerdas refletiram em interpretações singulares sobre suas políticas externas e sobre os processos integracionistas. O Brasil e a Venezuela, buscaram com a cooperação regional estabelecer zonas de influências na América do Sul e no caribe, respectivamente. O Brasil patrocinou as iniciativas que antecederam a UNASUL e a Venezuela intensificou sua tradicional petrodiplomacia em direção ao Caribe. A figura dos líderes foi um elemento importante na construção das organizações, principalmente devido ao intenso exercício de diplomacia de cúpula para tomada de decisões. O que implicou em vulnerabilidade institucional das organizações, pois sua sobrevivência esteve atrelada a figura de seus líderes.

Talvez pela própria característica nacionalista e de retorno à valorização do papel do Estado, a teoria do intergovernamentalismo, de Moravcsik (1997), é a que melhor se aplica para entender o baixíssimo grau de comprometimento com a organização internacional e a delegação de soberania nacional a ela. Contudo ela por si só não é suficiente para interpretar o que aqui chamamos de voluntarismo estratégico dos governos brasileiro e venezuelano, impulsionado pelos seus fenômenos políticos mais robustos: o lulismo e o chavismo. É estratégico por três motivos. Primeiro porque é um instrumento da PEX em ganhar poder e influência na região. Segundo porque enxergam nos processos cooperativistas um mecanismo que projeta a região no sistema internacional com maior assertividade sendo criando fóruns de concertação regional, estimulando as trocas intra-blocos e, por conseguinte diminuindo a dependência e a ingerência de países desenvolvidos nos assuntos da América Latina. Por fim, é estratégico pois identifica como prioridade o bem-estar do povo e busca isso através da justiça social inspirada em seus programas de desenvolvimento social doméstico.

Inferimos que a resistência em ceder soberania à uma organização central é fruto da percepção de como os atores envolvidos articulam sua própria capacidade objetiva e potencial de poder. Logo, o caráter intergovernamentalista e sua característica em calcular custos e

benefícios da cooperação reflete diretamente em maior ou menor poder dos países associados seja internamente, agradando os desejos das suas elites políticas e econômicas, seja externamente projetando sua força sobre a região. Outrossim, afeta inversamente a construção de uma governança regional com o esvaziamento de poder das instituições.

Desta maneira, defendemos uma composição híbrida para se compreender os processos integracionistas dentro do regionalismo pós-neoliberal. Para tanto, além do seu caráter intergovernamental, as organizações analisadas nesta pesquisa possuem forte componente da teoria construtivista onde os interesses e as necessidades dos compeliram os governos a buscar a integração. Neste sentido tivemos a UNASUL uma organização internacional com personalidade jurídica e potencial de supranacionalidade e a ALBA, sem perspectiva de supranacionalidade, com baixíssima institucionalidade. A integração política, neste sentido não se materializou. O que se observou foram tentativas de integração estimuladas unicamente pela via da política e com objetivos políticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AB'SÁBER, Tales. **Lulismo, carisma pop e cultura anticrítica**. São Paulo: Hedra, 2011.

ALBA (2004). **Alianza Bolivariana para os povos da América**. Acuerdo entre Venezuela y cuba para la aplicación del Alba Américas. Havana. Disponível em: <http://www.portalalba.org/index.php?option=com_content&view=article&id=1220:2004-12-14-i-cumbre-la-habana-cuba-acuerdo-entre-venezuela-y-cuba-para-la-aplicacion-del-alba&catid=130&Itemid=146>. Acesso em: 23 Jun. 2017.

ALBA (2004). **Alianza Bolivariana para os povos da América**. Declaración Conjunta entre el Presidente de la República Bolivariana de Venezuela y el Presidente del Consejo de Estado de la República de Cuba para la Creación del ALBA. Havana. Disponível em: <<http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=2060>>. Acesso em: 23 de Jun. 2018.

ALBA (2004). **Globalisation, Societies and Education**, 8(1), 39–57, 2010.

ALMEIDA, Pulo Roberto de. A diplomacia do governo Lula em seu primeiro mandato: um balanço e algumas perspectivas Paulo Roberto de Almeida. **Revista Carta Internacional**, v. 2, n. 1, mar. 2007, p. 03-10.

ALMENDRA, Carlos César. “Hugo Chávez e a Revolução Bolivariana na Venezuela”. IV Colóquio Marx e Engels, 2005, Campinas. 4o. Colóquio Marx e Engels, 2005.

ANASTASIA, F.; RANULFO, C.; SANTOS, F. **Governabilidade e representação política na América do Sul**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Fundação Konrad Adenauer/ Fundação UNESP, 2004.

ANTONI JESÚS AGUILÓ BONET. La democracia revolucionaria, un proyecto para el siglo XXI (Entrevista a Boaventura de Sousa Santos). **Revista Internacional de Filosofía Política**, n. 35, 2010, p. 117-148.

ARAUJO, A. J. CAMPELO, G. MARINHO, E. O impacto da infraestrutura sobre a pobreza para o Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 41., 2013, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: ANPEC, 2013.

ARAVENA, Francisco Rojas; GARCÍA, Paz Milet. Diplomacia de Cúpulas: O Multilateralismo Emergente do Século XXI. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, 1999, p. 291-359.

Ativismo partidário internacional como forma de intervir nas relações inter-estatais: algumas influências na construção da união de nações sul-americanas (Unasul). In: 3º **ENCONTRO NACIONAL ABRI** 2011, 3., 2011, São Paulo. Proceedings online...Associação Brasileira de Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais - USP, Available from: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000200019&lng=en&nrm=abn>. Acesso on: 07 May. 2019.

BENZI, Daniele. El exitoso ocaso del alba Réquiem para el último vals tercermundista. **Nueva Sociedad**, n. 261, enero-febrero de 2016.

BIARDEAU R., Javier. Del Árbol de las Tres Raíces al "Socialismo Bolivariano del siglo XXI" ¿Una nueva narrativa ideológica de emancipación?. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, v. 15, n. 1, p. 57-113, jan.- abr. 2009.

BLANCO-MUÑOZ, Augustin. **Venezuela del 04f-92 al 06D-98. Habla el Comandante Hugo Chávez Frías**. Caracas: Cátedra "Pío Tamayo" / UCV, 1998.

Bohn, Simone R. Social policy and vote in Brazil: Bolsa Família and the Shifts in Lula's Electoral Base. **Latin American Research Review**, Vol. 46, No. 1 (2011), p. 54-79.

BOITO JR., Armando. A Hegemonia Neoliberal no governo Lula. **Revista Crítica Marxista**, Campinas, v. 17, 2003, p. 10-36.

BORGES, R. T. O Novo Regionalismo da América do Sul: a formação de um sistema de poder. **Revista NEIBA Cadernos Argentina Brasil**, v. III, n. 1, nov. 2014, p. 11-21.

BRANDÃO, Marco Antônio. **O socialismo democrático do Partido dos Trabalhadores: a história de uma utopia (1979-1992)**. São Paulo: Annablume : Fapesp, 2003.

BRESSER PEREIRA, L. C. Crise e renovação da esquerda na América Latina. **Lua Nova**, São Paulo, n. 21, p. 41-54, out. 1990.

BRICENO RUIZ, José R. **Del regionalismo abierto al regionalismo post-hegemónico en América Latina**. In. ACOSTA, Willy S. (org.) Política Internacional e Integración Regional Comparada en América Latina. San José (Costa Rica): Universidad Nacional de Costa Rica, p.23 - 35, 2014.

BRICENO RUIZ, José. Times of Change in Latin American Regionalism. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, p. 573-594, Dec. 2018.

BRICENO RUIZ, José. Projeção, fragmentação e justaposição de processos Regionalismo pós-hegemônico, retorno do regionalismo aberto: a atualidade do regionalismo na América Latina e no Caribe. **Conjuntura Internacional**: Belo Horizonte, v.13 n.1, p.16 - 21 nov. 2016.

BRICEÑO-MONZÓN, Claudio Alberto. **A Venezuela Chavista: Vítima da Doença Holandesa. Petroleiro-Autonomia-Subordinação** In.: Pennaforte, C.; Oliveira, F. (orgs.). **A Venezuela em transformação: a era Chávez e a Revolução Bolivariana**. Rio de Janeiro: Cenegri – Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais, 2013.

CÂMARA Jr., Joaquim Matoso. **História e estrutura da língua portuguesa**. 4ª ed., Rio de Janeiro: Padrão, 1985.

CAMEJO, Yrayma. Estado y mercado em el proyecto nacional-popular bolivariano. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Socialis**, v. 8, n.3, set.-dez 2002, p. 13-39.

CAMMACK, Paul. The Resurgence of Populism in Latin America. **Bulletin of Latin American Research**, 19(2), 2000, p. 149-61.

CANACHE, Damarys. **Urban Poor and Political Order**. In.: The Unraveling of Representative Democracy in Venezuela, edited by Jennifer L. McCoy and David Myers, p. 33-49. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004.

CANEDO-PINHEIRO, MAURICIO. Bolsa família ou desempenho da economia? Determinantes da reeleição de Lula em 2006. **Econ. Apl.**, Ribeirão Preto, v. 19, n. 1, mar. 2015, p. 31-61.

CANNON, Barry. Class/Race Polarisation in Venezuela and the Electoral Success of Hugo Chávez: A Break with the Past or the Song Remains the Same?. **Third World Quarterly**, 29 (4), p. 731-748, 2008.

CASTAÑEDA, Jorge. CEPAL. **Transformacion Productiva con Equidad**: la tarea prioritaria del desarrollo de América Latina y el Caribe en los años noventa. Comisión Económica Para América Latina y Caribe. Santiago de Chile, 1990

CERVO, A. L. Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina. **Rev. Bras. Polít. Int.** v.43, n. 2, p. 5-27, 2000.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Editora UnB: Brasília, 2011.

CHÁVEZ FRÍAS, Hugo. **¡Venezuela se respeta!** Acto de concentración contra la intervención, Caracas, Ministerio de Energía y Minas, 2004.

CHÁVEZ FRÍAS, Hugo. ¿Hacia dónde va usted, presidente Chávez?. [Entrevista concedida a] Manuel Cabieses Donoso. **Red Voltaire** [online]. Caracas, 19 dez. 2005. Disponível em: <<https://www.voltairenet.org/article132654.html>>. Acesso em 15 dez. 2018.

CHÁVEZ FRÍAS, Hugo. Recuperar um proyecto originário de esta America. [Entrevista concedida a] Fernando Ramón Bossi . **Cuadernos para la Emancipación**. Córdoba, n. 12, p. 26 – 31, 1997.

CIENFUEGOS, Manuel e SANAHUJA, José Antonio. **Una región en contrucción**: Unasur y la integración en América del Sur. Barcelona: CIDOB/Bellaterra, 2009.

D Canache. **Urban Poor and Political Order**. In.: J L.Mc Coy and D J.Myers (eds.), 2004. **The Unraveling of Representative Democracy in Venezuela**. Baltimore and London: John Hopkins University Press,p.33-50, 2004. pp.44-46

DAMAS, Germán Carrera et. all (org.). **Mitos políticos en las sociedades andinas**: Orígenes, invenciones, ficciones. Caracas: Institut français d'études andines, Editorial Equinoccio, Universidad de Marné-la-Vallée Collection : Travaux de l'IFEA, 2006.

DANNER, Fernando. O Sentido da Biopolítica em Michel Foucault. **Revista Estudos Filosóficos**, n. 4, p. 143 – 157, 2010. Disponível em: <<http://www.ufsj.edu.br/revistaestudosfilosoficos>>. Acesso em: 10 Jul. 2017.

DATANALISIS, 2001, Escenarios Julio, 2001 Año IV, número 3, p.21 Cuadro No 4.

DENIS, Roland. **Hay una lucha histórica que no ha sido resuelta en veinte años**. In.: Fundación Centro internacional Miranda y la Fundación Roxa Luxemburgo. Comuna: Pensamiento crítico en la revolución. Caracas, 2009.

DÍAZ, Rolando. Los sindicatos en Venezuela de la negociación a la confrontación. **Revista sobre Relaciones Industriales y Laborales**, n. 45, 2009, p. 91-104.

ELLNER, Steve. El modelo de la democracia social radical en Venezuela: innovaciones y limitaciones. **Cuadernos del CENDES**, v. 29, n. 79, enero-abril, 2012, pp. 107-133

ELLNER, Steve. Las tensiones entre la base y la dirigencia en las filas del chavismo. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, Caracas, v. 14, n. 1, ene./abr. 2008.

Ellner, Steve. **Venezuela's Movimiento al Socialismo: From Guerrilla Defeat to Innovative Politics**. Durham, NC: Duke University Press, 1988.

ETHIER, W. J. The New Regionalism. **Economic Journal**, v.108, 1998.

FABBRINI, Sergio; MOLUTSI, Patrick DiberE. **Comparative Politics**, entry for the International Encyclopedia of Political Science, edited by Bertrand Badie, Dirk Berg-Schlosser and Leonardo Morlino, London, Sage, Volume 2, 2012, pp. 342-359

FERNÁNDEZ RETAMAR, Roberto. **Pensamiento anticolonial de nuestra América**. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2016.

FIORI, J. L. Olhando para esquerda. **Economia Política Internacional: Análise Estratégica** n. 9, jul. – dez., 2006.

FORTES, Alexandre; FRENCH, John. A “era Lula”, as eleições presidenciais de 2010 e os desafios do pós-neoliberalismo. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 24, n. 1, 2012 p. 201-228.

FREITAS, W. D. de. Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA): as particularidades de um projeto inovador. In: *3º Encontro Nacional Abri 2011*, 3., 2011, São Paulo. **Anais eletrônicos**. Associação Brasileira de Relações Internacionais - Instituto de Relações Internacionais – SP. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000300058&lng=en&nrm=abn>. Acesso em set. 2016.

GARRIDO, Alberto. **Chávez con uniforme: Antibiografía** (Únicamente para chavólogos). 2 ed. Caracas: Bimedia21 Diseño Editorial, 2007.

GARRIDO, Alberto. **La historia secreta de la revolución bolivariana**. Conversaciones con Harold, Puerta Aponte y Camilo. Mérida: Editorial Venezolana C.A., 2000.

GERMANI, Gino. **Política y sociedad en una época de transición: de la sociedad tradicional a la sociedad de masas**. Buenos Aires, Paidós, 1962.

GIAMBIAGI, Fabio. **Rompendo com a Ruptura: O Governo Lula**. In. Economia Brasileira contemporânea: 1945-2004, Campus, 2004.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3.

GREENBERG, Quinlan and Rosner. **Venezuela, Resultados Estudio de Opinión Pública Nacional**. Junio 23, 2004.

HAAS, Ernst B. International Integration: The European and the Universal Process. **International Organization**, 1961.

HANDELMAN, Howard. **The Challenge of Third World Development**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 2000.

HARNECKER, Marta. **Rebuilding the Left**. New York: Zed Books, 2007.

HELLINGER, Daniel. Political **Overview**: The Breakdown of Puntofijismo and the Rise of Chavismo. In.: Venezuelan Politics in the Chávez Era: Class, Polarization, and Conflict,

HERZ, M; HOFFMANN, A. R. **Organizações internacionais**: história e práticas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

HETTNE, Björn; SÖDERBAUM, Fredrik. Theorising the Rise of Regionness. **New Political Economy**, v. 5, n. 3, dez. 2000, p. 457-473

HOLZHACKER, Denilde Oliveira; BALBACHEVSKY, Elizabeth . Classe, ideologia e política: uma interpretação dos resultados das eleições de 2002 e 2006. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 13, nº 2, Novembro, 2007, p.283-306

HORTA, Luiz Fernando Castelo Branco Rebello. O conceito de diplomacia presidencial. Brasília. In: 1º SEMINÁRIO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS - ABRI, 01, jul. 2012, Brasília, DF. **Anais (on-line)**. Brasília: ABRI, 2012, 19p. Disponível em: <http://www.seminariopos2012.abri.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=800>. Acesso em 15 nov. 2018.

IZARRA, William E. Democracia Revolucionaria. **Aporrea**, 22/08/2006 [versão online] Disponível em: <<https://www.aporrea.org/ideologia/a24654.html>>. Acesso em 10 dez. 2018.

JÁCOME, Francine. 2011. Petrocaribe: la fase actualde la diplomacia petrolera venezolana en el Caribe. **Friedrich Ebert Stiftung Policy Paper**. Disponível em:[<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/la-seguridad/08722.pdf>]. Acesso em: 30.jan. 2018.

JARDIM, C. Chávez, o militar socialista que transformou a Venezuela. [online] **BBC Brasil**, Caracas, 05 de março de 2013. Disponível em:<http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/03/130103_obituario_chavez_cj.shtml>. Acesso em 28 dez 2018.

JORGE, V. L.; D'AVILA FILHO, P. A democracia sul-americana em perspectiva comparada: os casos do Brasil, Bolívia e da Venezuela. In: I SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA & POLÍTICA, 2009, Curitiba. Grupo de trabalho 2: instituições, elites e democracia Sociedade e Política em tempos de incerteza. . **Anais eletrônicos...** Curitiba: UFPR, 2009. Disponível em:

<<http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTsONLINE/GT2/EixoV/democracia-sul-americana-VladimirJorge.pdf>>. Acesso em 20 jan. 2019.

KATZ, C. **El rediseño de América Latina, ALCA, MERCOSUR y ALBA**. Ediciones Luxemburgo: Buenos Aires, 2006.

LACLAU, Ernest. Populismo não é um conceito pejorativo. [Entrevista concedida a] Flávia Marreiro. **Folha de S. Paulo**. [online]. São Paulo, domingo, 07 de maio de 2006. Disponível em: <<http://feeds.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0705200606.htm>>. Acesso em 20 jan. 2019.

LEMOINE, Maurice. Social-democracia europeia vs. socialismo latino-americano?. **Le Monde Diplomatique**. [on-line]. Edição. 54, jan. 4, 2014. Disponível em: <<http://diplomatique.org.br/social-democracia-europeia-vs-socialismo-latino-americano/>>. Acesso em 10 jan. 2018.

LEZAMA, Paula Vasquez . El Caracazo (1989) y la tragedia (1999) Economía moral e instrumentalización política del saqueo en Venezuela. **Cuadernos Unimetanos**, n. 30, p. 5-15, 2012.

LIMA, M. R. S. de; KFURI, R. Política. Política Externa da Venezuela e relações com o Brasil. **Papeis Legislativos**, n. 6, out. 2007, p. 1-15. Disponível em:<http://observatorio.iesp.uerj.br/images/pdf/papeis/10_papeislegislativos_PL_n_6_out_2007.pdf>. Acesso em 08 o set. 2016.

LOCKHART, N. La identidad de UNASUR: ¿Regionalismo post-neoliberal o post-hegemonico? **Revista Ciencias Sociales**, La Plata, nro 140, p. 99, 2013.

LOPES, Ademil Lucio. A Política Econômica e as Estratégias de Desenvolvimento do Governo Chávez. **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, v.1, n.2, p.280-308, Maio/Ago. 2012.

LÓPEZ-MAYA, Margarita. **Del viernes negro al Referendo Revocatorio**. Caracas: Alfadil, 2006.

LÓPEZ-MAYA, Margarita. **Protesta y cultura em Venezuela**: los marcos de acción colectiva em 1999. Buenos Aires: Clacso, 2002.

LÓPEZ-MAYA, Margarita; Lander, Luis E. **Venezuela**: protesta popular y lucha hegemónica reciente. In.: López-Maya, Margarita López; Carrera, Nicolás Iñigo; Calveiro, Pilar. (orgs). **Luchas contrahegemónicas y cambios políticos recientes de América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2008.

LÓPEZ-MAYA, Margarita; PANZARELLI, Dinolis Alexandra. Populismo, rentismo y socialismo del siglo xxi: el caso venezolano. **RECSO**, v. 2, 2011, Montevideo (Uruguay), 39-61

LULA DA SILVA, LUÍS INÁCIO. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento do Encontro de Governadores da Frente Norte do Mercosul**. Belém-PA, 06 de dezembro de 2007. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da->

silva/discursos/2o-mandato/2007/06-12-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-no-encerramento-do-encontro-de-governadores-da-frente-norte-do-mercosul>. Acesso em 30 set. 2018.

LULA DA SILVA, Luís Inácio. Leia a íntegra do discurso do ex-presidente Lula antes de se entregar à PF. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7 Abr. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/04/leia-a-integra-do-discurso-do-ex-presidente-lula-antes-de-se-entregar-a-pf.shtml>>. Acesso em 12 dez. 2018.

MALAMUD, Andrés. Spillover in European and South American Integration. An Assessment. **Annual Meeting Latin American Studies Association**, Washington D.C., September 6-8, 2001.

MALLEN, Ana L.; GARCÍA-GUADILLA, María Pilar. **Venezuela's Polarized Politics: The Paradox of Direct Democracy Under Chavez**. FirstForumPress, 2017.

MARTÍNEZ, K. D. **La diplomacia de los pueblos, relaciones internacionales alternativas desde el Sur**. Ci & Tróp. Recife, v. 35, n.1, p.95-137, 2011

MARTINS, Richard de Oliveira. A Regulamentação do Direito de Tendências no Partido dos Trabalhadores (1986-1992). **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências. Universidade de Campinas. 2015

MATTLI, Walter. **The logic of regional integration: Europe and beyond**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

MCCAUGHAN, Michael. **The Battle of Venezuela**. Londres: Latin America Bureau, 2004.

MCCOY, Jennifer L. **From Representative to Participatory Democracy? Regime Transformation in Venezuela**. In.: *The Unraveling of Representative Democracy in Venezuela*, edited by Jennifer L. McCoy and David Myers, 263-295. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004.

MCCOY, Jennifer L. **From Representative to Participatory Democracy? Regime Transformation in Venezuela**. In.: *The Unraveling of Representative Democracy in Venezuela*, edited by Jennifer L. McCoy and David Myers, 263-295. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004

Mearsheimer, John J. Back to the Future: Instability in Europe after the Cold War. In.: Michael E. Brown, Sean M. Lynn-Jones; Steven E. Miller. (Org) **The Perils of Anarchy**. Cambridge, MA: MIT Press, 1995, p. 78-129.

Mearsheimer, John J. **The Tragedy of Great Power Politics**, New York: Norton, 2001.

MELO, Fr. ALBA-TCP: ¿un nuevo regionalismo o más de lo mismo? In: OLIVEIRA, R P; NOGUEIRA, S G and MELO, FR. (orgs.). **América Andina: integração regional, segurança e outros olhares** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2012, pp.22-42.

MÍNGUEZ CORNELLES, Víctor; CHUST CALERO, Manuel (eds.). **La construcción del héroe en España y México : (1789-1847)**. Valencia: Universitat de València, Servei de Publicacions, 2003.

MORAIS, Lecio; SAAD-FILHO, Alfredo. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo , v. 31, n. 4, p. 507-527, Dec. 2011

MORAVCSIK, Andrew. Taking Preferences Seriously: A Liberal Theory of International Politics. **International Organization**, 51, 4, Autumn 1997, pp. 513–53.8.

MORAVCSIK, Andrew. **The Choice for Europe Social Purpose & State Power From Messina to Maastricht**. Cornell studies in political economy. Cornell University. New York. 199

MUHR, T. Counter-hegemonic regionalism and higher education for all: Venezuela and the the ALBA: counter-hegemonic regionalism and higher education for all. **Educ. Pesqui.**, São Paulo , v. 36, n. 2, p. 611-630, Aug. 2010 .

NAFALSKI, G. P. N. **UNASUL: Uma perspectiva política de integração sul-americana**. 2010. 115 f. **Dissertação de Mestrado** em Sociologia – Departamento de Sociologia da USP – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

NERY, Tiago. UNASUL: a dimensão política do novo regionalismo sul-americano. **Caderno Crh**, Salvador, v. 29, n. 3, p.59-75, out. 2016.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Congresso Nacional do PT (3: 2007 : São Paulo, SP) Resoluções do 3º Congresso Partido dos Trabalhadores, 30 de agosto a 2 de setembro de 2007, São Paulo, Brasil. – Porto Alegre: Partido dos Trabalhadores, 2007. Disponível em: <<https://pt.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Resolucoesdo3oCongressoPT.pdf>>. Acesso em 20 dez. 2018.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**. São Paulo: Ática, 1990.

PEIXOTO, Vitor; RENNO, Lucio. Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil. **Opin. Publica**, Campinas , v. 17, n. 2, p. 304-332, Nov. 2011

PEREIRA, Wagner Pinheiro. “A Revolução Bolivariana e a Venezuela de Hugo Chávez: História e Interpretações (1999 - 2013)”. In.: S CHURSTER, Karl & ARAUJO, Rafael (Orgs.). **A Era Chávez e a Venezuela no Tempo Presente**. (Rio de Janeiro: Editora Autografia/EDUPE, 2015. pp.91-115.)

PIMENTA, G. F.; ARANTES, P. C. V. M. Rethinking Integration in Latin America: The "Pink Tide" and the Post Neoliberal Regionalism. In: **Flacso - Isa Joint International Conference**, 2014, Buenos Aires, Argentina. Buenos Aires, ISA, jul. 23-25, 2014. Disponível em: <<http://web.isanet.org/Web/Conferences/FLACSO-ISA%20BuenosAires%202014/Archive/19e10599-bf80-42fa-a9e1-accb107de234.pdf>>. Acesso em: 10 Jul. 2017.

POMAR, V; REGAGALADO, R. **Foro de São Paulo**: construindo a integração latino-americana e caribenha. São Paulo: Fundação Perceus Abramo, 2013.

POMAR, Valter.; REGALADO, Roberto. **Foro de São Paulo**: construindo a integração latino-americana e caribenha. São Paulo: Fundação Perceus Abramo, 2013.

PRETO, Adriana F. O Conceito de Diplomacia Presidencial: o papel da Presidência da República na formulação de política externa. **Dissertação de Mestrado**, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, USP, 2006.

RABY, Diane. El liderazgo carismático en los movimientos populares y revolucionarios. **Cuadernos del Cendes**, a. 23, n.62, tercera época mayo-ago. 2006, p. 59-72.

RAMOS JIMÉNEZ, Alfredo. **Los límites del liderazgo plebiscitario: el fenómeno Chávez en perspectiva comparada**. In.: A. Ramos Jiménez (org). La transición venezolana: aproximación al fenómeno Chávez. Mérida: Universidad de los Andes, 2002.

REZENDE, Ricardo Pazzotti. **Uma análise das políticas macroeconômicas do governo FHC, governo Lula**. Monografia do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. Novembro, 2009.

RICHARD, Y. Integração regional, regionalização, regionalismo: as palavras e as coisas. **Confin** [Online], 20, s/p, 2014. Disponível em: <<http://confin.revues.org/8939>>; DOI: 10.4000/confin.8939>. Acesso em 18 Jun. 2017.

RIGGIROZZI, Pía. Region. **Regionness and Regionalism in Latin America**: Towards a New Synthesis. Buenos Aires: FLACSO, 2010.

RIGGIROZZI, Pía; TUSSIE, D. (eds.). The rise of post-hegemonic regionalism. **The case of Latin America**. Heidelberg/London/New York: Springer, 2012.

ROBERTS, K. **Social polarisation and the populist resurgence**. In.: S Ellner and D Hellinger, (eds), Venezuelan Politics in the Chávez Era: Class, Polarization and Conflict. Boulder and London, Lynne Rienner, 2003, p.55–73, 2003.

ROBERTS, Kenneth M. **Deepening Democracy? : The Modern Left and Social Movements in Chile and Peru**. California: Stanford University Press, 1998.

ROBERTS, Kenneth M. Economic Crises and the Demise of the Legal left in Peru. **Comparative Politics**, v. 29, n. 1, 1996, p.69-92.

ROBERTS, Kenneth M. Populism, Political Conflict, and Grass Roots Organization in Latin America. **Comparative Politics**, v. 38, n. 2, 2007.

RODRIGUEZ, Francisco. An Empty Revolution: The Unfulfilled Promises of Hugo Chávez." **Foreign Affairs** 87 (2), 2008, p. 49-62

SADER, E.A **Nova Toupeira**: os Caminhos da Esquerda Latino-americana. São Paulo: Boitempo, 2010.

SAES, Décio. **República do Capital – Capitalismo e processo político no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

SANAHUJA, José Antonio. **Del “regionalismo abierto” al “regionalismo post - liberal”. Crisys y cambio en la integración regional en América Latina**. In: ALFONSO, Laneydi Martínez; PEÑA, Lázaro; VAZQUEZ, Mariana. (Org.). Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe. nº 7, año 2008 - 2009. Disponível em: <<http://www.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2009/02450.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

SANAHUJA, José Antonio. La construcción de una región: Suramérica y el regionalismo posliberal. In.: Cienfuegos, Manuel and José Antonio Sanahuja (eds.) Una región en construcción. **UNASUR y la integración en América del Sur**, Barcelona: CIDOB 2010, p. 87-135

SANAHUJA, José Antonio. Regionalismo e integración en América Latina: de la fractura Atlántico-Pacífico a los retos de una globalización en crisis. **Pensamiento propio**, 21 (44). pp. 29-76, 2016.

SARTI, I. et. al. (Org.) **Por uma integração ampliada da América do Sul no século XXI**. Rio de Janeiro: PerSe, 2013.

SARTORI, Giovanni. Trad. Marcos Lara. **La política: lógica y método em las ciencias sociales**. 3ª ed. México, DF: Brasília: Fondo de Cultura Económica, 2002.

SEABRA, R. A revolução venezuelana: chavismo e bolivarianismo. **Sociedade E Cultura**, 13(2), 2011, p. 211-220.

SELA - SISTEMA ECONÓMICO LATINOAMERICANO Y DEL CARIBE. **La Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América -Tratado de Comercio de los Pueblos (ALBA-TCP)**. Caracas: Secretaría Permanente del SELA, 2015. Disponível em: <<http://www.sela.org/media/1950657/di-11-15-alba-tcp.pdf>>. Acesso em 20 fev. 2019.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. Tradução de Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SERBIN, Andrés. Atuando sozinho? Governos, sociedade civil e regionalismo na américa do sul. *Lua Nova*, São Paulo, 90: 297-327, 2013.

SERBIN, Andrés. El nuevo regionalismo y el Consejo de Defensa Suramericano. 2014. 112 f. **Dissertação de Mestrado** - UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas, 2014.

SERBIN, Andrés. Los nuevos escenarios de la regionalización: Déficit democrático y participación de la sociedad civil en el marco del regionalismo suramericano. **Documento - CRIES**, n.17, 2011.

SERBIN, Andrés; MARTÍNEZ, Laneydi e RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo (Org.). El regionalismo “post-liberal” en América Latina y el Caribe: Nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos. **Anuario de Integración - CRIES**, n.9, 2012.

SILVA, Fabricio Pereira da. Padrões de Participação em Governos de Esquerda na América Latina: Brasil e Venezuela em Perspectiva Comparada Fabricio Pereira da Silva. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, 2016, p. 651- 681.

SILVA, Luiz Fernando de Oliveira. Do EBR-200 ao PSUV: breve mapeamento do movimento bolivariano na Venezuela (1982-2006). **Anais...** Anais Eletrônicos do X Encontro Internacional da ANPHLAC São Paulo, 2012.

SILVA, R. F. de C. e. **O partido dos Trabalhadores (PT) No Brasil e o Partido Socialista (PSCH) no Chile**: a transformação da esquerda latino americana. 2009, 363 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UNB Instituto de ciências sociais – centro de pesquisa e pós-graduação sobre as Américas – CEPPAC, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SINGER, André. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro**: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994. São Paulo: Edusp, 2002.

SNIDAL, Duncan. Coordination versus Prisoners' Dilemma: Implications for International Cooperation and Regimes. **American Political Science Review**, v.79, i. 4, dez. 1985, p. 9823-942.

STRAKA, Tomás. Guiados por Bolívar: **Lopez Contreras, bolivarianismo y pretorianismo em Venezuela**. In: IRWIN, G.; LANGUE, F. (Org.). Militares y poder em Venezuela. Ensayos históricos vinculados con las relaciones civiles y militares venezuelanas. Caracas: UCAB/UPEL, 2005.

TERRON, Sonia Luiza; SOARES, Gláucio Ary Dillon. As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio. **Opin. Publica**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 310-337, Nov. 2010 .

TILLY, Charles. **Why and How History Matters**. In Robert E. Goodin and Charles Tilly (eds). The Oxford Handbooks of Political Science. The Oxford Handbook of Contextual Political Analysis. Oxford: Oxford University Press, 2009.

TUSSIE, Diana; TRUCCO, Pablo (eds.). Nación y región en América del Sur. **Los actores nacionales y la economía política de la integración sudamericana**. Argentina: Teseo, 2010.

UCHOA, Pablo. **Venezuela**: a encruzilhada de Hugo Chávez. São Paulo: Globo, 2000.

URBANI, Giuliani. **Política Comparada**. In.: Bobbio, Norberto; Matteucci, Nicola; Pasquino, Gianfranco. **Dicionário de política**. Tradução Carmen C, Varriale et al. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

VANBIERVLIET, Sebastien Adins. El Proyecto Regional Bolivariano y las consecuencias de la muerte de Hugo Chávez para América Latina. **Agenda Internacional**, a. XX, n. 31, 2013, pp. 9-30. Disponível em: <http://repositorio.usil.edu.pe/bitstream/123456789/1467/1/2013_Adins_El-proyecto-regional-Bolivariano-y-las-consecuencias-de-la-muerte-de-Hugo-Chavez.pdf>. Acesso em 15 dez. 2018.

VEIGA, João Paulo Candia. “Democratização” e protagonismo na política externa. **Uol Notícias**, 03 jan. 2011. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas->

noticias/2011/01/03/analise-o-legado-de-lula---democratizacao-e-protagonismo-na-politica-externa.htm>. Acesso em 15 nov. 2017.

VEIGA, Pedro da Motta; RIOS, Sandra P. **O Regionalismo Pós-Liberal na América do Sul: Origens, iniciativas e Dilemas**. Santiago de Chile, CEPAL, División de Comércio internacional e integración, Série Comércio internacional, n.82, jul. 2007.

VIZENTINI, Paulo. G. Fagundes. O Brasil e o Mundo: a política externa e suas fases. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 134-154, 1999.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Ed. Guanabara: Rio de Janeiro, 1982.

Weisbrot, Mark. **An Empty Research Agenda: The Creation of Myths about Contemporary Venezuela**. Washington, D.C.: Center for Economic and Policy Research, 2008.

YEPE, Roberto. **La Diplomacia de Cumbres en América Latina y el Caribe**. Seminario Internacional sobre “Diplomacia de Cumbres”, La Habana, Cuba, 30 de mar. 2011.